



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Relatório & Contas

2016



FICHA TÉCNICA

Título

Relatório e Contas 2016

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 978-989-25-0391-2

Depósito Legal n.º 79235/94

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2017*

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
Apresentação.....	7
Introdução.....	9
A - Descrição da Atividade do INE em 2016	13
1. Desenvolvimentos da Atividade Estatística	15
1.1. A Atividade Estatística e o Impacto na Sociedade	15
1.2. Metodologia Estatística e Tecnologias de Informação e Comunicação	17
1.3. Recolha de Informação	23
1.4. Produção Estatística	29
1.5. A Difusão e a Procura de Informação Estatística	61
1.6. Cooperação Estatística Internacional.....	71
1.7. Gestão da Qualidade	75
1.8. Auscultação dos Utilizadores de Informação Estatística.....	77
1.9. Balanço Social 2016 - Análise Sintética	87
B - Contas e Demonstração de Resultados	95
2. Recursos Financeiros.....	97
2.1. Óptica da Contabilidade Pública	97
2.2. Óptica da Contabilidade Patrimonial	98
3. Situação Económica e Financeira	99
3.1. Balanço e Situação Patrimonial	99
3.2. Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos.....	100
3.3. Investimentos	101
3.4. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	101
4. Outras Informações	102
3.1. RCM nº 155/2005 (nº9), de 6 de outubro	102
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	103
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	107
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	115
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	119

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Contas | **2016**



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório, que acompanha a apresentação das Contas relativas ao exercício financeiro do ano de 2016, visa apresentar os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida pelo INE e analisar os principais pontos da execução financeira explanada nas Contas e respetivos anexos.

Uma análise mais detalhada da execução da atividade do INE será apresentada no **Relatório de Atividades**.

O presente documento está organizado em duas partes:

- Na primeira parte, faz-se uma apresentação sintética do conjunto da atividade exercida pelo INE ao longo de 2016: descrevem-se os aspetos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano de Atividades; enunciam-se as principais atividades na área da recolha e difusão de informação; faz-se referência às principais atividades no âmbito da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como ao nível internacional; caracterizam-se, ainda, os Recursos Humanos do INE, à data de 31 de dezembro de 2015;
- Na segunda parte, apresentam-se as contas, bem como as demonstrações financeiras e respetivos anexos, elaborados em conformidade com o Decreto-Lei N° 232/97, de 3 de setembro, diploma que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da atividade estatística do INE em 2016 tem como enquadramento o Programa Estatístico Anual da Comissão Europeia e o seu Plano de Atividades anual devidamente aprovado, documentos operacionais das estratégias de médio prazo, europeia e nacional, estabelecidas, respetivamente, no “Programa Estatístico Europeu” e nas “Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial” (LGAE) 2013-2017.

Os objetivos definidos para o INE, no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2016 (QUAR), cujo cumprimento é avaliado no contexto do presente relatório, tiveram naturalmente em consideração a Missão do INE e a sua Visão, bem como o Plano de Atividades anual:

Objetivos de Eficácia

- O1. Manter o prestígio da marca “Estatísticas do INE”, garantia de informação estatística fiável e segura, propiciadora de um retrato fiel da sociedade portuguesa e de uma adequada tomada de decisão.
- O2. Aumentar a literacia estatística no seio da sociedade.
- O3. Implementar o Plano de Ação decorrente das recomendações do exercício de Peer Review 2014/2015.

Objetivos de Eficiência

- O4. Prosseguir a introdução de modos de recolha tecnologicamente mais evoluídos e amigáveis para o respondente, assegurando ganhos de tempo e qualidade.
- O5. Intensificar a apropriação de dados administrativos e geo-espaciais para fins estatísticos, incluindo big data.

Objetivos de Qualidade

- O6. Disponibilizar, em tempo útil, informação estatística oficial de qualidade e relevante para a sociedade em geral e para os *policy-makers*, em particular, permitindo a elaboração de indicadores de definição e monitorização de objetivos e de estabelecimento de metas.

Do vasto conjunto de atividades desenvolvidas pelo INE ao longo de 2016, são de destacar as seguintes, devidamente identificadas no Plano de Atividades:

- a) No âmbito da **redução dos custos e da carga** sobre os respondentes e dos **processos de recolha de informação**:
 - Continuação das iniciativas que visam alargar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, em diversas áreas estatísticas, nomeadamente a articulação interinstitucional no contexto da Administração Pública. Participação do INE no Programa Simplex +.
 - Desenvolvimento de vários estudos para avaliação das potencialidades de utilização de grandes massas de dados não estruturados (*Big Data*) na produção estatística e no apoio à análise da informação recolhida nos inquéritos. Participação do INE na *Task Force* europeia para *Big Data*, apoiando o Eurostat nas questões de natureza técnica e jurídica e de suporte à utilização intensiva deste novo formato de dados.

- Desenvolvimento de estudos e ensaios para adoção de novas formas de recolha de dados, no âmbito das novas tecnologias de informação, nomeadamente a realização de um teste ao uso de dispositivos eletrónicos na recolha de preços para o cálculo do Índice de Preços no Consumidor (IPC) e a realização de teste para a recolha gradual centralizada de preços para o cálculo do IPC em *sites* de empresas de comércio a retalho (*Web Scraping*).
 - Adoção de uma nova ferramenta geográfica de apoio à recolha (Geolnq).
- b) No âmbito da **produção/divulgação estatística**:
- Disponibilização de 99,8% da informação estatística prevista no Plano de Atividades, 98,9% no calendário estabelecido.
 - Realização do inquérito teste no contexto do projeto Censos 2021.
 - Disponibilização ao Eurostat das séries relativas a estimativas de população residente 1991-2013.
 - Realização do módulo 2016 do Inquérito ao Emprego “Os jovens no mercado de trabalho” e preparação do módulo 2017 “Trabalho por conta própria”.
 - Divulgação dos resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2015, iniciando um novo padrão de disponibilização com a antecipação de 5 meses.
 - Divulgação dos resultados provisórios do EU-SILC 2016 (no próprio ano do inquérito).
 - Disponibilização da base EU-SILC dados longitudinais 2012-2015.
 - Divulgação dos resultados provisórios do Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016.
 - Realização da 3ª edição do Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2015/2016.
 - Desenvolvimento dos primeiros ensaios exploratórios sobre a viabilidade de obtenção de estimativas regionais para os indicadores Europa 2020 sobre pobreza ou exclusão social.
 - Divulgação de publicações de natureza analítica com os resultados definitivos do Inquérito Nacional de Saúde 2014.
 - Reformulação do Inquérito à Caracterização da Habitação Social em Portugal – 2015, com disponibilização dos resultados.
 - Conclusão da recolha de informação relativa ao Inquérito ao Turismo Internacional (ITI) 2015/2016.
 - Divulgação dos resultados finais das Contas Nacionais Anuais relativos a 2014.
 - Divulgação das Contas Nacionais Anuais Provisórias (9 meses após o período de referência).
 - Compilação e divulgação da Matriz Simétrica de Input-Output, com referência a 2013.
 - Compilação da informação sobre stocks de ativos não financeiros, por setor institucional e por ramo de atividade, para o ano de 2014 e respetiva retropolação para o período de 2000 a 2011.
 - Elaboração e divulgação da edição da Conta Satélite da Economia Social relativa a 2013.
 - Elaboração e disponibilização da primeira Conta Satélite do Mar (2010 – 2013).
 - Elaboração e disponibilização da primeira Conta Satélite do Desporto (2010 – 2012).
 - Desenvolvimento de novas vertentes no âmbito da Conta Satélite do Ambiente com inclusão de novos módulos temáticos.

- Apresentação dos resultados da Conta Satélite da Saúde, para o período 2013-2015 e dados retrospectivos até 2000, em conformidade com o novo *System of Health Accounts – 2011 edition*.
 - Disponibilização da série retrospectiva (até 2000) de Contas Regionais em NUTS 2013.
 - Divulgação de resultados dos Inquéritos Qualitativos às Empresas, com base em novas amostras e compilação de dados retrospectivos consistentes.
 - Produção e divulgação das Paridades de Poder de Compra, 2015.
 - Produção e divulgação do Índice de Preços de Habitação.
 - Produção e disponibilização do Índice de Preços na Produção Industrial por mercado (interno e externo), dados retrospectivos a janeiro de 2015.
 - Início da divulgação de Índices trimestrais de valor unitário do Comércio Internacional.
 - Lançamento do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016.
 - Disponibilização antecipada da totalidade da informação para o Sistema de indicadores de contexto do QREN em NUTS 2002.
 - Disponibilização do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) e respetivos índices parciais de competitividade, coesão e qualidade ambiental para as regiões NUTS III (NUTS 2013).
 - Realização da nova edição do projeto europeu Auditoria Urbana, de suporte à política regional e urbana da Comissão Europeia.
- c) No âmbito da **Cooperação estatística**:
- Participação em *Task forces* relevantes a nível europeu, designadamente nas seguintes vertentes: Implementação das alterações ao Regulamento 223/2009 sobre as Estatísticas Europeias; “Visão 2020” para o SEE; *Single Market Statistics* (SIMSTAT); questões metodológicas relacionadas com o PDE; estatísticas das Finanças Públicas; Contas nacionais trimestrais; Índice harmonizado de preços no consumidor; Censos da população e habitação.
 - Reprogramação e reforço de ações no âmbito do “Programa da CPLP para Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste”, com a implementação de atividades destinadas a vários países nas vertentes: Coordenação; Legislação; Classificações, Conceitos e Nomenclaturas; Geoinformação; IPC e Indicadores de Curto Prazo.
 - Cooperação com países candidatos e potenciais candidatos à UE, ao abrigo do “Instrumento de Assistência de Pré-Adesão” (IPA), e com países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança.
 - Acompanhamento dos desenvolvimentos a ocorrer no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em articulação com a entidade coordenadora nacional (Ministério dos Negócios Estrangeiros em articulação com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas), designadamente no que se refere ao grau de disponibilidade dos ODS.
 - Continuação da implementação do Plano de Ação elaborado em resposta às recomendações formuladas no Relatório do exercício de *Peer Review* realizado em 2015, devidamente monitorizada pelo Eurostat.

Assim, o desempenho do INE em 2016 pode ser aferido designadamente através dos seguintes indicadores:

- Autoavaliação do QUAR 2016 atingiu 111,938%, justificando, conseqüentemente, a proposta de atribuição da menção de BOM.
- A taxa de execução global do Plano de Atividades 2016 situou-se em 84,2%.
- Os recursos humanos efetivamente utilizados (631) apresentaram um desvio global de -3,3% face ao planeado.
- A despesa efetiva executada (30 730 732 €) foi inferior em 2,2% (690 mil euros) à despesa planeada.
- Os níveis médios de satisfação do cliente/utilizador de informação estatística, medidos a partir dos inquéritos à satisfação realizados regularmente, manteve-se elevado, atingindo o valor de 0,649 SRE (Saldo de Respostas Extremas) face ao objetivo estabelecido para o ano (0,53 - 0,63).
- O Inquérito à Satisfação dos Colaboradores, com uma taxa de resposta de 70%, registou um resultado Global de Satisfação positivo por trabalhador, de 0,35 SRE. Das dimensões avaliadas, a dimensão “Trabalho” continua a apresentar o mais elevado nível de satisfação (SRE = 0,36), tal como no último inquérito realizado em 2012.

A - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO INE EM 2016

1. DESENVOLVIMENTOS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA

1.1. A ATIVIDADE ESTATÍSTICA E O IMPACTO NA SOCIEDADE

A atividade do Instituto Nacional de Estatística — enquanto autoridade estatística nacional — pelo seu conteúdo e pela Missão de prestação de serviço público que lhe está associada, tem um impacto evidente e reconhecido na Sociedade portuguesa.

As autoridades estatísticas nacionais e o Eurostat, enquanto autoridade estatística europeia, são responsáveis, respetivamente a nível nacional e a nível europeu, pela produção de estatísticas europeias, com observância do princípio da subsidiariedade.

O presente capítulo descreve as atividades realizadas em 2016 pelo INE ao longo das várias fases do Processo Estatístico, envolvendo Metodologia e Tecnologias de Informação, Recolha de Informação, Produção Estatística e Difusão.

O Processo Estatístico é um processo complexo, que se encerra, em última análise, junto da Sociedade, através da disponibilização de estatísticas relevantes, de qualidade, credíveis e de acesso fácil, em escrupuloso cumprimento pelos princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

O impacto das estatísticas oficiais na Sociedade é medido não só através do nível de cumprimento dos objetivos estabelecidos, particularmente em contexto do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), mas também da execução de um conjunto vasto de outras atividades estruturantes na atividade do INE, inscritas no respetivo Plano de Atividades.

É neste contexto que a atividade do INE é enquadrada, a nível europeu pelo Programa Estatístico Europeu — que procura dar resposta às necessidades de informação estatística a nível da União Europeia, para formulação, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas europeias — e, a nível nacional, pelas Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial, com objetivos idênticos ao nível das políticas nacionais.

A atividade das autoridades estatísticas vem assumindo um impacto cada vez mais relevante nas sociedades de hoje, justificadamente chamada “sociedade de informação”, ao serem responsáveis pela produção de um importante instrumento para o conhecimento da realidade e para a tomada de decisão a todos os níveis, público e privado, individual e coletivo, central, regional e local. As autoridades estatísticas protagonizam ainda um papel crucial na promoção da literacia estatística, junto da Sociedade em geral e, em particular, junto das camadas mais jovens da população, futuros decisores do amanhã.

Alguns indicadores permitem quantificar a dimensão do impacto do serviço prestado pelo INE na Sociedade:

O INE e a Comunicação Social:

- 291 *Destaques (press-releases)* publicados.
- 624 pedidos de informação de jornalistas devidamente satisfeitos.
- 12 725 notícias de 152 Órgãos de Comunicação Social sobre a atividade do INE: 26% na imprensa escrita nacional; 49% em meios *online*; 5% em rádio e 20% em TV (não inclui agências noticiosas, a maioria da imprensa local, rádios locais, blogs, redes sociais, outros online).

Atendimento e Apoio a Clientes:

- 10 557 pedidos de informação estatística ou de esclarecimentos satisfeitos, 5 380 recebidos via Portal/e-mail e 5 017 através de contactos telefónicos.
- 441 utilizadores nas bibliotecas do INE.

Atendimento e gestão do respondente de inquéritos por autopreenchimento:

- 44 121 contactos telefónicos recebidos de empresas.
- 91 976 contactos telefónicos efetuados para empresas.

Difusão de dados e acesso ao Portal de Estatísticas Oficiais:

- 1 189 639 acessos.
- 8 942 483 páginas visionadas.
- 8 201 indicadores disponíveis na Base de Dados de Difusão.
- 612 961 publicações consultadas/d Descarregadas.
- 993 898 destaques consultados/d Descarregados.
- 643 ocorrências/momentos de disponibilização de informação de operações estatísticas (63 publicações de informação estatística).

Promoção de literacia estatística:

- 957 visitantes (entre estudantes e docentes) recebidos em 37 visitas de estudo.
- 36 pontos de acesso à Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES).
- 415 ações / 6 834 participantes nas ações de formação/divulgação da RIIBES: 50 ações / 981 participantes asseguradas pelo INE e 365 ações / 5 853 participantes asseguradas pelos Parceiros.
- 926 participantes (em média) nos desafios apresentados no Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada.
- 68 sessões / 984 participantes na formação para professores de um amplo leque de disciplinas no âmbito do protocolo entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação.

Eventos organizados:

- *Workshop and Training course on Seasonal Adjustment*, Lisboa, 11-15 janeiro, 30 participantes.
- *FAMO visit to Lisbon*, 22 abril, 30 participantes.
- 81.º Aniversário do INE, Lisboa, 23 maio, 300 participantes.
- *SCORUS 2016 Conference*, Lisboa, 29 junho a 1 julho, 109 participantes.
- *Projeto ESSnet on Sharing Common Functionalities in the ESS*, Lisboa, 7-9 julho, 22 participantes.
- Dia Europeu da Estatística, Lisboa, 20 outubro, 111 participantes.

1.2. METODOLOGIA ESTATÍSTICA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Bases de Unidades Estatísticas	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Intensificar o esforço de melhoria e rigor do processo de atualização permanente do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) – que constitui o universo de referência das operações estatísticas às famílias e dos Censos 2021/Testes 2016 – de modo a garantir a exaustividade dos edifícios e dos alojamentos destinados à habitação e a atualidade da forma da sua ocupação (“Situação do alojamento”), designadamente através i) da continuação do recurso aos resultados do Inquérito à Utilização de Obras Concluídas; ii) da intensificação da análise de fontes externas (EDP, ADENE e IMI), com enfoque nas componentes de cobertura e conteúdo; iii) da melhoria dos processos de emparelhamento de moradas (<i>address matching</i>); iv) da constituição do suporte cartográfico de apoio à realização dos Censos 2021/Teste 2016.</p> <p>[LGAE0 Obj.3/LA8]</p>	<p>Concretizada parcialmente:</p> <p>Análise de qualidade das moradas de edifício e alojamento a partir de mapas produzidos pelo sistema FNA e de dados geográficos da BGE.</p> <p>Apropriação dos dados administrativos resultantes do SIOU referentes a obras de edificação e demolição de edifícios e de obras concluídas, para atualização do FNA.</p> <p>Continuação dos trabalhos de atualização de toponímia e de verificação/alteração de moradas, realizados durante a fase de recolha das operações estatísticas, para atualização do FNA.</p> <p>Continuação dos estudos para identificação de fontes adicionais adequadas para atualização do FNA.</p>
<p>Prosseguir o desenvolvimento do projeto-piloto/protótipo da base de moradas do INE (BMI), tendo em vista a definição de um programa para a sua plena implementação, dotando, assim, o INE, de uma base de moradas</p>	<p>Não concretizada.</p> <p>Adiada para 2017. A realizar no contexto da implementação da Diretiva INSPIRE e da participação do INE nos Grupos de Trabalho INSPIRE PT, constituídos pela Direção Geral do Território.</p>

<p>de unidades estatísticas, componente fundamental da infraestrutura de suporte à produção estatística oficial, numa lógica de atualização centrada no aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos. [LGAE0 Obj.1/LA7]</p>	
Métodos Estatísticos	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Implementar/produzir o relatório de qualidade das operações estatísticas realizadas no âmbito do SEE, no seu formato standard e eletrónico disponibilizado no SMI. Esta atividade constitui o corolário do trabalho desenvolvido em 2015 na definição de um <i>template</i> de relatório da qualidade das operações estatísticas, de forma a dar resposta às recomendações do <i>Peer Review</i> 2014/15. O processo de elaboração e difusão dos respetivos relatórios de qualidade abrangerá, de início, apenas um conjunto de operações estatísticas a selecionar. [LGAE0 Obj.1/LA1]</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Na sequência da elaboração de uma primeira versão de proposta de um formato de Relatório da Qualidade, realizada em 2016, procedeu-se à conversão de um conjunto de documentos metodológicos na versão 2011 para base de dados (versão desmaterializada) no atual sistema de metainformação do INE.</p> <p>Foi criada e disponibilizada no Portal de Estatísticas Oficiais (versão portuguesa e inglesa) a Página da Qualidade, que passará a integrar ligações aos relatórios de qualidade das operações. Esta página apresenta a informação relevante sobre “Qualidade em Estatística” no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do INE e do SEE.</p> <p>A versão definitiva do formato de Relatório da Qualidade aguarda a nova estrutura do SIMS 2.0, cujas orientações e guias estiveram em desenvolvimento pelo Eurostat em 2016 e se encontram em versão “teste”. O INE participou ativamente nos Grupos de Trabalho do Eurostat sobre esta matéria.</p>
<p>Prosseguir o desenvolvimento de metodologias de estimação, no âmbito do projeto LUCAS, para produção de indicadores harmonizados a nível nacional e europeu sobre o uso e ocupação do solo ao nível NUTS III (ou NUTS II), nomeadamente através da exploração de novas fontes de informação. [LGAE0 Obj.1/LA7]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Início de um novo projeto, <i>Provision of harmonised land cover / land use information: LUCAS and national systems</i>, envolvendo o INE e a Direção Geral do Território (DGT), cujo objetivo principal é a produção de informação harmonizada de qualidade sobre o uso da terra (LCLU), de acordo com uma classificação pré-definida e detalhada, ao nível NUTS III ou, desejavelmente, ao nível II da NUTS antecipando alargamentos futuros. No âmbito desta ação: i) elaborou-se um estudo de viabilidade para a produção de estimativas ligadas à <i>cropland</i> (terras de cultivo) por NUTS III, com base no Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas; ii) realizaram-se vários outros estudos, em articulação com a DGT, nomeadamente para desenvolvimento de uma metodologia de</p>

	avaliação da precisão das estimativas a produzir; iii) foram identificadas outras fontes de informação que poderão contribuir para melhorar as estimativas produzidas pela Carta de Ocupação do Solo (COS), com base em metodologias de estimação em domínios.
Infraestrutura de Georreferenciação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Promover uma abordagem integrada dos produtos e soluções aplicacionais desenvolvidos pelo INE ao longo do tempo em diferentes tecnologias, tendo em consideração a sua crescente utilização pela sociedade (cidadãos, outras entidades públicas e privadas) e a evolução das soluções tecnológicas disponíveis, designadamente através da criação de uma componente de 'geoportal'. [LGAE0 Obj.1/LA11]	Não concretizada. Adiada para 2017. A integrar no desenvolvimento do projeto de construção de um novo "Portal de Estatísticas Oficiais", do INE, aprovado, em 2016, no contexto do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA2020).
Efetuar a migração da aplicação GEO-IE para uma tecnologia que permita a sua utilização em dispositivos móveis e <i>touch</i> . Implementar funcionalidades de edição de informação geográfica. [LGAE0 Obj.1/LA11]	Concretizada. Desenvolvimento de uma solução SIG inovadora para apoio à recolha de dados por entrevista, denominada GEOINQ, a qual foi distinguida pela ESRI Portugal com o prémio "Projeto SIG 2016". A solução GEOINQ resultou da migração, com valor acrescentado, da aplicação GEO-IE para uma tecnologia que permite a sua utilização em dispositivos móveis e <i>touch</i> . A solução disponibiliza funcionalidades de visualização e de edição de dados geográficos, possibilitando ao entrevistador: <ul style="list-style-type: none"> • a identificação do edifício e do alojamento ao qual se deve dirigir para proceder a uma entrevista presencial; • a edição da posição geográfica e outras características do edifício; • o acompanhamento do trabalho de recolha visualizando, através de mapas temáticos, os alojamentos segundo o estado de resposta. O desenvolvimento do GEOINQ requereu uma ampla e complexa análise de processos, para a integração da Infraestrutura de Dados Geográficos com os demais sistemas de recolha por entrevista existentes no INE. A solução GEOINQ foi utilizada pela primeira vez no 1º teste do projeto Censos2021, realizado em 2016.

Tecnologias de Informação e Comunicação	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Produzir o Documento estratégico para o desenvolvimento das TIC: a arquitetura definida para o sistema de informação SIGINQ-IE e a sua integração com outros sistemas serão consideradas e integrarão a definição de uma estratégia de desenvolvimento das tecnologias de informação alinhadas para os próximos cinco anos, contribuindo para a resposta à recomendação do <i>Peer Review</i>.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA6]</p>	<p>Concretizado parcialmente.</p> <p>Elaborados alguns documentos parcelares preliminares para a definição da estratégia a desenvolver a médio prazo para o desenvolvimento das TIC.</p> <p>A elaboração da versão final do documento estratégico será concluída e devidamente aprovada em 2017.</p>
<p>Prosseguir os trabalhos de modernização do Portal de Estatísticas Oficiais: a reestruturação do Portal impõe-se em resposta à necessidade de disponibilizar mais conteúdos, simplificar a navegação e, simultaneamente, disponibilizar formas de acesso mais abrangentes e visualização da informação mais eficazes, que correspondam à satisfação das necessidades dos utilizadores.</p> <p>[LGAEO Obj.2/LA4]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Introdução gradual de melhorias pontuais, sem prejuízo do início, a curto prazo, da construção do novo “Portal das Estatísticas Oficiais” do INE.</p>
<p>Estender o Sistema Global de Gestão de Inquéritos para Inquéritos por Entrevista (SIGINQ-IE) a operações estatísticas cuja unidade de observação é o edifício e o alojamento.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA6]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Foram concluídos vários módulos e introduzidas adaptações em diferentes áreas, como recolha presencial com recursos a novos equipamentos, gestão de sessões informativas, pagamento a entrevistadores, cálculo das distâncias a percorrer pelos entrevistadores, etc. Foi também criado um sistema centralizado de gestão de ficheiros para entrevistadores, para o qual foi preparada a <i>cloud</i> externa e segura, interligada com o sistema de autenticação desses entrevistadores.</p>

	<p>A utilização do SIGINQ-IE foi estendida ao Inquérito ao Turismo Internacional e ao 1º Teste realizado no contexto do projeto Censos 2021.</p>
<p>Criar nos sistemas WEBINQ - Resposta a inquéritos (<i>webinq.ine.pt</i>) e no Portal (<i>www.ine.pt</i>) uma interligação com o cartão do cidadão e a chave móvel digital tendo em vista o <i>single sign-on</i> e sua adoção como alternativa de credenciação com maior nível de segurança.</p> <p>[LGAE0 Obj.2/LA4]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Conclusão do desenvolvimento da interligação com o cartão do cidadão e a chave móvel digital (CMD) no <i>WebInq</i> para Empresas e Indivíduos e famílias. Este projeto foi cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito do aviso N.º 01 do SAMA2020 de 2015.</p> <p>Adicionalmente desenvolveu-se e foi introduzido generalizadamente o “Questionário de opinião de inquéritos”, o qual foi lançado no início de novembro de 2016 para os inquéritos de curto prazo.</p> <p>Foram introduzidas melhorias nos sistemas ao nível da visualização das mensagens de erro, do <i>layout</i>; da adaptação automática à dimensão do <i>browser</i>, especialmente relevante em dispositivos de pequenas dimensões, como <i>smartphones</i> ou <i>tablets</i>.</p> <p>A interligação com o cartão do cidadão e a chave móvel digital será estendida ao acesso de utilizadores registados, no Portal de Estatísticas Oficiais.</p>
<p>Implementar uma solução tecnológica de um <i>Safe Center</i> (SC), alinhada com a gestão do SC do INE e com a estratégia de <i>remote SC</i> do Eurostat (potencial integração).</p> <p>[LGAE0 Obj.1/LA6]</p>	<p>Concretizada parcialmente</p> <p>Elaborada uma solução tecnológica para a infraestrutura de <i>safe center</i> do INE, com funcionalidade de <i>remote safe center</i> e integração com o <i>safe center</i> do Eurostat.</p> <p>A conclusão do projeto está associada à disponibilidade de recursos financeiros para o efeito.</p>
<p>Prosseguir a implementação da solução de <i>Disaster Recovery</i>, na medida dos recursos financeiros disponíveis.</p> <p>[LGAE0 Obj.1/LA6]</p>	<p>Concretizada parcialmente</p> <p>Elaborado um projeto de <i>disaster recovery</i> e um procedimento de aquisição de <i>storages</i> e <i>software</i> com capacidade de <i>disaster recovery</i>.</p> <p>A conclusão do projeto está associada à disponibilidade de recursos financeiros para o efeito.</p>
<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<p>Integração do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEAA) no SIGINQ-IAP: i.e. ensaio de recolha via WEB junto de empresas que detêm uma única exploração agrícola. Neste âmbito, foram introduzidas novas funcionalidades nos sistemas BAA/SAGR. [LGAE0 Obj.1/LA6]</p> <p>Adesão ao projeto “Interoperabilidade na Administração Pública</p>

(iAP)", cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito do aviso N.º 01 do SAMA2020 de 2015. **[LGAEO Obj.1/LA7]**

No âmbito do projeto, o INE concebeu e iniciou o desenvolvimento e a utilização da plataforma iAP em duas vertentes: "Fornecimento de serviços" e "Consumo de serviços".

No que se refere à primeira vertente, o INE pretende disponibilizar, a toda a Sociedade, na iAP, um conjunto de serviços facilitadores do acesso a informação já divulgada no Portal do INE na internet (www.ine.pt).

Na vertente "Consumo de serviços", o INE pretende aceder a serviços disponibilizados pela DGITA e pelo Instituto da Segurança Social para, designadamente, agilizar o processo de contratação de entrevistadores em regime de contrato de prestação de serviços (modalidade de tarefa).

Foram desenvolvidos vários estudos, a prosseguir, para avaliar as potencialidades de grandes massas de dados não estruturados (*Big Data*) poderem dar um contributo útil para a produção estatística, quer diretamente pela disponibilização de informação com qualidade, quer indiretamente para apoio à análise de informação recolhida através de inquéritos. Para aprofundar a "expertise" do INE nesta matéria, não só em termos do seu conhecimento mas também das (eventualmente novas) metodologias a utilizar, técnicos do INE participarão no *ESSnet Big Data*, projeto promovido pelo Eurostat a iniciar em fevereiro de 2017, para promover a integração de fontes de *Big Data* na produção de estatísticas oficiais. **[QUAR Obj.5/Ind.14]**

[LGAEO Obj.1/LA7]

Entretanto, foi construída uma Infraestrutura Tecnológica, constituída por uma base de dados não relacional, orientada para dados com estruturas de *Big Data*. Esta infraestrutura está já a ser utilizada para o processamento de grandes volumes de dados de fontes administrativas ou para visualização diferenciada para novos modelos de dados. Também em 2016, o INE passou a integrar a *Task Force* europeia para *Big Data*, apoiando o Eurostat nas questões de natureza técnica, questões jurídicas e de suporte à utilização intensiva desta nova fonte de dados.

[LGAEO Obj.1/LA7]

1.3. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

O processo de recolha de dados na produção das estatísticas oficiais através de inquéritos continuou a ser objeto de medidas de modernização e de simplificação, visando o aumento da eficácia e da eficiência do INE, em linha com as LGAEO 2013-2017, em particular com o seu Objetivo 1: “Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico”.

Assim, no ano de 2016 registaram-se os seguintes desenvolvimentos neste domínio:

- Continuação do alargamento da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) no estabelecimento das amostras nos inquéritos às famílias. **[LGAEO Obj.3/LA8]**
- Contribuição para a correção e atualização da informação constante no FNA, designadamente i) através do apuramento das circulares devolvidas no contexto do lançamento do processo de recolha das operações estatísticas; ii) da correção de moradas resultante dos contactos por entrevista presencial (através da funcionalidade de “Proposta de Alteração de Moradas”); e iii) da alteração/correção de moradas de alojamentos não selecionados nas amostras, mas identificado para o efeito pelos entrevistadores. **[LGAEO Obj.3/LA8]**
- Entrada em utilização dos Mapas de Pagamentos do Sistema de Gestão de Entrevistadores (ENTR), que permitem o cálculo automático e a gestão dos pagamentos de honorários aos entrevistadores. **[LGAEO Obj.1/LA7]**
- Entrada em utilização dos Mapas de Pagamentos do Sistema de Gestão de Entrevistadores (ENTR), relativos à gestão de Sessões Informativas aos entrevistadores. **[LGAEO Obj.1/LA7]**
- Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados, designadamente o *Business Objects* (BO), bem como dos parados, durante o processo de recolha — tanto nos inquéritos às empresas e às famílias, como na recolha de preços — que permite a adoção, em tempo útil, de medidas para a melhoria/correção da qualidade dos dados recolhidos, para minimização de desvios face às metas estabelecidas. **[LGAEO Obj.1/LA9]**
- Alargamento do âmbito do Sistema de Gestão de Inquéritos (SIGINQ), particularmente no domínio da Gestão de Processos de Recolha por Entrevista (GPie). **[LGAEO Obj.1/LA6]**
- Realização de inquéritos aos entrevistadores das várias operações estatísticas junto das famílias, visando a identificação de práticas deficientes e a adoção de melhores práticas. **[LGAEO Obj.1/LA7]**
- Alargamento da utilização do módulo de cálculo automático de distâncias do Sistema de Gestão de Entrevistadores, a todas as operações de recolha presencial, para definição das respetivas tabelas de pagamentos. **[LGAEO Obj.1/LA7]**
- Disponibilização, no WebInq, de um inquérito agrícola de grande dimensão, o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016. **[LGAEO Obj.1/LA7]**
- Implementação da codificação automática de atividades e profissões no Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2016. **[LGAEO Obj.1/LA7]**
- Adoção de uma nova ferramenta geográfica de apoio à recolha (GeoInq). **[LGAEO Obj.1/LA11]**
- Realização de um teste ao uso de dispositivos eletrónicos na recolha de preços para o cálculo do Índice de Preços no Consumidor (IPC), cofinanciado no contexto do projeto europeu *Multipurpose*

price statistics - The use of electronic devices for price collection. [QUAR Obj.4/Ind.13]
[LGAEO Obj.1/LA7]

- Realização de teste para a recolha gradual centralizada de preços para o cálculo do IPC em *sites* de empresas de comércio a retalho recorrendo ao método *Web Scraping*, cofinanciado no âmbito do projeto europeu "*Price statistics - methodological and practical improvements and developments*". [LGAEO Obj.1/LA7]

Operações não correntes com particular impacto na atividade de preparação e execução da recolha

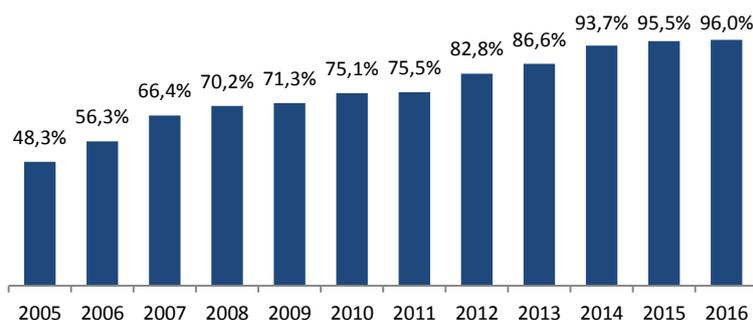
- 1º Teste do projeto Censos 2021.
- Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016.
- Inquérito ao Turismo Internacional 2015/2016.
- Inquérito às Despesas das Famílias 2015.
- 2º teste da recolha CAPI no IPC.

Recolha Eletrónica – WebInq

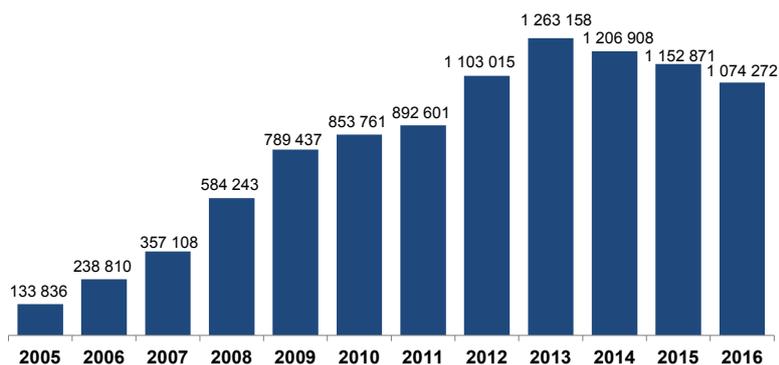
Prosseguiu a intensificação da utilização da recolha eletrónica de dados nos inquéritos às empresas, tendo como resultado que 96% das respostas potenciais nas operações de recolha por autopreenchimento foram recebidas no INE por via eletrónica via Portal (WebInq), que recebeu 1,1 milhão de visitas e 847 085 questionários respondidos. [QUAR Obj.4/Ind.9] [LGAEO Obj.1/LA9]

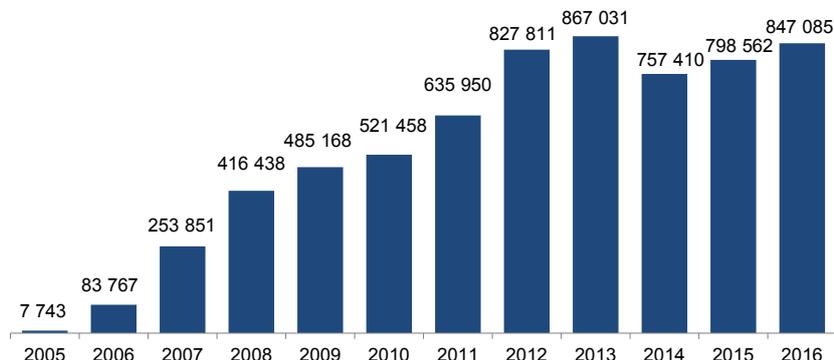
O número de visitas ao WebInq diminuiu, apesar de o número de questionários entregues ter aumentado, em resultado da maior eficiência do processo de resposta, facto propiciado pela reestruturação desta área do Portal no final de 2014 e pela disponibilização de um maior número de operações de recolha com resposta via *upload* de ficheiro e via Transmissão Automática de Dados, que permitiram a redução do número médio de visitas necessárias à entrega de um questionário no WebInq. [QUAR Obj.4/Ind.11]

Recolha Eletrónica - % de respostas recebidas

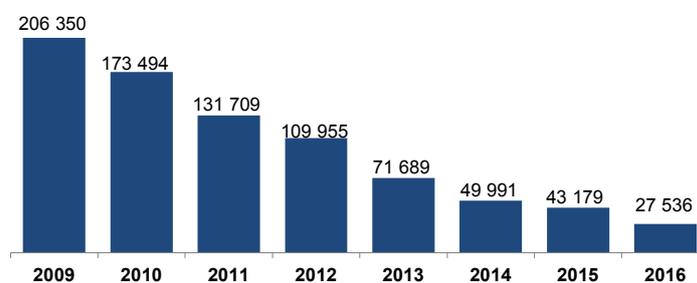


Número de visitas ao WebInq



Número de questionários entregues via WebInq

Um dos resultados da intensificação da utilização da recolha eletrónica e da introdução de novos procedimentos continuou a ser a redução dos custos de correio e comunicações, estimada em 837 mil euros entre 2009 e 2016 (- 87%).

Evolução dos custos com correio e comunicações nos inquéritos às empresas

Na área pública do Webinq e no âmbito dos inquéritos às famílias, criou-se uma página apresentando respostas às perguntas frequentes (FAQ) relativamente a todos os inquéritos, bem como o respetivo calendário de recolha. [LGAE0 Obj.2/LA4]

Também no WebInq, e a título experimental, foi disponibilizado questionário, de resposta facultativa, para auscultação da opinião dos respondentes, com o objetivo de avaliar a carga estatística sobre os prestadores de informação. Face aos resultados obtidos, a sua utilização vai ser alargada a todos os inquéritos. [LGAE0 Obj.2/LA4]

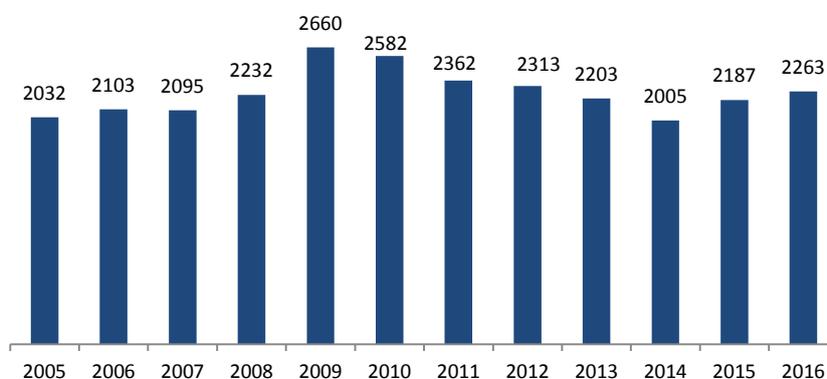
Recolha por entrevista

A racionalização e as medidas para diversificação dos processos de recolha por entrevista, designadamente com o aumento progressivo do recurso ao modo de recolha CATI e, por enquanto em menor dimensão, ao modo de recolha CAWI, vem implicando uma diminuição gradual dos custos da recolha por entrevista. [LGAE0 Obj.1/LA9]

Os custos suportados (excluindo encargos com a segurança social) com pagamentos aos entrevistadores nas operações correntes (operações que se repetem ano após ano) mais representativas, têm vindo a diminuir desde 2009, ano em a mudança de base do IPC e a introdução do modo CATI no Inquérito ao Emprego, implicaram custos de recolha simultânea de duas amostras.

Esta tendência foi interrompida em 2015, em consequência da mudança da amostra do IQCC, que implicaram custos de recolha junto de duas amostras, e do alargamento da amostra do ICOR, para permitir a produção de resultados a nível de NUTS II.

Evolução dos custos com entrevistadores
Operações correntes
(milhares Euros)



Recolha Telefónica (CATI)

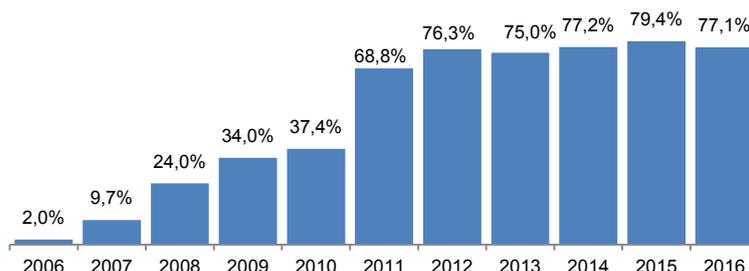
Prosseguiu o recurso ao modo de recolha telefónico (CATI) e a sua gestão e supervisão centralizadas através do Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE (SICC-IE). [LGAE0 Obj.1/LA9]

Total de respostas aos Inquéritos às Famílias e Respostas via CATI

Operação Estatística	Recolha	Total de Respostas	% Respostas CATI
Inquérito ao Emprego	CAPI e CATI	66.356	69,7%
Inquérito às Deslocações dos Residentes	CAPI e CATI	23.354	85,1%
Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores (novo)	CATI	12.770	100%
Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída	CATI	7.139	100%
Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias	CAPI e CATI	8.914	60,0%
Inquérito às Rendidas de Habitação	CAPI e CATI	4.938	77,2%
Total		134.787	79,4%

Em 2016 foram asseguradas 95 212 entrevistas, o que representa cerca de 77% no total das entrevistas passíveis de realização por telefone e -2,3 p.p. face a 2015, em resultado da adoção da nova amostra para o IQCC, integralmente objeto de recolha CATI.

Recolha Telefónica - Entrevistas conseguidas



No Inquérito ao Emprego, 69,7% das entrevistas conseguidas foram obtidas por telefone, ou seja, +1,3 p.p. face ao ano anterior.

Simultaneamente, e para maior rigor da informação prestada pelo respondente, prosseguiu a concentração das entrevistas deste inquérito nas duas semanas seguintes à semana de referência, tendo-se atingido um nível de 95,9%, que supera a meta estabelecida. [QUAR Obj.4/Ind.10]

Procedimentos de Gestão e Controlo da Qualidade

Nesta matéria, registaram-se os seguintes desenvolvimentos:

- Consolidação do modelo de gestão da qualidade na recolha de dados, designadamente através da i) definição documentada de compromissos de níveis de serviço e de procedimentos de recolha e da ii) elaboração de relatórios anuais de recolha por operação. Em 2016 foram acordados níveis de serviço para todas as operações de recolha por autopreenchimento. [LGAE0 Obj.1/LA9]
- Continuação da consolidação dos procedimentos de controlo de qualidade da informação recolhida, especialmente através da monitorização das entrevistas e do acompanhamento do trabalho de campo realizado pelos entrevistadores. [LGAE0 Obj.1/LA9]
- Disponibilização de novas funcionalidades e atualização de já existentes no sistema de gestão de processos de recolha (SIGINQ) abrangendo diversos domínios, designadamente Gestão de Processos de Recolha por Autopreenchimento (GPap) e de Processos de Recolha por Entrevista (GPie). [LGAE0 Obj.1/LA9]
- Ampliação dos conteúdos da área “Recolha de dados” na *wiki* do INE, enquanto meio de divulgação interna de indicadores associados às diversas operações e modos de recolha. [LGAE0 Obj.1/LA9]
- Continuação do estudo para implementação de um processo de codificação automática das atividades e profissões nos inquéritos às famílias e início da sua utilização em produção no Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA 2016). [QUAR Obj.4/Ind.12] [LGAE0 Obj.1/LA7]

- Continuação do estudo para a recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias nacionais (scanner data), designadamente no que se refere à definição da sua especificidade na componente operacional. [LGAEO Obj.1/LA7]
- Continuação da avaliação do alargamento da recolha centralizada de preços de âmbito nacional no IPC, quer através do recurso à internet, quer através de recolha presencial numa única loja de “Cadeias Comerciais Nacionais”. Introdução de melhorias nas aplicações de recolha do IPC, promovendo a sua integração crescente no Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos e reduzindo a lógica regional que a aplicação do IPC ainda apresenta. [LGAEO Obj.1/LA7]
- Disponibilização regular de indicadores sobre honorários de entrevistadores. [LGAEO Obj.1/LA9]

Outras iniciativas

- Participação nas Jornadas de Produção Estatística do INE com a apresentação do tema “Gestão da Recolha e Análise de Dados”. [LGAEO Obj.3/LA2]
- Participação no *Workshop Web Scraping* (setembro 2016). [LGAEO Obj.3/LA9]
- Apresentação dos artigos “*Integrating Data Collection: wins and challenges*” e “*Motivating respondents - The importance of personalised feedback*”, no *Workshop on Statistical Data Collection - Visions on Future Surveying*, UNECE, Haia. [LGAEO Obj.3/LA9]
- Elaboração do paper “*Integrated Survey Management System Statistics Portugal experience*”, ICES V, Genebra. [LGAEO Obj.3/LA9]
- Apresentação no evento “3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais -- INFOPLAN” do tema “A Experiência do INE Portugal na apropriação de dados administrativos para fins estatísticos”, Sessão Plenária, IBGE, Rio de Janeiro. [LGAEO Obj.3/LA9]
- Apresentação do artigo “*Managing an integrated respondent communication: Statistics Portugal experience*” e participação no artigo “*Mapping potential administrative data for statistics purposes – Statistics Portugal approach within Public Administration*” – Q2016, Madrid. [LGAEO Obj.3/LA9]
- Colaboração no “*Study Visit from the Statistical Office of the Republic of Serbia*”. [LGAEO Obj.3/LA9]
- Participação no Grupo de Trabalho para acompanhamento da Medida Simplex+ “Informação única no INE”.

1.4. PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

No Plano de Atividades para 2016 estava prevista a realização de 164 operações estatísticas, a que correspondiam 648 ocorrências/momentos de disponibilização de informação e a edição de 64 publicações.

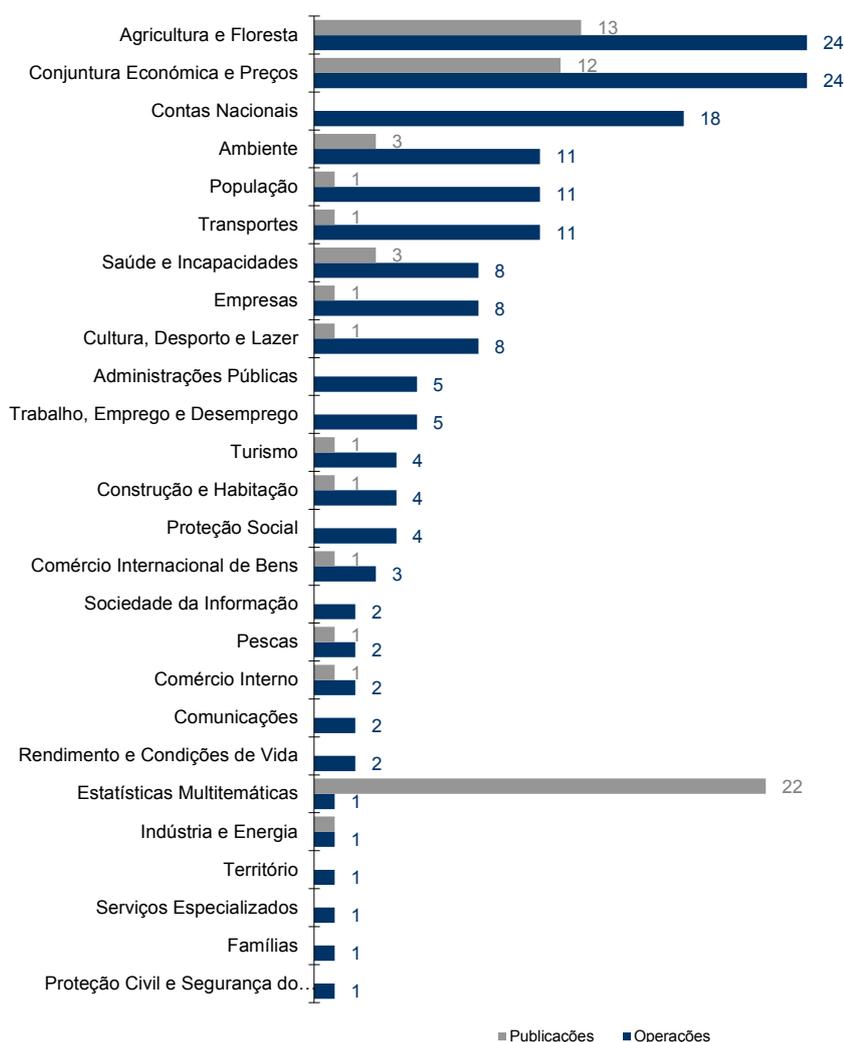
Foram efetivamente concretizadas todas as operações, as quais deram lugar à concretização de 99,8% das ocorrências previstas, 98,9% disponibilizadas na data prevista ou com antecipação, e editadas 63 publicações. [QUAR Obj.6/Ind.17]

Não foram consideradas neste cálculo 6 ocorrências — Divórcios e separações de pessoas e bens 2015; Óbitos por causas de morte 2015; Vacinações e morbilidade 2015; Estatísticas dos resíduos urbanos 2015; Farmácias 2015 e Pessoal de saúde 2015 — cuja não disponibilização ou atraso não foi da responsabilidade do INE.

Para além destas, apenas ficou por disponibilizar 1 ocorrência: Unidades de cuidados de saúde primários 2015, por necessidade de prolongamento dos estudos técnicos prévios à utilização dos dados administrativos do Ministério da Saúde.

As operações estatísticas e publicações editadas distribuíram-se por 26 áreas estatísticas.

Operações Estatísticas e Publicações, por Área Estatística (Nº)



Descrevem-se, sucintamente, as principais atividades desenvolvidas em 2016, por área estatística, de acordo com o previsto no Plano de Atividades. Maior detalhe sobre a informação estatística divulgada e as publicações editadas, assim como as justificações dos eventuais atrasos na sua divulgação, estão disponíveis em anexo a este Relatório.

1.4.1. População e Sociedade	
População	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Elaboração do Estudo de Viabilidade para a adoção de um novo modelo censitário em 2021, suportado, total ou parcialmente, em informação administrativa.</p> <p>Continuação do aprofundamento metodológico do modelo para a construção e atualização anual de uma Base de População Residente (BPR), visando ultrapassar as limitações já identificadas.</p> <p>Realização de um Inquérito-teste (com modo de recolha preferencial pela web).</p> <p>[QUAR Obj.5/Ind.15 e 16] [LGAEO Obj.1/LA5]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Registou-se um progresso muito significativo nos resultados alcançados na contagem da população através de informação administrativa, tendo a Base de População Residente - BPR 2015 - sido construída a partir de informação proveniente de 10 fontes administrativas, sendo os resultados muito promissores.</p> <p>Realizou-se um inquérito teste ao novo modelo em perspetiva, que confirmou a internet como o principal canal de resposta aos Censos em 2021, com uma taxa de resposta por essa via superior a 80%.</p>
<p>Disponibilização i) das Estimativas provisórias da População Residente relativas a 31 de dezembro de 2015, por sexo, idade e municípios (série pós censitária – Censos 2011) na geografia CAOP 2013, NUTS 2013; e ii) das Estimativas provisórias da População Residente relativas a 31 de dezembro de 2015 para Portugal, por sexo, idade, nacionalidade e naturalidade.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA19]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Disponibilização das Estimativas da Imigração por sexo, idade, nacionalidade, naturalidade e região de origem e da Emigração, por sexo, idade, nacionalidade e região de destino, incluindo informação relativa a emigração permanente e temporária.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA19]</p>	<p>Concretizada.</p>

<p>Disponibilização das estatísticas relativas à Aquisição e atribuição da nacionalidade portuguesa, ajustando o subsistema de informação estatística ao novo contexto legislativo (lei orgânica nº 9/2015 - sétima alteração à lei 37/81, que alarga a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro). [LGAE0 Obj.1/LA19]</p>	<p>Concretizada. (Disponibilização antecipada dos resultados relativos a 2015).</p>
<p>Desenvolvimento das metodologias a utilizar na formulação de hipóteses, na modelização e na extrapolação das tendências futuras da fecundidade, mortalidade e migrações, no âmbito da execução do novo exercício nacional de Projeções de população residente por sexo e idades, para Portugal e regiões NUTS II, a divulgar em 2017 (adotando o padrão de disponibilização trienal deste exercício). [LGAE0 Obj.1/LA19]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Participação ativa no novo exercício do Eurostat relativo a projeções de população para a UE, Estados-membros e países da EFTA, assente na cooperação efetiva entre os Estados-membros do SEE para a definição e teste de metodologias, modelos e <i>software</i> comuns a utilizar no âmbito do exercício, as quais passarão a ter uma periodicidade anual. [LGAE0 Obj.1/LA19; Obj.3/LA9]</p>	<p>Concretizada. Apresentação do <i>paper</i> “<i>Mortality models for discussion - Proposal from Portugal</i>”, na reunião do <i>Working Group on Population Projections</i>, de março 2016</p>
<p>Cálculo das Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal e regiões NUTS I, II e NUTS III (NUTS 2013) para o triénio 2013-2015 e difusão das respetivas funções; disponibilização do indicador “Esperança de Vida aos 65 anos” numa base provisória para 2016. [LGAE0 Obj.1/LA18]</p>	<p>Concretizada. Divulgação, no Portal, do indicador provisório antecipado “Esperança de Vida aos 65 anos” para o período 2014-2016, para determinação do “fator de sustentabilidade” a aplicar às pensões nos termos do Artigo 35º, do Decreto-Lei nº 187/2007, de 10 de maio. Divulgação de um novo Destaque sobre as Tábuas de Mortalidade 2013 - 2015 por NUTS II e da Esperança de Vida por NUTS III.</p>

<p>Conclusão do Estudo de viabilidade sobre a utilização da definição de “residência habitual” nas estimativas de população residente e estatísticas vitais: estudo obrigatório conforme o artigo 8º do Regulamento (UE) n. 1260/2013 do Parlamento europeu e do Conselho de 20 de novembro de 2013 relativo às Estatísticas Demográficas Europeias (<i>Usual residence population definition: Feasibility studies</i>). [LGAEO Obj.1/LA19]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Articulação interinstitucional com o MNE/DGACCP e com o MAI/SEF no âmbito da apropriação de dados administrativos relativos à emigração da população portuguesa, à imigração da população estrangeira, à população estrangeira com estatuto legal e, no contexto atual de mobilidade internacional, ao asilo e refugiados. [LGAEO Obj.1/LA4]</p>	<p>Concretizada. (Destaque para os trabalhos de desenvolvimento do novo sistema de gestão consular e para a apropriação dos seus resultados para fins estatísticos).</p>
<p>Execução do exercício de Previsões mensais de Nados vivos por sexo e regiões NUTS III e Óbitos por sexo, idade e regiões NUTS III, para 2016 e cálculo das Estimativas Mensais de População Residente em 2016, por sexo, idade e regiões NUTS III, enquanto informação de base para cálculo de ponderadores do Inquérito ao Emprego e outros inquéritos às famílias. [LGAEO Obj.1/LA19]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Produção e divulgação de estatísticas vitais anuais (2015) e infra-aneais (2016) de Nados-vivos, Óbitos, Casamentos e de estatísticas anuais (2014 e 2015) de Divórcios., e preparação dos microdados 2015 para disponibilização a investigadores no âmbito do Protocolo INE/MCES. [LGAEO Obj.1/LA18]</p>	<p>Concretizada.</p>

<p>Preparação de conteúdos e divulgação da publicação eletrónica “Estatísticas Demográficas 2015” (evolução demográfica da população portuguesa: volume e estrutura etária da população, crescimento natural e migratório, natalidade e fecundidade, mortalidade e esperanças de vida e formação e dissolução familiar).</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA18]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Participação nos Grupos de trabalho do Eurostat “<i>Population Statistics</i>” e “<i>Population Projections</i>” e acompanhamento dos Grupos de trabalho “<i>Migrant Integration, Asylum, Residence Permit and Enforcement Statistics</i>” e “<i>Population Census</i>”, nomeadamente no que respeita ao plano de ação pós Censos 2021. No âmbito da participação no Grupo de trabalho “<i>Population Projections</i>”, que tem por objetivo desenvolver o novo exercício europeu de projeções de população residente nos Estados membros da UE e países EFTA, salienta-se a organização, em conjunto com o Eurostat, da reunião de junho de 2016 a decorrer em Portugal.</p> <p>[LGAEO Obj.3/LA9]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Participação na <i>Task Force on Population Projections</i> da UNECE (<i>Statistical Division, Geneve</i>), cujas ações decorrem no biénio 2015/2016.</p> <p>[LGAEO Obj.3/LA9]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>(No âmbito da <i>Task Force</i>, apresentação da comunicação “<i>UNECE Task Force on Population Projections Preliminary Recommendations and Good Practices: Disseminating Results</i>” na <i>Work Session on Demographic Projections – Eurostat/UNECE, Genebra, abril de 2016</i>).</p>
<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização antecipada ao Eurostat das séries relativas a estimativas de população residente 1991-2013, por sexo, idades e NUTS II e III, conforme Regulamento 2015/2381 de 17 de dezembro de 2015 relativo à transmissão das séries cronológicas para novas NUTS 2013. [LGAEO Obj.1/LA19] • Apresentação, no Encontro Nacional de Estudantes de Matemática em Portugal (março 2016) de uma comunicação

	<p>sobre “Projeções de população residente em Portugal”, a convite do Instituto Superior Técnico. [LGAE0 Obj.3/LA2]</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamização de uma sessão sobre “Estatísticas Oficiais: Inovação e Qualidade nas Estatísticas da População”, no contexto do IV Congresso Português de Demografia (outubro 2016), com as seguintes apresentações: [LGAE0 Obj.3/LA2] <ul style="list-style-type: none"> - “Idade média das mulheres ao nascimento dos filhos e envelhecimento da população feminina em idade fértil, 1980-2015”; - “Esperanças de vida numa perspetiva regional: aplicação do modelo relacional de Brass”; - “Projeções da população residente: aspetos metodológicos e principais resultados”; - “Estimativas da população de acordo com a Tipologia de Áreas Urbanas: da relevância da produção à disponibilização da nova informação”; - “Novo modelo censitário - estudo de viabilidade”. • Realização de uma sessão sobre “<i>Dinâmicas demográficas - Portugal e as regiões</i>”, no âmbito da visita de estudo da escola Salesianos de Lisboa (novembro 2016). [LGAE0 Obj.3/LA2]
Trabalho, Emprego e Desemprego	
Plano	Atividades desenvolvidas
Realização e divulgação trimestral dos resultados do Inquérito ao Emprego (IE). [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada. (Íncio da análise detalhada das estimativas relativas aos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (<i>nem-nem</i>)).
Realização e divulgação dos resultados das Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego, obtidas a partir do IE. [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada. (Prosseguimento de estudos e testes para robustecimento da metodologia de cálculo das Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego provisórias e introdução de alterações de natureza operacional para maximizar a informação recolhida pelo Inquérito ao Emprego relativa ao último mês do trimestre móvel).
Preparação, realização e análise dos resultados do módulo de 2016 do IE “Os jovens no mercado de trabalho”. [LGAE0 Obj.1/LA18]	Concretizada.
Preparação do módulo de 2017 do IE	Concretizada.

<p>“Trabalho por conta própria”.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA18]</p>	
<p>Realização e divulgação trimestral dos resultados do Índice de Custo do Trabalho (Base 2008).</p> <p>[LGAEO Obj.2/LA1]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>(Apresentação da comunicação “<i>The Labour Cost Index in Portugal</i>” no âmbito WG LAMAS-LMI do Eurostat - outubro de 2016).</p>
<p>Análise da viabilidade, em termos de conteúdos e de prazos, da utilização parcial de dados de fontes administrativas para apuramento do Índice de Custo do Trabalho.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA4]</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p>
<p>Realização e divulgação dos resultados do Inquérito às Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais de 2015.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA18]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Criação de novos indicadores para disponibilização no Portal relativos a séries de dados históricas do IE (série 1974 e série 1983).</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA19]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>(Compilação da informação relativa a 34 indicadores da série 1974, de 56 indicadores da série 1983 e de 56 indicadores da série 1992).</p>
<p>Preparação e divulgação, numa base semestral, de análises sobre temáticas pertinentes do mercado de trabalho, dando visibilidade aos resultados obtidos a partir do Inquérito ao Emprego. [LGAEO Obj.2/LA1]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>(Publicação dos seguintes estudos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Organização do trabalho e do tempo de trabalho – Módulo <i>ad hoc</i> de 2015 do Inquérito ao Emprego” (junho). - “Jovens no mercado de trabalho – Módulo <i>ad hoc</i> de 2016 do Inquérito ao Emprego” (dezembro).
<p>Participação (INE em articulação com GEP/MTSSS) nos trabalhos para definição de um subsistema de informação das estatísticas sobre doenças profissionais, no contexto do Regulamento quadro da União Europeia e das Estratégias Europeia e Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho. [LGAEO Obj.1/LA7]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Criação de um Grupo de Trabalho interdepartamental para a preparação</p>	<p>Concretizada.</p>

<p>do processo de alteração do Inquérito ao Emprego, decorrente, entre outros fatores, da adoção dos novos conceitos da OIT definidos na 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho e do alinhamento com o novo Regulamento do PE e do Conselho relativo aos inquéritos às famílias.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA18]</p>	
<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Visita de trabalho do Eurostat, no âmbito das Estatísticas dos Acidentes de Trabalho, em que participaram o INE e o GEP/MTSSS (entidade com delegação de competências nesta operação estatística), em janeiro. [LGAEO Obj.3/LA9] • Visita de estudo ao INE dos alunos da <i>Radboud University</i> (Holanda), em 12 de fevereiro, na qual o INE apresentou a comunicação “<i>Labour Market Statistics in Portugal: What are they? What do they tell us?</i>”. [LGAEO Obj.3/LA9] • Visita de trabalho do INE de Angola relativa às Estatísticas do Trabalho e Segurança Social, em colaboração com o GEP/MTSSS (março). [LGAEO Obj.3/LA9] • Participação na 1.ª reunião da TF do Eurostat “<i>Implementing measure: input harmonization</i>” (abril). [LGAEO Obj.3/LA9] • Visita de trabalho do <i>Statistical Office of the Republic of Serbia</i> ao GEP/MTSSS, sobre “<i>Job Vacancy Statistics</i>”, na qual o INE apresentou a comunicação “<i>The relationship between the Ministry of Labour and Statistics Portugal under a Delegation Protocol</i>” (novembro). [LGAEO Obj.3/LA10] • Participação na Conferência do Eurostat “<i>Towards more agile social statistics</i>”, realizada no Luxemburgo, tendo o INE moderado a sessão relativa a “<i>Better statistical outputs (including user-defined output geographies</i>” (novembro). [LGAEO Obj.3/LA9]
Rendimento e Condições de Vida	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Preparação da terceira edição do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em articulação com o Banco de Portugal no âmbito do Eurosistema.</p> <p>[LGAEO Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Versão final do questionário e componente metodológica no 1º trimestre de 2017.</p>
<p>Divulgação de resultados da edição de 2016 do Índice de bem-estar para</p>	<p>Concretizada.</p>

Portugal (IBE). [LGAE0 Obj.2/LA1]	
Divulgação dos resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2015 em maio de 2016, o que representa uma antecipação de 5 meses, a adotar em anos futuros. [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada.
Divulgação dos resultados provisórios do EU-SILC 2016 no próprio ano do inquérito. [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada.
Disponibilização da base de dados longitudinais 2012-2015 do EU-SILC em junho de 2016. [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada.
Recolha, apuramento e análise dos dados do módulo <i>ad hoc</i> EU-SILC 2016 (acesso a serviços de cuidados das crianças, de educação formal e não formal, de aprendizagem ao longo da vida, de saúde e de cuidados de saúde em casa) e prosseguimento da recolha de dados sobre privação material para monitorização e revisão dos indicadores no âmbito do programa Europa 2020. [LGAE0 Obj.1/LA18]	Concretizada.
Divulgação dos resultados provisórios do Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 em dezembro de 2016. [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada.
Desenvolvimento dos primeiros ensaios exploratórios sobre a viabilidade de obtenção de estimativas regionais para os indicadores Europa 2020 sobre pobreza ou exclusão social. [LGAE0 Obj.1/LA18]	Concretizada.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nas duas reuniões da <i>Task Force on Flash estimates for income and poverty indicators</i>, organizadas pelo Eurostat. [LGAE0 Obj.3/LA9] • Colaboração na preparação da comunicação "<i>Statistics on Income, Consumption and Wealth – The Portuguese</i>

	<p><i>Experience</i>", apresentada na conferência dos DGINS em Viena (setembro). [LGAEO Obj.3/LA9]</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na reunião da <i>Task Force Income, Consumption and Wealth</i>, organizada pelo Eurostat. [LGAEO Obj.3/LA9] • Preparação em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Visita a Portugal do Relator Especial das Nações Unidas sobre "Direito a uma Habitação Adequada". [LGAEO Obj.3/LA9] • Participação na Conferência do Eurostat "<i>Towards more agile social statistics</i>", realizada no Luxemburgo (novembro). [LGAEO Obj.3/LA9]
Educação e Formação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Preparação e realização do Inquérito à Educação e Formação de Adultos de 2016 (3ª edição). [LGAEO Obj.1/LA18]	Concretizada.
Organização, análise e integração dos dados administrativos da educação no âmbito do exercício anual do UOE, associado ao Regulamento (CE) n.º 452/2008, em articulação com a DGEEC/MED MCTES. [LGAEO Obj.1/LA4]	Concretizada. Apresentação da comunicação " <i>Portuguese UOE finance data: how to surpass derogations using National Accounts</i> " no WG ETS do Eurostat (junho).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do Dossiê "Estatísticas do Género" e participação na reunião das Nações Unidas "<i>Work Session and Workshop on Gender Statistics</i>", na Lituânia (junho). [LGAEO Obj.3/LA9] • Participação, em conjunto com a DGEEC/MEC, nas seguintes reuniões realizadas em Lisboa: 15.ª Reunião da Rede NESLI (março); 16th Meeting of the INES Network on Labour Market, Economic and Social Outcomes of Learning (setembro). [LGAEO Obj.3/LA9]
Cultura Desporto e Lazer	
Plano	Atividades desenvolvidas
Continuação da apropriação de dados administrativos para a disponibilização de estatísticas oficiais na área do património cultural imóvel (Direção-Geral do Património Cultural), do	Concretizada.

Cinema (Instituto do Cinema e Audiovisual) e do Desporto (Instituto Português do Desporto e Juventude e Federação Portuguesa de Futebol). [LGAEO Obj.1/LA4]	
Participação, no contexto do Eurostat, na definição dos domínios e fontes de informação para a obtenção regular e comparável de indicadores estatísticos na área do Desporto. [LGAEO Obj.3/LA9]	Não concretizada. (Ausência de desenvolvimentos por parte do Eurostat).
Preparação e disponibilização da publicação eletrónica Estatísticas da Cultura 2015 de acordo com a abordagem dos domínios culturais e criativos definidos pelo Eurostat, e divulgação dos principais indicadores desta área. [LGAEO Obj.2/LA1]	Concretizada.
Acompanhamento do desenvolvimento do sistema de informação integrado da cultura do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, visando o aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos no sentido de reduzir a carga sobre os respondentes. [LGAEO Obj.1/LA4]	Não concretizada. Ausência de desenvolvimentos por parte do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Carregamento no Portal das Estatísticas Oficiais, através do <i>DataWarehouse</i> , dos indicadores relativos ao Inquérito às Publicações Periódicas e ao Inquérito aos Recintos de Espetáculos (Série de 2011-2013- 2015, NUTS2013). [LGAEO Obj.2/LA1]
Saúde e Incapacidades	
Plano	Atividades desenvolvidas
Preparação e divulgação de publicações de natureza analítica com os resultados definitivos do “Inquérito Nacional de Saúde 2014” e “Causas de morte 2014”. [LGAEO Obj.2/LA1]	Concretizada.
Preparação do apuramento e análise dos indicadores relativos à publicação “Estatísticas da Saúde 2014”, a divulgar por ocasião do Dia Mundial da	Concretizada.

Saúde. [LGAE0 Obj.1/LA18]	
Apuramento e análise dos dados provisórios relativos aos óbitos por causas de morte em 2015, com base nos dados de óbitos recolhidos e codificados através do Sistema de Informação dos Certificados de óbito (SICO). [LGAE0 Obj.1/LA18]	Não concretizada. Atraso na fase de codificação das causas de morte por parte da DGS.
Disponibilização da base de causas de morte 2014 e respetiva meta informação ao Eurostat, de acordo com o regulamento (UE) nº 328/2011 da Comissão de 5 de abril de 2011, de aplicação do Regulamento (CE) nº 1338/2008 no que se refere às estatísticas sobre causas de morte. [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada.
Apuramento, análise e divulgação dos dados sobre os recursos e a atividade dos cuidados de saúde primários em 2015, com base em dados administrativos dos sistemas de informação das administrações regionais de saúde e regiões autónomas e através da articulação com a Administração Central do Sistema de Saúde e com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. [LGAE0 Obj.1/LA4]	Não concretizada. Necessário prolongamento dos estudos técnicos prévios para avaliação da possibilidade de apropriação dos dados administrativos do Ministério da Saúde para fins estatísticos. Assinatura de protocolo transitou para o 1º trimestre de 2017.
Recolha, apuramento e análise dos dados sobre os recursos e a atividade dos hospitais, com recurso parcial a dados administrativos dos sistemas de informação das administrações regionais de saúde e regiões autónomas e através da articulação com a Administração Central do Sistema de Saúde e com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. [LGAE0 Obj.1/LA4, LA18]	Não concretizada. Proposta de protocolo de colaboração entre as entidades intervenientes em apreciação final pelo ACSS/MS e SPMS/MS, perspetivando-se a sua assinatura para o 1º trimestre de 2017.
Recolha e apuramento da informação sobre Pessoal de saúde 2015, com	Concretizada.

base nos resultados disponibilizados pelas ordens e associações profissionais. [LGAEO Obj.1/LA4]	
Atualização da informação sobre farmácias e medicamentos, disponibilizada pelo Infarmed, e sobre prevenção e doenças de declaração obrigatória, disponibilizada pela DGS e pelo INSA, no Portal de Estatísticas Oficiais. [LGAEO Obj.2/LA1]	Concretizada parcialmente. Introdução de alterações metodológicas e receção tardia dos dados relativos a doenças de declaração obrigatória.
Continuação da Implementação das recomendações do relatório do Grupo de Trabalho das Estatísticas da Saúde do Conselho Superior de Estatística, nomeadamente a integração de dados administrativos sobre morbilidade e para a criação do universo dos prestadores de serviços de saúde em Portugal e respetiva meta informação. [LGAEO Obj.3/LA1]	Concretizada.
Compilação, apuramento e disponibilização ao Eurostat do <i>Joint Questionnaire on Non-Monetary Health Care Statistics</i> 2016, realizado no âmbito da colaboração entre esta entidade com a OECD e a OMS-Europa. [LGAEO Obj.3/LA9]	Concretizada.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Participação, com o Ministério da Saúde, na visita de trabalho do INE e Ministério da Saúde de Angola (março). [LGAEO Obj.3/LA9]
Proteção Social	
Plano	Atividades desenvolvidas
Conclusão da análise de viabilidade da utilização de dados administrativos da Segurança Social para fins estatísticos, em parceria com o GEP/MTSSS e no quadro da delegação de competências. [LGAEO Obj.1/LA4]	Não concretizada. Aguarda-se disponibilidade do GEP/MTSSS.
Divulgação dos resultados sobre receitas e despesas de proteção social e sobre beneficiários de pensões	Concretizada.

(SEEPROS) em 2014. [LGAE0 Obj.1/LA18]	
Divulgação dos resultados sobre prestações líquidas de proteção social em 2013. [LGAE0 Obj.1/LA18]	Concretizada.
Atualização anual da informação qualitativa sobre os regimes de proteção social e dos relatórios técnicos do SEEPROS e disponibilização ao Eurostat. [LGAE0 Obj.1/LA18]	Concretizada.
Recolha da informação necessária aos exercícios SEEPROS 2015 junto dos prestadores de proteção social. [LGAE0 Obj.1/LA18]	Concretizada.
Justiça	
Plano	Atividades desenvolvidas
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Participação com a DGPJ/MJ na visita de trabalho de técnicos das áreas da Estatística de Justiça e Segurança de Cabo Verde (setembro). [LGAE0 Obj.3/LA9]
1.4.2. Território e Ambiente	
Território	
Plano	Atividades desenvolvidas
Implementação do Sistema de Informação de suporte à monitorização de contexto e de resultado do Portugal 2020 no Portal e robustecimento do quadro de informação disponibilizado pelo SEN, tendo em consideração os objetivos associados aos domínios temáticos de intervenção (Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) e os domínios temáticos transversais (Territorialização das Intervenções e Reforma da Administração Pública) e as conclusões do Grupo de Trabalho da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de	Concretizada. O GT para a criação do sistema de indicadores de contexto/resultados do Portugal 2020 concluiu o seu mandato em julho de 2016 e o relatório final estabeleceu, nomeadamente, a estrutura e conteúdos dos dois sistemas de indicadores e uma proposta de disponibilização da informação no Portal, a concluir no âmbito do Plano de atividades de 2017.

Estatística. [LGAEO Obj.1/LA18]	
<p>Produção e divulgação dos resultados do estudo estatístico Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) e respetivos índices parciais de competitividade, coesão e qualidade ambiental para as regiões NUTS III (NUTS 2013). Consolidação dos processos de articulação com entidades externas que permita assegurar o acesso atempado à informação de base e à produção de resultados.</p> <p>[LGAEO Obj.2/LA1]</p>	Concretizada.
<p>Aprofundamento da cooperação com a Direção Geral do Território no quadro do protocolo existente, para assegurar as necessidades de informação estatística no âmbito do Observatório do Território e Cidades Sustentáveis 2020, incluindo a definição de metodologias para a integração de informação estatística e geográfica. [LGAEO Obj.1/LA18]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Elaboração do relatório nacional a apresentar à Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável HABITAT III (coordenado pela DGT).</p> <p>Participação na Comissão Técnica <i>Ad-hoc</i> para a elaboração da versão portuguesa da “Norma ISO 37120:2014 - Desenvolvimento sustentável de comunidades - indicadores para os serviços urbanos e a qualidade de vida”.</p>
<p>Avaliação da atual linha editorial do estudo analítico Retrato Territorial de Portugal com base na auscultação dos utilizadores, tendo como referência os objetivos da política de coesão 2014 – 2020 e as possibilidades de interatividade proporcionadas pelo suporte eletrónico/web no âmbito da política de difusão do INE. [LGAEO Obj.1/LA18]</p>	Concretizada parcialmente por insuficiência de recursos humanos.
<p>Aprofundamento dos estudos para a produção de indicadores de acessibilidade potencial dos territórios e população residente a equipamentos de utilização coletiva. qualidade de vida. [LGAEO Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Atualização e alargamento dos equipamentos de utilização coletiva georreferenciados e avaliação de alternativas para a operacionalização de distâncias-tempo para a operacionalização de indicadores de acessibilidade territorial.</p>
<p>Estudo de viabilidade para a operacionalização de Mercados Locais de Trabalho/Regiões Urbanas Funcionais de acordo com a metodologia proposta pelo Eurostat, garantindo a avaliação de</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Elaboração do relatório metodológico intermédio e respetiva entrega ao Eurostat de acordo com os calendários definidos no contrato estabelecido com o Eurostat.</p>

fontes alternativas aos Censos 2011 e a comparação dos resultados obtidos com os provenientes da metodologia nacional. [LGAEO Obj.1/LA18]	A concluir no âmbito do Plano de atividades de 2017.
Realização da nova edição do projeto europeu Auditoria Urbana de suporte à política regional e urbana da Comissão Europeia, garantindo a integração de informação para a construção de indicadores de caracterização das cidades, aglomerações urbanas e áreas urbanas funcionais de acordo com unidades espaciais definidas de forma consistente a nível europeu para a análise comparada da qualidade de vida nas cidades da União Europeia. [LGAEO Obj.1/LA18]	Concretizada. Elaboração e transmissão do relatório de meta informação e preparação dos resultados relativos à recolha 2015.
Estudo de viabilidade para a produção regular de estimativas de área, de acordo com as novas nomenclaturas de uso e ocupação do solo propostas pelo Eurostat, através da integração de dados com base em Tecnologias de Informação Geográfica e em técnicas de análise em pequenos domínios. [LGAEO Obj.1/LA18]	Concretizada. Elaboração do relatório metodológico intermédio e transmissão de resultados ao Eurostat de acordo com os calendários definidos no contrato estabelecido com o Eurostat. A concluir no âmbito do Plano de atividades de 2017.
Realização da Conferência Internacional SCORUS 2016 – “ <i>Indicators for territorial policies – closing data gaps by using traditional and new sources and methods</i> ”, em parceria com o SCORUS (Comité para as Estatísticas Regionais e Urbanas da Associação Internacional de Estatísticas Oficiais - IAOS) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento). [LGAEO Obj.3/LA9]	Concretizada. (Conferência realizada de 29 de junho a 1 de julho; mais de uma centena de participantes; cerca de 30 apresentações; sete sessões temáticas; três comunicações de enquadramento proferidas por membros da OCDE, UN-GGIM-Europe e Eurostat; mesa redonda com especialistas em política regional e estatísticos; sessão de encerramento pela Ministra da Presidência e Modernização Administrativa).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento das atividades da iniciativa UN-GGIM: Europe, em particular do Grupo de Trabalho B sobre Integração de Dados, que apresentou os seguintes relatórios ao Comité Executivo: B2 “<i>Recommendations for methods implementing the prioritised combinations of data</i>” e B3 “<i>How to manage side-effects induced by data combinations</i>”. [LGAEO Obj.3/LA9]

- Início do estudo de viabilidade para a produção e divulgação de Estatísticas de preços na habitação ao nível local com periodicidade infra-anual com base em informação administrativa. [LGAEO Obj.1/LA4]
- Realização das seguintes apresentações:
 - “*Interaction between NMCA and NSI the Portuguese example of cooperation between INE and DGT*”, UN-GGIM: *Europe Work Group B ‘Data Integration’*, Luxemburgo (março). [LGAEO Obj.3/LA9]
 - “A Construção de uma Tipologia Socioeconómica para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto: 2011 e evolução 2001-2011”, XXIII Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD), Évora (março-abril). [LGAEO Obj.3/LA2]
 - “*Labour Market Areas in Portugal*”, *Kick-off meeting of LMA project*, Luxemburgo (abril). [LGAEO Obj.3/LA9]
 - “*Portugal through official statistics and main dynamic factors in a territorial approach*”, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (abril). [LGAEO Obj.3/LA9]
 - “Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial”, Seminário ‘Quotidianos do feminino: do passado ao presente. 1900 anos de mudança’, Alverca-Vila Franca de Xira (maio). [LGAEO Obj.3/LA2]
 - “*Population estimates according to Urban Areas Typology From the relevance of production to the dissemination of new statistical information*”, SCORUS 2016 Conference, Lisboa (junho/julho). [LGAEO Obj.3/LA9]
 - “*Labour Market Areas: The Portuguese case*”, SCORUS 2016 Conference, Lisboa (junho/julho). [LGAEO Obj.3/LA9]
 - “*Deriving territorial indicators based on the integration of geospatial and statistical data challenges and opportunities*”, SCORUS 2016 Conference, Lisboa (junho/julho). [LGAEO Obj.3/LA9]
 - “*Multi-source approach for enhanced LUCAS statistics: a pilot study in Portugal*”, SCORUS 2016 Conference (junho/julho). [LGAEO Obj.3/LA9]
 - “Estimativas da população de acordo com a Tipologia de Áreas Urbanas: da relevância da produção à disponibilização de nova informação”, V Congresso Português de Demografia, Lisboa (outubro). [LGAEO Obj.3/LA2]
 - “A Economia na Cidade e o Trabalho”, Assembleia Municipal de Lisboa, Lisboa (outubro). [LGAEO Obj.3/LA2]

	- "Regiões Urbanas Funcionais: metodologias nacional e europeia - resultados preliminares", Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (outubro). [LGAEO Obj.3/LA2]
Ambiente	
Plano	Atividades desenvolvidas
Regionalização e atualização do balanço de nutrientes desde 1990, em conformidade com a recente revisão metodológica do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC). Este trabalho será divulgado através de um destaque que constituirá a nota de apresentação para a reedição da publicação relativa aos indicadores agroambientais (a única edição até ao momento foi divulgada em setembro de 2009). [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada parcialmente. Adaptação do Balanço de Nutrientes à metodologia revista do IPCC concluída com sucesso. Impossibilidade de regionalização de resultados por atraso da disponibilização, pela APA, da espacialização das emissões de gases com efeito de estufa, tendo como consequência a não publicação dos indicadores agroambientais.
Racionalização dos indicadores sobre o Ambiente constantes no Portal de Estatísticas Oficiais (Indicadores Agroambientais, indicadores de contexto do QREN, indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Indicadores estruturais, etc.), em conformidade com o projeto <i>streamlining indicators</i> . [LGAEO Obj.1/LA17]	Não concretizada. A desenvolver no âmbito dos trabalhos dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.
Divulgação de Destaque relativo às estatísticas da água, na sequência da melhoria da qualidade da informação de base, desde que esta seja devidamente disponibilizada ao INE pela ERSAR. [LGAEO Obj.2/LA1]	Não concretizada. Atraso na disponibilização da informação pela ERSAR e APA.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de duas publicações não programadas e respetivos Destaques, relativas à temática dos resíduos e à gestão e proteção do ambiente nas empresas da indústria. [LGAEO Obj.2/LA1] • Mapeamento dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável associados à área do ambiente. [LGAEO Obj.1/LA17]

1.4.3. Economia e Finanças	
Contas Nacionais	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação dos resultados finais das Contas Nacionais Anuais relativos a 2014; e das Contas Nacionais Anuais Provisórias, 9 meses após o período de referência, num quadro de consolidação da produção de contas nacionais anuais finais 21 meses após o período de referência, dando pleno cumprimento ao programa de transmissão do SEC 2010. [LGAEO Obj.1/LA13]	Concretizada. Produzida e transmitida, pela primeira vez, informação de contas provisórias, na ótica da oferta, 9 meses após o período de referência, com um detalhe de 21 ramos de atividade, e incorporando dados da Informação Empresarial Simplificada. Esta informação permitiu não apenas ampliar o grau de cumprimento do Programa de Transmissão do SEC2010, como reforçar a informação de base utilizada na compilação das Contas Nacionais Trimestrais.
Compilação da Matriz Simétrica de Input-Output, tendo 2013 como ano de referência. [LGAEO Obj.1/LA13]	Concretizada.
Compilação de informação de <i>stocks</i> de capital por ativo e ramo de atividade. [LGAEO Obj.1/LA13]	Concretizada. Envio ao Eurostat da informação sobre <i>stocks</i> de ativos não financeiros, por setor institucional e por ramo de atividade para o ano de 2014 e respetiva retropolação para o período de 2000 a 2011. Com o envio desta informação, Portugal passa a cumprir integralmente o exigido nos quadros 20 e 26 do Programa de Transmissão.
Conclusão do estudo sobre a disponibilização de estimativas rápidas das Contas Nacionais Trimestrais 30 dias após o final de trimestre de referência, ao abrigo de uma subvenção do Eurostat. [LGAEO Obj.1/LA13]	Concretizada. O projeto foi concluído como planeado, enviado no prazo estabelecido e aprovado pelo Eurostat.
Preparação e disponibilização de séries longas de alguns indicadores macroeconómicos relevantes, compatíveis com a nova série de contas nacionais. [LGAEO Obj.1/LA19]	Não concretizada por insuficiência de recursos humanos.
Atualização do inventário de fontes e métodos das contas trimestrais para a base 2011 das contas nacionais. [LGAEO Obj.1/LA13]	Concretizada parcialmente por insuficiência de recursos humanos.
<i>Outros desenvolvimentos não</i>	Realização de uma “visita de diálogo” do Eurostat do âmbito

<i>explicitados no Plano de Atividades</i>	do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), visando analisar os dados notificados, examinar questões metodológicas, debater os processos e fontes das estatísticas descritas no inventário e avaliar a observância das normas de contabilidade nacional. [LGAEO Obj.1/LA14]
Contas Satélite e Regionais	
Plano	Atividades desenvolvidas
Disponibilização da série retrospectiva de Contas Regionais em NUTS 2013, concluindo assim toda a informação retrospectiva de contas nacionais e regionais. LGAEO Obj.1/LA15]	Concretizada.
Elaboração de uma nova edição da conta satélite da economia social, tendo por referência o ano de 2013, e início dos trabalhos para a compilação da conta satélite do turismo (2014). [QUAR Obj.1/Ind.4] [LGAEO Obj.1/LA15]	Concretizada. Conta satélite da economia social 2013: resultados divulgados em dezembro sob a forma de Destaque e apresentação pública prevista para fevereiro de 2017. Projeto foi apresentado internacionalmente na UNSC e no Eurostat. Conta Satélite do Turismo: iniciados os trabalhos para a elaboração da conta satélite do turismo 2014/2015, prevendo-se a sua conclusão e divulgação dos resultados em 2017.
Desenvolvimento de novas vertentes no âmbito da conta satélite do ambiente, que se traduzirão na inclusão de novos módulos temáticos: conta de bens e serviços ambientais; despesas de proteção ambiental; e contas de fluxos físicos de energia. [LGAEO Obj.1/LA15]	Concretizada. i) Produção de uma série (2000-2014) da conta de fluxos físicos de energia (resultados em apreciação); ii) desenvolvimento e preparação da conta de bens e serviços ambientais e iii) desenvolvimento e preparação da conta despesas de proteção ambiental. Resultados a divulgar em 2017.
Disponibilização da série de dados retrospectivos, em conformidade com o novo <i>System of Health Accounts – 2011 edition</i> (SHA-2011), a par da divulgação regular da conta satélite da saúde (valores finais para 2013, provisórios para 2014 e preliminares para 2015). [LGAEO Obj.1/LA15]	Concretizada. Disponibilizados os resultados para o período 2013-2015, bem como dados retrospectivos a 2000, de acordo com o novo manual (SHA 1.0). Elaborado o documento metodológico, a disponibilizar em 2017.
Disponibilização das contas satélite do Mar e do Desporto (2010-2011). [QUAR Obj.1/Ind.2 e 3] [LGAEO Obj.1/LA15]	Concretizada. Conta Satélite do Desporto: apresentação dos resultados, para o período 2010-2012 (em abril) Conta Satélite do Mar, para o período 2010-2013 (em junho).

<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<p>Sistema de Indicadores de Contexto do QREN (SIC QREN) em NUTS 2002: disponibilização antecipada da totalidade da informação solicitada (março). [LGAEO Obj.1/LA15]</p> <p>Criação do Grupo de Trabalho para a implementação dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG). Trabalhos realizados: i) mapeamento dos 241 indicadores SDG disponíveis para Portugal; ii) verificação da informação já divulgada para Portugal pelas Nações Unidas (NU); iii) elaboração de um relatório sobre os indicadores SDG (tier I) em Portugal. (Projeto a prosseguir nos próximos anos) [LGAEO Obj.1/LA15]</p>
Conjuntura Económica e Preços	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Avaliação dos resultados provisórios do IDEF (Inquérito às despesas das famílias), que deverão ser disponibilizados em setembro/outubro de 2016, tendo em consideração a sua utilização no IPC/IHPC, tanto ao nível da atualização da estrutura de ponderadores como ao nível da atualização do cabaz de produtos. [LGAEO Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Estabelecimento de adequadas práticas de colaboração entre as instituições envolvidas no fornecimento de informação de base à compilação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) e o INE, tendo como objetivos: i) restringir os custos de recolha direta; ii) ampliar a robustez dos agregados elementares; iii) atualizar anualmente a estrutura de ponderação ao nível mais detalhado de um modo mais efetivo; iv) garantir a qualidade sustentada do indicador. [LGAEO Obj.1/LA4]</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p><i>Scanner data:</i> Realização de reuniões com responsáveis de grandes retalhistas nacionais, contudo, ainda não foi operacionalizada a transmissão regular desta informação por nenhum operador, não tornando possível a sua integração na produção do IPC.</p> <p><i>Webscrapping:</i> Continuação dos estudos deste processo de recolha digital de preços para aplicação na produção do IPC. Efetuados testes de validação com resultados positivos.</p> <p>Utilização de informação administrativa para a produção do IPC: no âmbito do Programa Simplex +, realizados contactos com a Autoridade Tributária para disponibilização regular ao INE de informação proveniente de recibo eletrónico de rendas,</p>
	<p>para o seu aproveitamento para fins estatísticos, o que permitirá reduzir os custos de produção do IPC, a carga estatística sobre os cidadãos e melhorar a qualidade do índice de preços das rendas de habitação.</p>
<p>Implementação do novo ano de referência do IHPC (2015=100) e</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Implementada a nova base. Não compilação do Inventário de</p>

compilação do Inventário de fontes e métodos e do relatório de qualidade do IHPC para reporte ao Eurostat. [LGAEO Obj.1/LA17]	fontes e métodos e do Relatório de qualidade devido à insuficiência de recursos humanos e ao facto de o Eurostat não ter decidido o formato definitivo do Inventário.
Mudança de base dos Indicadores de Curto Prazo (Índice de Produção Industrial; Índice de Preços na Produção Industrial; Índice de Volume de Negócios e Emprego na Indústria; Índice de Volume de Negócios e Emprego no Comércio a Retalho; Índice de Volume de Negócios e Emprego nos Serviços; Índice de Produção na Construção e Obras Públicas; Índice de Custos na Construção de Habitação Nova; Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas). [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada parcialmente. Mudança de base do Índice de Preços na Produção Industrial: executada e em produção (dados retrospectivos a janeiro 2005). Restantes índices: executados os trabalhos preparatórios, nomeadamente o cálculo dos ponderadores e a atualização de documentação. Entrada em produção no primeiro semestre de 2017.
Disponibilização do Índice de Preços na Produção Industrial por mercado (interno e externo). [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada. (Dados retrospectivos a janeiro de 2015).
Alargamento da produção do Índice de Preços de Produção de Serviços a novas atividades, nos termos do compromisso estabelecido com o Eurostat visando dar cumprimento ao respetivo Regulamento. [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada parcialmente. Índice de preços dos serviços postais e de <i>courier</i> : em produção. Serviços jurídicos e contabilísticos, serviços de emprego e serviços de segurança e investigação: em desenvolvimento.
Divulgação de dados dos Inquéritos Qualitativos às Empresas com base em novas amostras, apresentando dados retrospectivos consistentes. [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada. (Dados retrospectivos e alargamento do âmbito do inquérito às Regiões Autónomas).
Início da preparação da mudança de amostra do Inquérito de Conjuntura ao Investimento. [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada. (Em produção; alargamento do âmbito do inquérito às Regiões Autónomas).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e divulgação das Paridades de Poder de Compra 2015. [LGAEO Obj.1/LA17] <p>Produção regular (trimestral) do Índice de Preços da Habitação, com novo conteúdo incluindo informação sobre o valor das transações e análise regional. [LGAEO Obj.1/LA17]</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um estudo para produção de um índice de

	preços de imóveis comerciais, em parceria com o Banco de Portugal. [LGAEO Obj.1/LA17]
Empresas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Disponibilização da informação do Sistema de Contas Integradas das Empresas (após a sua revisão em 2015) relativa a 2014. [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada.
Constituição de um ficheiro de empresas, de acordo com a definição do Regulamento n.º 696/93, recorrendo às diferentes fontes disponíveis: Ficheiro de Unidades Estatísticas (incluindo Grupos de Empresas), <i>European Groups Register</i> , Filiais de Empresas Estrangeiras e IES. [LGAEO Obj.3/LA8]	Concretizada parcialmente. Criação, de um grupo de trabalho com o objetivo de implementar a definição da unidade estatística “Empresa” no INE. Teste, análise e ajustamento dos métodos propostos pelo Eurostat, quer para a delineação quer para o cálculo de algumas variáveis do SBS (aditivas e não aditivas). Constituição de um primeiro universo de “Empresas”.
Definição de critérios de validação para melhoria da qualidade da informação sobre os estabelecimentos. [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada. Definição dos critérios de validação e aperfeiçoamento da análise e tratamento dos dados dos estabelecimentos relativos a 2014.
Reformulação dos impressos da Informação Empresarial Simplificada (IES), de acordo com os novos modelos de Demonstrações Financeiras (Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Portaria n.º 220/2015 de 24 de junho). [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada. Trabalhos desenvolvidos pelo GT da IES (AT, INE, BdP, IRN e DGAE).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Estudos preliminares para a realização de um Inquérito às Práticas de Gestão (IPG), designadamente tendo em atenção as melhores práticas a nível internacional (realizados pelo Banco Mundial, pelo Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, EUA e Canadá). Os resultados do IPG (com realização prevista para 2017), permitirão avaliar, designadamente, a importância da gestão na produtividade das empresas, bem como o seu contributo para o seu desempenho diferenciado. [LGAEO Obj.1/LA17]

1.4.4. Comércio Internacional	
Comércio Internacional de Bens	
Plano	Atividades desenvolvidas
Desenvolvimento e implementação do módulo das estimativas de não resposta do Sistema do Comércio Internacional (SCI), que permitirá uma redução dos tempos de processamento e o alargamento do período de análise da informação e contribuirá para o aprofundamento da qualidade dos resultados a divulgar. [LGAEO Obj.1/LA6]	Concretizada.
Desenvolvimento dos módulos em falta no SCI, nomeadamente os relativos às discrepâncias face ao IVA e ao cálculo e análise das taxas de cobertura, para apoio na definição dos limiares. [LGAEO Obj.1/LA6]	Concretizada parcialmente. Concluído apenas o módulo relativo às discrepâncias face ao IVA.
Desenvolvimento de um estudo de viabilidade para a definição de um novo modelo de difusão das estatísticas do Comércio Internacional, integrado nos trabalhos de reestruturação do Portal. [LGAEO Obj.2/LA4]	Não concretizada. (A desenvolver no âmbito da reestruturação do Portal das Estatísticas Oficiais).
Participação no processo de simplificação do Comércio Internacional (SIMSTAT e <i>Re-Design</i> do Intrastat), incluindo a implementação da consulta aos principais <i>stakeholders</i> . [LGAEO Obj.3/LA9]	Concretizada. Realização do inquérito às empresas sobre a carga administrativa provocada pelo Intrastat, realizado pelo Eurostat, via plataforma específica da Comissão Europeia, tendo o INE assegurado a dinamização deste inquérito ao nível nacional. Continuação da troca de microdados entre os Estados-membros após o fim do teste piloto, de grande utilidade na análise e na redução das assimetrias de informação entre países. Participação na preparação do novo regulamento de base das estatísticas europeias (FRIBS), nomeadamente no que respeita ao Comércio Internacional.
Consolidação do processo do Extrastat relativo à integração dos dados da importação via eletrónica (STADA-Importação) e implementação da	Concretizada parcialmente. (<i>Webservice</i> ainda não implementado no fluxo de importação).

utilização exclusiva de canais de transmissão entre a AT e o INE via <i>webservice</i> . [LGAE0 Obj.1/LA4]	
Consolidação dos procedimentos de recolha via SIGINQ (Sistema Global de Gestão de Inquéritos) no âmbito do Inquérito às Reparações do Comércio Internacional, assim como, início da divulgação dos resultados integrados no Comércio Internacional. [LGAE0 Obj.1/LA6]	Concretizada parcialmente. (Divulgação de resultados em 2017).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Início da divulgação de Índices Trimestrais de Valor Unitário do Comércio Internacional. [LGAE0 Obj.2/LA1] • Início da divulgação de indicadores do Comércio Internacional por modo de transporte. [LGAE0 Obj.2/LA1] • Divulgação antecipada dos resultados anuais provisórios do Comércio Internacional de Bens de 2015. [LGAE0 Obj.2/LA1] • Realização de duas edições do Inquérito sobre Perspetivas de Exportação de Bens. [LGAE0 Obj.2/LA1]
1.4.5. Agricultura, Floresta e Pescas	
Agricultura e Floresta	
Plano	Atividades desenvolvidas
Lançamento do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, a operação estatística mais importante, quer a nível nacional, quer a nível europeu, para caracterizar a atividade agrícola e monitorar o desempenho da nova PAC. A informação relativa às práticas agrícolas e ao desenvolvimento rural permitirá produzir indicadores que consolidarão a metodologia de cálculo das emissões do setor agrícola do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas. Pela primeira vez será utilizada uma plataforma de recolha de informação por autopreenchimento. [LGAE0 Obj.1/LA17]	Concretizada.
Apuramento dos resultados e respetivo relatório de qualidade das estatísticas vitícolas 2015 (no âmbito do Regulamento relativo às culturas	Não concretizada. (O Instituto da Vinha e do Vinho, detentor da informação base não a disponibilizou ao INE, impedindo o cumprimento do

<p>permanentes - Reg. (UE) 1337/2011), com base no tratamento, análise e validação da informação do Cadastro Vitícola Nacional da responsabilidade do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), a enviar ao Eurostat. [LGAEO Obj.1/LA4]</p>	<p>Regulamento (UE) 1337/2011).</p>
<p>Divulgação de Destaques relativos aos setores do leite e da carne, no âmbito da integração da informação proveniente de diferentes fontes estatísticas. [LGAEO Obj.2/LA1]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Continuação dos esforços para apropriação de dados de fontes administrativas para a produção de estatísticas oficiais, nomeadamente através da consolidação do quadro de informação relativo às estatísticas da segurança alimentar; do acompanhamento dos desenvolvimentos dos sistemas de informação administrativos do IFAP; do estabelecimento de um quadro de informação regular com a Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural 2020; da inventariação de fontes de informação alternativas ao Ministério da Agricultura [LGAEO Obj.1/LA4]</p>	<p>Concretizada. (Trabalhos em progresso, analisando as inúmeras fontes administrativas existentes neste setor).</p>
<p>Continuação da participação na discussão da <i>Strategy for Agricultural Statistics 2020 and Beyond</i>, a nível da UE prevendo-se a apresentação ao Parlamento Europeu, para discussão, do 1º regulamento integrado (dirigido às estatísticas estruturais) e a preparação dos respetivos atos delegados e de implementação no PE ainda em 2016. [LGAEO Obj.3/LA9]</p>	<p>Concretizada parcialmente. (1º regulamento quadro encontra-se no Conselho para discussão. 2.º regulamento quadro ainda em discussão nos grupos de trabalho).</p>
<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável potencialmente disponíveis na área da agricultura. [LGAEO Obj.1/LA17] • Regionalização das estatísticas da produção de carne e

	produtos de origem animal. [LGAE0 Obj.1/LA20]
Pescas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Aumento do número de indicadores disponíveis no Portal. [LGAE0 Obj.2/LA1]	Não concretizada. (Insuficiência de recursos humanos da DGRM para assegurar a sistematização de nova informação).
Análise dos resultados da cooperação institucional INE/DGRM relativa à obtenção de informação socioeconómica da indústria transformadora dos produtos da pesca. [LGAE0 Obj.1/LA4]	Não concretizada.
1.4.6. Indústria, Energia e Construção	
Indústria e Energia	
Plano	Atividades desenvolvidas
Aumento do número de indicadores disponíveis no Portal, através da cobertura de novas áreas, tendo por base a informação proveniente da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). [LGAE0 Obj.2/LA1]	Concretizada parcialmente. Criação de novos indicadores no âmbito da monitorização da Estratégia Portugal 2020. Em curso reestruturação dos indicadores da energia disponíveis no Portal, designadamente para também dar resposta aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Elaboração do estudo de viabilidade para a realização de uma nova edição do Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico (ICESD), em parceria com a DGEG. Prossecução dos contactos com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para se promover a divulgação de informação estatística sobre marcas e patentes, importante para a criação e atualização de indicadores de monitorização do Portugal 2020. [LGAE0 Obj.1/LA18]	Concretizada parcialmente. Início do estudo de viabilidade: inventariação necessária; análise de estratégias e metodologias adotadas por outros países; simplificação do modelo de recolha; disponível informação sobre patentes.

Construção e Habitação	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Adaptação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) para satisfação de novas necessidades de informação decorrentes i) da implementação da Estratégia Nacional para Habitação (Resolução do Conselho de Ministros nº 48/2015 de 15 de julho de 2015); ii) das alterações introduzidas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; e iii) de melhor adequação ao processo de atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos.</p> <p>[LGAE0 Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Implementação de alterações nos suportes de recolha do SIOU, para dar resposta a um ponto específico da Estratégia Nacional para a Habitação, nomeadamente associado ao RERU – Regime Excepcional de Reabilitação Urbana.</p>
<p>Melhoria da qualidade da informação produzida no âmbito das Estimativas das Obras Concluídas, através de uma avaliação da metodologia atualmente em vigor. [LGAE0 Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Preparação de uma proposta de alteração da metodologia a apresentar em 2017.</p>
<p>Reformulação do Inquérito à caracterização da habitação social, em colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), com vista à realização de uma nova edição e alargamento da inquirição às Misericórdias. [QUAR Obj.1/Ind.1]</p> <p>[LGAE0 Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Disponibilização dos resultados do Inquérito à Caracterização da Habitação Social em Portugal – 2015, já alargado às Misericórdias.</p>
<p>Atualização da informação a recolher através do Inquérito Anual às Empresas de Construção (a realizar em 2016), em termos de materiais de construção mais usados, e redução da carga estatística sobre as empresas, através de uma maior rotatividade na amostra.</p> <p>[LGAE0 Obj.1/LA17]</p>	<p>Não concretizada por insuficiência de recursos humanos.</p>

1.4.7. Serviços	
Comércio interno	
Plano	Atividades desenvolvidas
Análise e avaliação da qualidade das novas variáveis recolhidas através do Anexo R (estabelecimentos) da IES (Insígnia, Ano de início de atividade e Áreas) a fim de se identificarem eventuais alterações a introduzir nos inquéritos ao comércio, bem como o timing adequado para a sua introdução. [LGAE0 Obj.1/LA17]	Não concretizada. (Adiamento da inserção das novas variáveis no Anexo R da IES por razões alheias ao INE).
Prosecução dos trabalhos para a georreferenciação automatizada dos estabelecimentos comerciais de dimensão relevante. [LGAE0 Obj.1/LA11]	Não concretizada por insuficiência de recursos humanos.
Transportes	
Plano	Atividades desenvolvidas
Aprofundamento da articulação com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, principal entidade fornecedora de informação de base para ficheiros de veículos e para as estatísticas de parque automóvel, avaliando necessidades de informação adicional, os novos circuitos de informação a estabelecer e impactos na apropriação de dados administrativos sobre transportes. [LGAE0 Obj.1/LA4]	Concretizada. (Registo e inspeções de veículos: informação adicional permitirá um melhor refrescamento das bases de amostragem do INE, reduzindo a carga e melhorando a qualidade dos resultados. Inspeções: informação adicional permitirá realizar o estudo para um modelo de estimação da variável Km (proxy para indicadores de tráfego rodoviário), em conjugação com métodos de estimação, a conceber, para o parque não sujeito a inspeção).
Implementação das alterações ao Inquérito ao transporte rodoviário de mercadorias, nomeadamente nos critérios de amostragem e estratificação; reforço da monitorização e controlo de processos. [LGAE0 Obj.1/LA17]	Concretizada. (Aperfeiçoamentos na definição do universo de referência, estratificação e desenho das amostras, atualização mais célere do parque de pesados de referência).
Realização de testes à utilização da nova versão da aplicação do Eurostat de distância entre portos, assim que disponível, tendo em vista o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos para territorialização de	Concretizada. (Colaboração com o Eurostat nos trabalhos de validação e aperfeiçoamento da metodologia de territorialização do transporte, não só sobre transporte marítimo mas especialmente sobre transporte aéreo, dado o seu grande impacto para Portugal, face às opções metodológicas em

toneladas-km e passageiros-km por países e águas internacionais. [LGAEO Obj.1/LA17]	apreciação: águas territoriais ou zona económica exclusiva).
Desenvolvimento de um processo de identificação de todos os serviços de transporte fluvial de passageiros disponíveis em Portugal, para além dos já cobertos pelo inquérito trimestral executado pelo INE, face à previsão de um novo Regulamento UE aplicável a Portugal no que respeita a transporte de passageiros. [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada. (Elaborado um estudo sobre transporte em vias navegáveis interiores, estando identificadas as situações com potencial para futura cobertura estatística; monitorizada a posição de Portugal face ao limiar mínimo de cobertura estatística do transporte fluvial de mercadorias).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Inquérito à Mobilidade 2017 – início dos trabalhos de planeamento e conceção metodológica desta operação estatística, de grande envergadura e complexidade técnica. [LGAEO Obj.1/LA17]
Turismo	
Plano	Atividades desenvolvidas
Conclusão da recolha e tratamento da informação do Inquérito ao turismo internacional 2015/2016 e incorporação de informação administrativa (estatísticas de tráfego aéreo e rodoviário e de alojamento turístico), que permita a estimação do número de residentes e de não residentes que atravessam as principais fronteiras nacionais, suas nacionalidades, perfil e gastos turísticos por rubrica de despesa e difusão dos resultados finais. [LGAEO Obj.1/LA17]	Concretizada.
Renovação dos indicadores no Portal sobre alojamento turístico, contemplando as atualizações verificadas na atividade. [LGAEO Obj.2/LA1]	Concretizada parcialmente. (Concebido um novo formato de indicadores a concluir em 2017).

<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<p>Extensão da recolha do Inquérito ao Turismo Internacional ao longo do 2º semestre de 2016, a pedido do Instituto do Turismo de Portugal, parceiro na operação. Com a introdução das adaptações conceptuais, metodológicas e operacionais inerentes. [LGAEO Obj.1/LA17]</p> <p>Aprofundamento da monitorização da atividade de alojamento turístico, designadamente devido à do Alojamento Local, a prosseguir em 2017. [LGAEO Obj.1/LA17]</p>
-------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1.4.8. Inovação e Conhecimento

Sociedade da Informação

Planeado	Atividades desenvolvidas
<p>Recolha, apuramento e divulgação dos resultados dos inquéritos à utilização de tecnologias de informação e comunicação pelas famílias e pelas empresas 2016 e seu envio ao Eurostat, acompanhados dos respetivos relatórios de qualidade. [LGAEO Obj.2/LA1]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Colaboração técnica na preparação dos Inquéritos à utilização das tecnologias da informação e da comunicação na administração pública central e regional e nas câmaras municipais 2016 (DGEEC). [LGAEO Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada.</p>

Ciência e Tecnologia

Planeado	Atividades desenvolvidas
<p>Análise e divulgação dos indicadores 2014 decorrentes dos Inquéritos ao potencial científico e tecnológico nacional no Portal de Estatísticas Oficiais. [LGAEO Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Colaboração técnica com a DGEEC na preparação dos IPCTN 2015 e do Inquérito aos doutorados 2015. [LGAEO Obj.3/LA1]</p>	<p>Concretizada.</p>
<p>Análise e divulgação dos indicadores decorrentes do Inquérito Comunitário à Inovação 2012-2014 no Portal de Estatísticas Oficiais. [LGAEO Obj.1/LA17]</p>	<p>Concretizada parcialmente. Iniciada a análise dos resultados.</p>

<p>Continuação da articulação com a DGEEC por forma a prosseguir os trabalhos conducentes à transferência de bases de dados das operações estatísticas da área da Ciência e Tecnologia para o <i>Data Warehouse</i> do INE. [LGAEO Obj.3/LA1]</p>	<p>Não concretizada por insuficiência de recursos humanos.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------

1.5. DIFUSÃO E PROCURA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

A difusão de informação pelo INE processa-se através de diversos suportes.

Portal de Estatísticas Oficiais

O Portal de Estatísticas Oficiais continuou a ser o canal privilegiado para a difusão da informação produzida pelo INE. Através dele, o INE colocou à disposição dos utilizadores um volume de informação em crescimento constante e ofereceu-lhes ferramentas de pesquisa regularmente renovadas e/ou ampliadas que lhes proporcionaram uma cada vez maior autonomia no acesso à informação de que necessitam.

De facto, em 2016 foram introduzidas melhorias importantes no Portal das Estatísticas Oficiais: **[LGAE0 Obj.2/LA1]**

- Na área dedicada aos investigadores: atualização das bases de dados já disponíveis e disponibilização de novas bases de dados, no âmbito do Protocolo estabelecido entre o INE/FCT e DGEEC.
- Nos Ficheiros de Uso Público: atualização da informação disponibilizada, de forma segura, sob a forma de microdados, à qual qualquer utilizador pode aceder.
- Disponíveis na Base de Dados do Portal, em dezembro, 8 201 indicadores, o que representa um acréscimo de 2,7% em relação ao ano anterior.

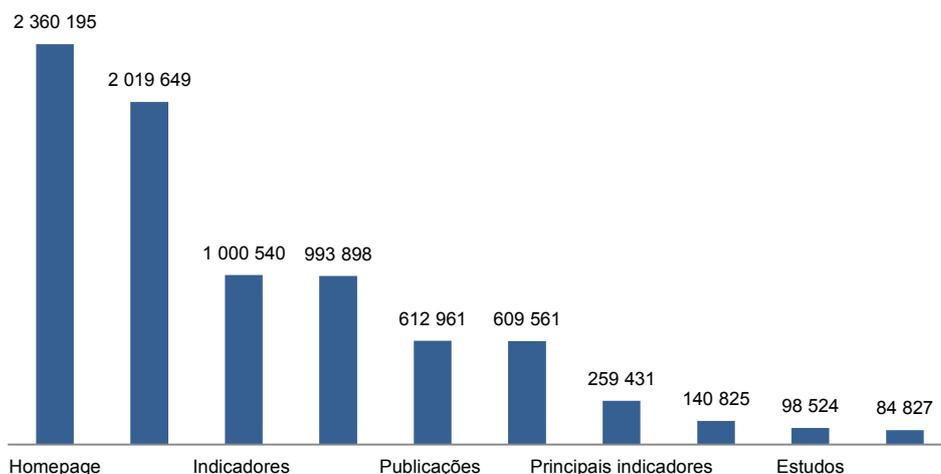
Alguns indicadores sobre a utilização do Portal por utilizadores externos em 2016:

Portal Indicadores síntese

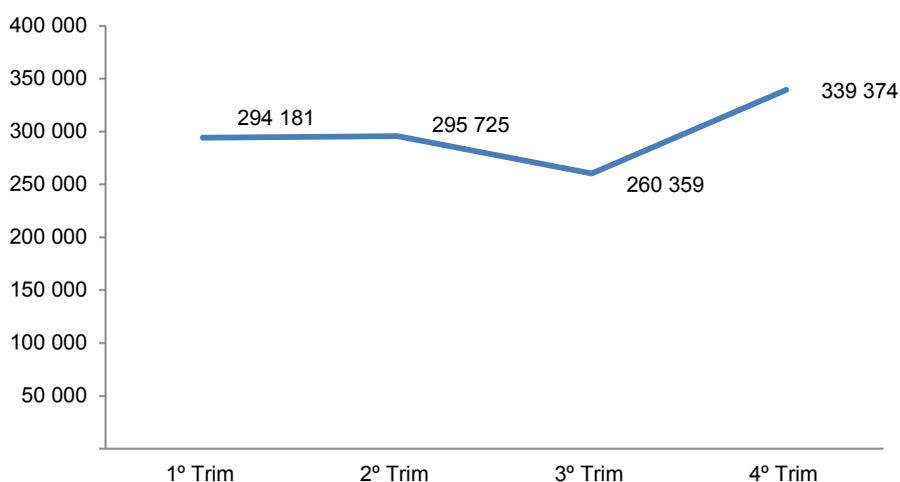
Acessos (a)		Páginas visionadas (a)	
N.º	Varição 2016-2015 (%)	N.º	Varição 2016-2015 (%)
1 189 639	- 0,58%	8 942 483	-5,17%

(a) Só acessos (visitas) externos.

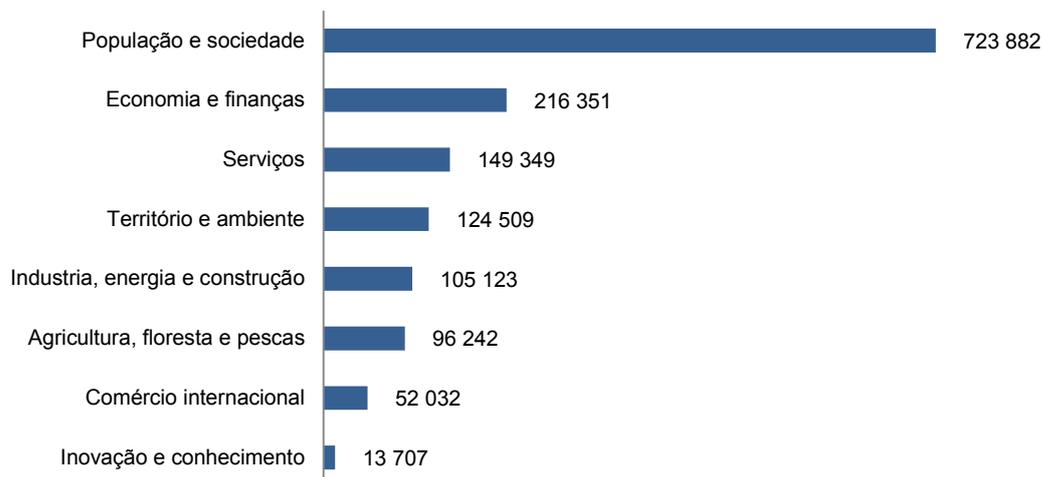
Portal – número de acessos
(as 10 páginas com maior número de acessos)



Portal
Número de visitas por trimestre



Portal
Acessos a indicadores da base de dados, por tema



Nota: O gráfico reflete o nº de acessos a indicadores da base de dados, por utilizadores internos e externos, por tema de difusão (1.º nível). O número de acessos por tema não é igual à soma de todos os acessos, pois um indicador pode estar classificado em mais do que um tema.

Publicações¹

Em 2016, foram editadas 97 publicações (de 51 títulos), das quais:

- 22 em papel e/ou CD-ROM (6 para venda);
- 75 divulgadas exclusivamente (e gratuitamente) no Portal.

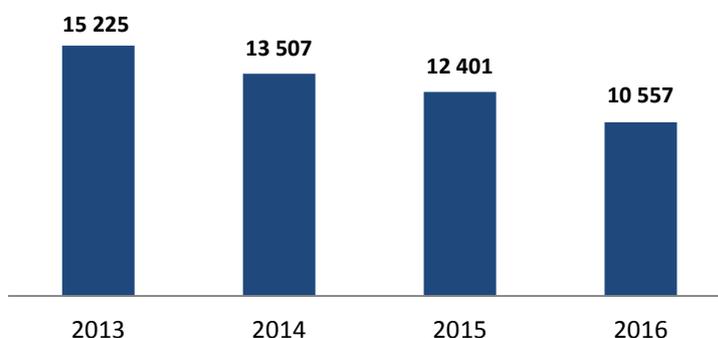
Atendimento e apoio a clientes

O serviço de “Apoio a Clientes” registou, em 2016, um total de 10 557 pedidos de informação, o que representa uma redução de cerca de 15% relativamente a 2015:

Pedidos de Informação por tipo de canal (2016 versus 2015)

Tipo de canal	2016	2015	Varição 2016-2015
	N.º	N.º	(%)
Portal	3 452	4 626	-25,4%
E-mail	1 928	1 859	3,7%
Telefone (operador)	4 508	5 092	-11,5%
Telefone (IVR)	509	692	-26,4%
Outros	160	132	21,2%
Total	10 557	12 401	-14,9%

**Número total de Pedidos de Informação
2013 – 2016**

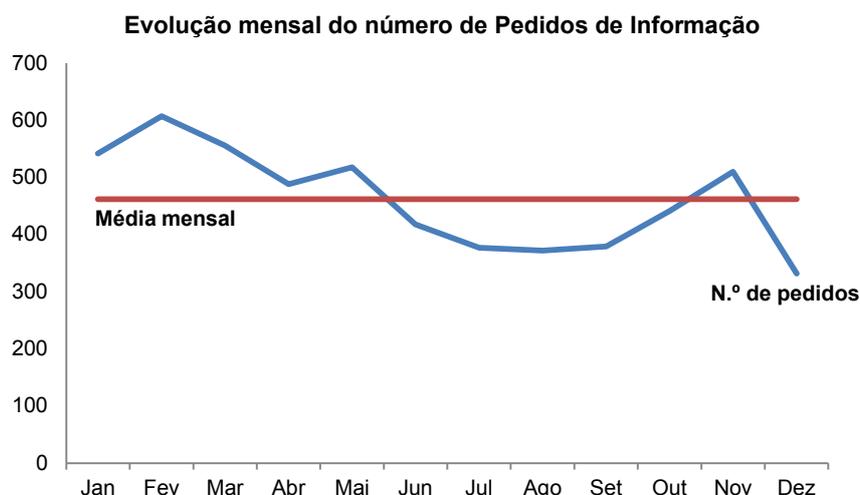


A evolução do número de pedidos de informação (excluindo telefonemas) não foi uniforme ao longo do ano 2016:

¹ Neste cálculo:

a) foram contabilizadas todas as edições de títulos com periodicidade infranual (ex: 12 edições do Boletim Mensal de Estatística = 12 publicações);

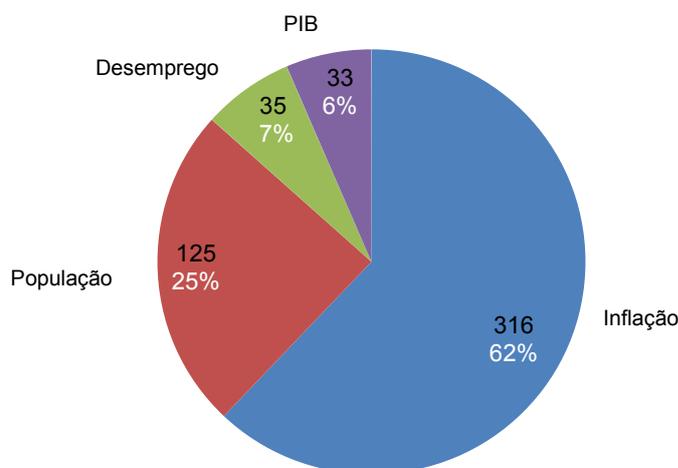
b) estão considerados todos os títulos com ISSN e/ou ISBN atribuído.



“População”, “Classificações” (pedidos de CAE), “Preços” e “Comércio internacional” foram as áreas com maior incidência de pedidos de informação.



Em 2016, foram recebidos 509 telefonemas no canal “Telefone (IVR)” – serviço de atendimento telefónico automático contínuo, que fornece informação sobre Inflação, População, Desemprego e PIB – tendo as consultas sobre “Inflação” representado cerca de dois terços do total (62%).

Atendimento telefónico automático por indicador

O tempo médio de resposta a pedidos pelo serviço de “Apoio a Clientes” foi, em 2016 (0,460 dias úteis) inferior ao registado no ano anterior (0,685 dias), tendo superado a meta definida no QUAR: [0,5 – 0,7] d.u.. [QUAR Obj.6/Ind.18] [LGAE0 Obj.2/LA5]

Do total de pedidos de informação recebidos em 2016, em 671 a informação solicitada não estava imediatamente disponível (pedidos “à medida”). Destes, 472 tiveram sequência junto do cliente, sendo 192 sujeitos a tarifação, num valor global de € 31 003,29 (IVA incluído).

Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES)**Dimensão**

Em 2016, foi criado mais um Ponto de Acesso à RIIBES, no ISAG – Instituto Superior de Economia e Gestão (Porto), pelo que a Rede é constituída, presentemente, por 36 Pontos de Acesso. [LGAE0 Obj.2/LA6]

Divulgação

O INE editou cinco números da Folha Informativa bimensal, a qual foi divulgada em suporte eletrónico no seio da Rede, via e-mail e no Portal do INE.

As Instituições “parceiras” do INE deram continuidade à divulgação da Rede e das atividades desenvolvidas no seu âmbito, recorrendo a diversos meios, nomeadamente: i) elaboração e distribuição de folhetos; ii) difusão seletiva de informação com base nos Destaques enviados pelo INE; iii) boletins informativos e outros instrumentos, digitais e/ou impressos, concebidos especificamente para a promoção, no seio da Instituição “parceira” e no seu meio envolvente, do acesso à informação estatística difundida pelo INE e da sua utilização.

Formação

Em 2016, o INE realizou uma ação de formação (6 horas) eminentemente prática e de atualização de conhecimentos, destinada a pessoal técnico de atendimento dos Pontos de Acesso, para quatro grupos (2 em Lisboa e 2 no Porto), com um total de 49 participantes.

Complementarmente, os Parceiros da Rede promoveram sessões de formação e/ou divulgação para o seu próprio pessoal técnico e para os utilizadores internos e externos, em muitos casos com a colaboração do INE. Estas sessões, também com uma forte componente prática, são habitualmente focadas no Portal do INE ou no Portal do Eurostat e têm, geralmente, uma duração de 3 horas.

A intervenção do INE e dos Parceiros na dinâmica formativa global distribuiu-se do seguinte modo (inclui as 4 ações para técnicos dos Pontos de Acesso realizadas nas instalações do INE em Lisboa e no Porto): [QUAR Obj.2/Ind.5]

Sessões de formação no âmbito da RIIBES

(N.º)

	Para Técnicos de atendimento dos Pontos de Acesso		Para utilizadores internos e/ou externos		Total	
	Sessões	Participantes	Sessões	Participantes	Sessões	Participantes
Ministradas por Técnicos do INE (no INE ou nos Pontos de Acesso)	8	73	42	908	50 [QUAR Obj.6/Ind.19]	981
Ministradas por Técnicos dos Parceiros	6	41	14	407	20	448
Total	14	114	56	1315	70	1429

Os Parceiros desenvolveram ainda as seguintes ações de divulgação presencial:

Sessões de divulgação presencial organizadas pelos Parceiros

(N.º)

Apresentações/Sessões de informação (1)		"Visitas guiadas" ao P.A. (2)	
Sessões	Participantes	Sessões	Participantes
268	3 812	77	1 593

- (1) Sessões de curta duração em sala, sem componente prática por parte dos participantes, mas nas quais foi feita uma exposição/demonstração sobre um ou mais produtos e/ou serviços disponíveis no Portal do INE e no Ponto de Acesso.
- (2) Situações em que os participantes apenas foram genericamente informados sobre os recursos disponíveis no Ponto de Acesso (por exemplo, nas apresentações aos novos alunos em início de ano letivo).

Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada

As ações mais relevantes concretizadas no âmbito deste projeto em 2016 foram as seguintes: [LGAE0 Obj.2/LA6]

Atualização de conteúdos:

- Dados relativos à inflação (mensal) e à taxa de desemprego (trimestral).
- Publicações "Portugal em números - 2015" e "Península Ibérica em Números - 2015".

Novos conteúdos: [QUAR Obj.2/Ind.7]

- Divulgação do curso “OTD - Organização e tratamento de dados”, que aborda os conteúdos deste domínio do Programa de Matemática do ensino básico.
- Divulgação de uma nova Atualidade: “A situação demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pelo decréscimo da população residente”.
- Divulgação de uma nova Estatística em foco: “A matemática é para o menino e para a menina?”.
- Apresentação de dois “Desafios”, cujo número médio de respostas válidas foi 926.

Divulgação:

- Dinamização do “Espaço ALEA”, em paralelo com as Competições Nacionais organizadas pelo PmatE – Projeto Matemática Ensino/Univ. Aveiro (9, 10 e 11 de maio).
- Ações de formação para professores dos ensinos básico e secundário em que o ALEA é amplamente abordado (cf. ponto seguinte).

Colaboração com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

No âmbito do protocolo existente entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação, que visa promover a literacia estatística nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, tiveram lugar as seguintes ações: **[LGAE0 Obj.2/LA6]**

- Disponibilização à RBE, pelo INE, de exemplares do Anuário Estatístico de Portugal destinados a cerca de 1200 bibliotecas escolares em estabelecimentos daqueles níveis de ensino;
- Realização de 68 sessões de formação para professores de um amplo leque de disciplinas (986 participantes no total), para dar a conhecer, numa primeira abordagem, as potencialidades do Portal e do Projeto ALEA. Estas sessões decorreram em instalações das escolas que solicitaram a formação. . **[QUAR Obj.2/Ind.6]**

Informação Estatística para Investigadores

A disponibilização de informação para investigadores, nos termos do Protocolo assinado entre o INE e o ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, é uma vertente da Difusão de informação que merece particular atenção. **[LGAE0 Obj.2/LA9]**

Em 2016, foram recebidos 41 pedidos novos, número superior ao registado no ano anterior (32). O número de pedidos de informação suplementar/esclarecimentos sobre a informação já disponibilizada foi de 87, o que também corresponde a um aumento, este com menor expressão, face a 2015 (82).

Interações com os investigadores

Tipo de Interação	
Pedidos novos	41
Pedidos suplementares/esclarecimento	87
Tipo de projeto	
Investigação	31
Doutoramento	7
Mestrado	3

No final de 2016, estavam disponíveis 45 bases de microdados anonimizados especificamente para investigação científica. As mais solicitadas foram as seguintes:

Bases de microdados - solicitações dos investigadores

Bases de microdados	Nº
Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)	12
Inquérito Nacional de Saúde	12
Inquérito ao Emprego (IE)	8
Comércio Internacional	8
Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/SILC)	6
Inquérito comunitário à Inovação (CIS)	5
Inquérito aos Hospitais	5
Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF)	5
Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação – IUTIC Famílias	3
Inquérito Anual às Empresas	3

O tempo médio de resposta a solicitações dos investigadores aumentou ligeiramente face ao ano anterior no que se refere a Pedidos novos e a Pedidos suplementares e diminuiu no que diz respeito a Esclarecimentos:

- Pedidos novos: 0,8 dias (0,7 dias em 2015);
- Pedidos suplementares: 2,7 dias (1,0 dias em 2015);
- Esclarecimentos: 2,6 dias (4,0 dias em 2015).

Bibliotecas do INE

As Bibliotecas do INE registaram em 2016 um total de 411 utilizadores (54,9% do total durante o 1.º semestre e 45,1% no 2.º semestre). Os valores mensais mais elevados ocorreram em março e novembro, registando os meses de verão os valores mais baixos. O número de visitantes referido, que representa uma quebra de 19,4% face a 2015, prossegue a tendência decrescente que se vem registando nos últimos anos.

A redução continuada do número de utilizadores das Bibliotecas do INE é, certamente, consequência quer do acesso livre a toda a informação estatística disponibilizada pelo INE no seu Portal, quer da atividade da Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior, seja pela atividade corrente nos seus Pontos de Acesso, seja pela formação para utilizadores que neles tem vindo a ser realizada.

Utilizadores por Biblioteca – 2016

	N.º	%
Porto	28	6,3
Coimbra	8	1,8
Lisboa	391	88,7
Évora	12	2,7
Faro	2	0,5
Total	441	100,0%

As Bibliotecas do INE continuaram a ser frequentadas sobretudo por Estudantes do Ensino Superior, que representaram 42,3% do total de utilizadores, seguindo-se-lhes os Investigadores (24,2%), os representantes de Empresas (9,5%) e os Docentes do Ensino Superior (4,7%); estes três grupos tiveram, em 2016, pesos superiores aos registados no ano anterior (17,2%, 7,3% e 2,9%, respetivamente).

Neste período, os utilizadores das Bibliotecas obtiveram uma resposta plena à informação que procuravam em 90,9% das situações e parcial em 4,1%. Em 3,9% das situações, não foi possível disponibilizar-lhes a informação procurada.

Evidencia-se ainda que 57,8% dos utilizadores das Bibliotecas do INE recorreu a este serviço pela primeira vez (62,9% em 2015).

European Statistical Data Support – ESDS

No âmbito do contrato estabelecido com o Eurostat para a disponibilização, pelo INE, do Serviço *ESDS - European Statistical Data Support*, foram atendidos, em 2016, 58 pedidos de informação, mais 8 do que em 2015 e invertendo a tendência decrescente dos últimos anos. Este serviço tem por objetivo prestar apoio aos utilizadores de informação estatística e publicações do Eurostat no acesso às bases de dados disponíveis no seu *site* (<http://ec.europa.eu/eurostat/help/support>). [LGAE0 Obj.2/LA3]

O INE manteve as ações de formação sobre o acesso à informação estatística europeia, designadamente em Instituições de ensino superior que integram a RIIBES (cf. ponto anterior sobre este projeto).

ESDS - Pedidos por tipo

Tipos de pedido	N.º
Disponibilidade de dados / publicações	40
Verificação de dados	8
Informação sobre Metodologia	3
Pedidos de natureza técnica	4
Diversos	3
Total	58

Outras atividades / Intervenções

Colaboração com outras entidades:

- Colaboração com o INE de Espanha para a realização das publicações “Península Ibérica em Números - 2016”.
- Auscultação no âmbito da Rede de Bibliotecas Escolares com o propósito de avaliar o *modus operandi*, que vem sendo seguido nas sessões de formação, e introduzir as alterações/adaptações consideradas adequadas.

Participação em encontros nacionais e internacionais: [LGAE0 Obj.3/LA2 e LA9]

- JOCLAD 2016 (março/abril), Évora.
- Conferência anual IMAODBC 2016 (*International Marketing and Output Database Conference*) (setembro), Eslovénia.
- Ação de formação *Dissemination and Communication – An introductory course* do “European Statistical Training Program” (co-formador) (outubro), Madrid.
- Reunião do grupo de trabalho *Dissemination Working Group*, (novembro), Eurostat/Luxemburgo.
- No âmbito da DIGICOM:
 - *ESS Visualisation Workshop* (maio), Valência;
 - Videoconferências; reunião do *Work Package 1 e 4* (outubro) Budapeste;
 - *Conference Of European Statistics Stakeholders* (outubro), Budapeste;

- Videoconferências; reuniões presenciais no âmbito do *Steering Group*, Valência e Eurostat (maio).
- Reunião do grupo de trabalho “*User Support Network*” (abril), Eurostat.

Outras atividades:

- Realização / disponibilização de 9 novos vídeos no canal Youtube do INE, no âmbito da promoção da literacia estatística.
- Realização / disponibilização de 9 novas infografias no Portal do INE, com o intuito de divulgar, de uma forma apelativa e de apreensão mais direta, conteúdos relacionados com a atividade estatística oficial.

1.6. COOPERAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL

1.6.1. No âmbito do Sistema Estatístico Europeu e com organizações internacionais

Em 2016, o INE participou num total de 238 reuniões internacionais que envolveram 277 deslocações, a maior parte das quais no âmbito da União Europeia.

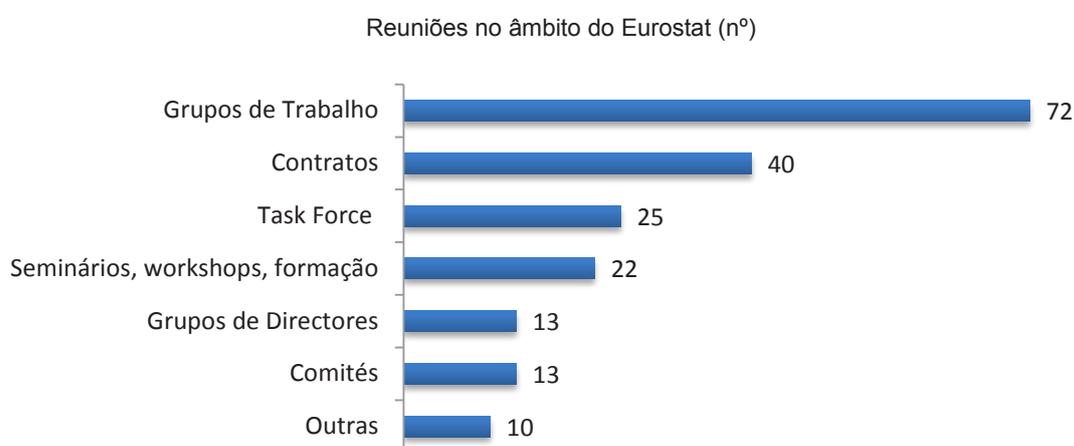


Esta participação envolveu: [LGAEO Obj.3/LA9]

- Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu, bem como dos diversos grupos de diretores e dos grupos de trabalho do Eurostat, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu.
- Cooperação entre o SEE e o Sistema Europeu de Bancos Centrais, através do Fórum Estatístico Europeu e do Comité de Estatísticas Monetárias, Financeiras e de Balança de Pagamentos.
- *Task forces* relevantes a nível europeu, designadamente no âmbito dos seguintes projetos, iniciativas e matérias: Implementação das alterações ao Regulamento 223/2009 sobre as Estatísticas Europeias, “Visão 2020” para o SEE; *Single Market Statistics* (SIMSTAT), questões metodológicas relacionadas com o PDE, estatísticas das Finanças Públicas, Contas nacionais trimestrais, Índice harmonizado de preços no consumidor, Censos da população e habitação.
- Liderança do projeto “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa.
- Envolvimento em *ESSnets* de grande relevância na UE, destacando-se: “*European System of Interoperable Statistical Business Registers* (ESBR)”; “*GEOSTAT 2 – a point based reference framework for European Statistics*”; “*ESS Centre of Excellence on Data Warehousing*”; “*ESSnet Sharing Common Functionalities*”; “*Centre of Excellence on Seasonal Adjustment*”, “*Improvement of the use of administrative sources*” e “*Harmonising data validation approaches in the ESS*”.
- Reuniões do Grupo “Estatísticas” do Conselho da União Europeia, onde se discutiram três propostas de atos legislativos, referentes a: estatísticas dos preços do gás natural e da eletricidade; extensão do Programa Estatístico Europeu 2013-2017 para 2018-2020; e estatísticas sobre as pessoas e os agregados domésticos, com base em dados individuais recolhidos a partir de amostras (regulamento quadro conhecido, em inglês, como IESS - *Integrated European Social Statistics*).
- Reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia.

- Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE.
- Conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas, nas áreas de População e Censos, migrações, estatísticas sobre o género, difusão e comunicação, informação geo-espacial, bem como de formação e gestão de Recursos Humanos.
- Reuniões da OCDE, destacando-se as áreas de indicadores territoriais, contas nacionais e contas da saúde.
- Ações de formação nos mais diversos domínios estatísticos, realizadas sobretudo em países da UE.

O INE participou num total de 195 reuniões no âmbito do Eurostat, abrangendo, a maior parte, grupos de trabalho.



1.6.2. Atividades de Cooperação Estatística no seio da CPLP e com outros países

No âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa destacam-se, em 2016, as seguintes ações: [LGAEO Obj.3/LA9 e LA10]

- Reprogramação e reforço de ações no âmbito do “Programa da CPLP para Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste”, com a implementação de atividades destinadas a vários países nos projetos de Coordenação; Legislação; Classificações, Conceitos e Nomenclaturas; Geoinformação; bem como de IPC e Indicadores de Curto Prazo.
- Organização do I *Workshop* na área das Relações Externas e Cooperação, no âmbito do referido Programa de capacitação estatística da CPLP, com a participação dos INE dos PALOP, Brasil, Timor-leste e Portugal.
- Apoio bilateral aos institutos de estatística de: (i) Angola, relativamente à delegação de competências estatísticas nas áreas da Saúde, do Trabalho e dos Transportes; (ii) Brasil, nos domínios de Contas Trimestrais, Metainformação e Recolha de Informação; (iii) Cabo Verde, nas áreas de Apoio Institucional, Contabilidade Analítica, Conceitos e Nomenclaturas, estatísticas da Justiça e Criminalidade, Recursos Humanos e estatísticas do Turismo; e (iv) Moçambique, na área de Indicadores de curto-prazo (ao abrigo de contrato de serviços).

- Edição das seguintes publicações: Classificação Nacional de Bens e Serviços-Rev.1 e Classificação de Atividades Económicas-Rev.1 para Guiné Bissau; Classificação de Atividades Económicas-Rev.2 e Classificação das Profissões para Angola.
- Publicação de Newsletter semestral bilingue sobre as atividades de cooperação do INE.

Na cooperação com outros países, destaca-se: [LGAE0 Obj.3/LA9 e LA10]

- Cooperação com países candidatos e potenciais candidatos à UE, ao abrigo do “Instrumento de Assistência de Pré-Adesão” (IPA), e com países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança, nomeadamente:
 - Acolhimento de dois estágios de longa duração para técnicos oriundos da Bósnia e Herzegovina e da Albânia nas áreas de *Data Warehouse* e de Sistemas de Informação Geográfica.
 - Acolhimento de uma visita de trabalho de técnicos da Republica da Macedónia sobre Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) e Índice de Preços na Habitação (IPH).
 - Acolhimento de uma visita de trabalho de técnicos da Sérvia sobre o Sistema de Metainformação e Técnicas de Recolha de Informação online.
 - Participação, através de um *senior expert*, em projeto-piloto “IPA 2014 - *Price Statistics HICP*” (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor), destinado à Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Kosovo, realizado em consórcio com outras entidades externas.
 - Participação num *workshop* na área da qualidade destinado a países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança (*European Neighbourhood Policy*).
- Cooperação com a China e com a Ucrânia, através do acolhimento de visitas de trabalho no âmbito de Indicadores Económicos e Estatísticas da Proteção Social, respetivamente.

No âmbito da cooperação com outras entidades é ainda de considerar:

- O acompanhamento da Agenda 2030 e dos respetivos indicadores de monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em articulação com outras entidades nacionais envolvidas na coordenação dos ODS.

1.7. GESTÃO DA QUALIDADE

Implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias – Processo de Peer Review

O Plano de Ação do *Peer Review* teve, em 2016, dois momentos de monitorização por parte do Eurostat: o primeiro com ponto de situação da concretização das ações até 31 de março de 2016; e o segundo até 31 de dezembro de 2016 (reporte a 31.01.2017):

- Na monitorização efetuada em março, constata-se que, das 36 ações de melhoria previstas, o INE tinha completado 4, 23 estavam em progresso, 4 registavam atrasos, 2 são de execução contínua, 1 “fechada” por insuficiência de recursos para concretizá-la e 1 ação cujo progresso dependia de entidades exteriores ao INE;
- no exercício de dezembro, das 31 ações restantes, o INE tinha completado 4, estavam em atividade corrente 8, o progresso de 8 dependia de entidades exteriores ao INE, em atraso contavam-se 8 ações e 3 foram consideradas de execução contínua.

Tendo em conta as ações concretizadas, a complexidade de algumas das ações em implementação, que têm exigido mais tempo de desenvolvimento do que o previsto, bem como a escassez de recursos, o INE avalia positivamente a evolução da execução deste Plano de Ação. Destacam-se as seguintes ações consideradas implementadas:

- Os Planos de atividades foram devidamente publicados e os recursos financeiros alocados de forma adequada, no quadro orçamental nacional possível; os recursos humanos têm sido progressivamente substituídos estando a tutela sensível à situação da sua escassez no INE. (Recomendações 5, 6, 7 e 8);
- Redefinição da estratégia para publicitação de informação em inglês do Portal do INE (Recomendação 15);
- Publicação em PT e Inglês de página dedicada às EDC (ONA) (Recomendação 17);
- Análise e implementação das práticas de embargo nas EDC (ONA), no âmbito da política de difusão do INE (Recomendação 8), para os casos em que se apliquem;
- Publicitação no Portal do INE/base de dados, dos pedidos de informação mais frequentes. (Recomendação 20);
- Disponibilização no Site do INE de informação detalhada sobre bases de dados disponíveis aos investigadores (Recomendação 22).

Informação sobre este processo ao nível do Sistema Estatístico Europeu pode ser acedida em:

<http://ec.europa.eu/eurostat/web/quality/peer-reviews>

[QUAR Obj.3/Ind.8]

Outras ações relevantes desenvolvidas no âmbito da gestão da qualidade

- Realização, de acordo com o programado, de inquéritos à satisfação dos utilizadores de informação estatística, dando cumprimento aos compromissos assumidos i) a nível europeu no âmbito do Código de Conduta das Estatísticas Europeias, no que se refere ao princípio 4 – Compromisso com a Qualidade e ao princípio 11 – Relevância; ii) a nível do SEN, no contexto das LGAEO 2013-2017, contribuindo diretamente para a melhoria da capacidade de resposta às

necessidades dos utilizadores de informação estatística; iii) a nível interno, no contexto da Política de Difusão do INE. [LGAEO Obj.2/LA7]

- Continuação do estudo para o desenho e implementação de um formato padrão para o relatório de qualidade das operações estatísticas, em consonância com as recomendações do Eurostat, nomeadamente no que respeita às novas orientações no SEE para a implementação do SIMS 2.0 (Single Integrated Metadata Structure), ainda em formato “teste” pelo Eurostat. [LGAEO Obj.1/LA1]
- Participação ativa nas estruturas europeias relacionadas com a Qualidade, designadamente nos Grupos de Trabalho da Qualidade do Eurostat, mormente aos níveis da metodologia estatística, gestão da qualidade e do processo de acompanhamento da implementação das ações de melhoria decorrentes do exercício de *Peer Review* de 2015. [LGAEO Obj.3/LA9]
- Participação na Conferência Europeia da Qualidade, bienal (*European Conference on Quality in Official Statistics - Q2016*) que se realizou em Madrid, de 31 de maio a 3 junho de 2016, organizada pelo Instituto Nacional de Estadística de Espanha e pelo Eurostat. O INE de Portugal integrou o *Scientific Committee* da Conferência e o *Programme Committee*; apresentou seis artigos/comunicações e ministrou o curso de formação: “*Quality Management in Statistics - a Path for Implementation*”. [LGAEO Obj.3/LA9]

1.8. AUSCULTAÇÃO DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 15º da Lei n.º 66-B/2007 - alterada pelas Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o INE desenvolveu várias ações e no âmbito da avaliação da satisfação dos utilizadores/clientes face aos produtos e serviços disponibilizados pelo INE e os respetivos resultados.

1.8.1. Inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes de informação estatística

A avaliação da satisfação dos utilizadores/clientes iniciou-se no INE em 2000, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços que prestava e dos produtos que difundia e de satisfazer as suas necessidades e expectativas dos seus utilizadores/clientes.

Todas as iniciativas relacionadas com esta avaliação inserem-se no Sistema de auscultação à satisfação da atividade do INE (descrito no procedimento interno N° A/PCQ/038/2, atualizado em novembro de 2016), o qual está de acordo com as orientações estratégicas das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial estabelecidas para o período 2013-2017, com o Princípio 11 – Relevância, do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias (“As estatísticas europeias satisfazem as necessidades dos utilizadores”) e com a Carta da Qualidade e Políticas de Difusão e de Revisões do INE.

Um dos objetivos relevantes deste sistema de auscultação é garantir que — ainda que dirigidos a grupos diferenciados de utilizadores/clientes e/ou envolvendo diferentes serviços prestados pelo INE — os inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes mantêm uma estrutura de questões e de hipóteses de respostas, que permitem a comparação de resultados ao longo do tempo. É face a este objetivo que os inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes se baseiam nas seguintes dimensões de análise:

1. **Qualidade reconhecida à informação estatística:** avaliação da qualidade da informação estatística disponível com base na experiência recente, independentemente do suporte em que é difundida;
2. **Qualidade reconhecida aos técnicos:** avaliação da prestação dos técnicos do INE no desempenho das suas funções em contacto com os utilizadores;
3. **Qualidade reconhecida aos serviços:** avaliação dos serviços de contacto direto com o utilizador prestados pelo INE (exemplos: Serviço de Apoio a Clientes, Bibliotecas, ações de literacia, Gestor do Respondente);
4. **Qualidade reconhecida às plataformas eletrónicas:** avaliação do desempenho das plataformas eletrónicas de difusão e recolha da informação estatística e contacto com os utilizadores (Portal do INE, ALEA, WebInq, ...);
5. **Qualidade reconhecida à prestação da instituição:** avaliação da imagem global do INE;
6. **Lealdade:** manutenção da confiança no INE.

Ações de avaliação realizadas [LGAE0 Obj.2/LA7]

Inquéritos (permanentes)	Ações
Inquérito à satisfação do serviço prestado: pedidos de informação e esclarecimentos (Inquérito Pós-Serviço)	Análise e divulgação dos resultados referentes ao 4º trimestre de 2015 e 1º, 2º e 3º trimestres de 2016.
Inquérito à satisfação dos utilizadores das bibliotecas do INE	Análise e divulgação dos resultados referentes a 2015 e 1º Semestre de 2016.
Inquérito à satisfação dos utilizadores do Portal do INE	Acompanhamento dos resultados obtidos.
Inquérito permanente à satisfação dos participantes das Visitas de Estudo ao INE	Análise e divulgação dos resultados referentes a 2015 e ao 1º Semestre de 2016.
Inquérito à Satisfação dos Participantes da Formação INE RBE sobre "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA da Ação de Formação – uma primeira abordagem"	Análise e divulgação dos resultados referentes ao ano letivo 2015/2016.
Inquérito à satisfação dos participantes da formação realizada no contexto da RIIBES sobre o Portal do INE e do Eurostat	Análise e divulgação dos resultados referentes a 2015.

Apresentação dos resultados

O cálculo dos níveis de satisfação dos utilizadores dos produtos e serviços do INE segue a metodologia prevista no Sistema de Auscultação anteriormente referido, utilizando-se para o efeito os Saldos de Respostas Extremas (SRE). O cálculo de SRE permite avaliar o grau de satisfação dos utilizadores/clientes relativamente a cada um dos aspetos considerados, de forma a valorizar mais as avaliações extremas da escala proposta, e valorizar menos as avaliações intermédias que representam uma satisfação/insatisfação pouco expressiva, utilizando para tal um esquema de ponderações aplicado às frequências relativas de cada valor observado da escala de avaliação, da seguinte forma:

$$SRE = F_1 * (-1) + F_2 * (-0,5) + F_3 * (-0,25) + F_4 * (0,25) + F_5 * (0,5) + F_6 * (1)$$

Fi = Frequência relativa de cada valor observado na categoria i escala de avaliação (i=1,...,6)

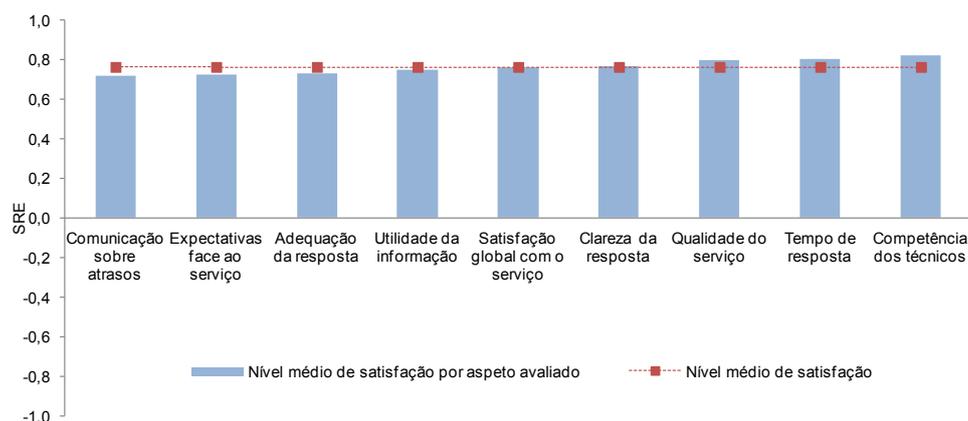
Os valores obtidos neste saldo variam entre -1 e 1, estando associados aos seguintes níveis de satisfação/insatisfação: "1" – totalmente satisfeito; "-1" – totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

Inquérito à Satisfação pelo Serviço Prestado na resposta a pedidos de Informação (Pós-Serviço)

Este Inquérito realiza-se regularmente desde 2010, tendo como principal objetivo determinar o nível de satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado pelo INE na resposta aos seus pedidos de informação.

Foram respondidos 1 650 inquéritos, correspondentes a uma taxa de resposta de 31,9%, mantendo-se o nível de participação muito significativo para um inquérito desta natureza e de resposta voluntária.

O nível global de satisfação foi de 0,76 SRE. Os resultados parcelares evidenciaram uma apreciação muito positiva dos respondentes em todos os aspetos considerados, em particular nos aspetos relacionados com a competência dos técnicos (0,82 SRE), o tempo de resposta e a qualidade do serviço prestado (ambos 0,80 SRE).

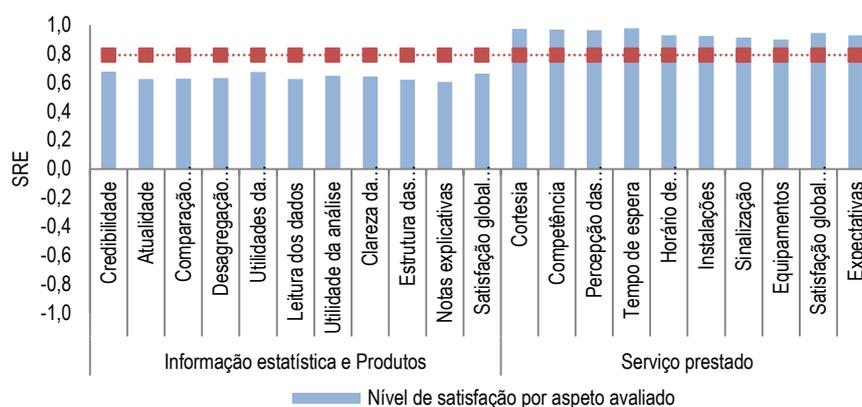


Inquérito à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE

O Inquérito aos Utilizadores das Bibliotecas do INE (Lisboa, Delegações do Porto, de Coimbra, de Évora e de Faro) realiza-se de modo permanente desde 2003. A realização deste inquérito tem os seguintes objetivos: (i) medir e caracterizar a procura às Bibliotecas, (ii) identificar necessidades de informação e (iii) avaliar a satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado nas Bibliotecas do INE.

O conjunto das cinco Bibliotecas recebeu 441 utilizadores. A taxa de resposta ao inquérito foi muito elevada, situando-se em 76% (valor médio) para questões relacionadas a satisfação.

Os resultados apurados mostraram níveis de satisfação muito elevados: o nível médio de satisfação para o conjunto das cinco bibliotecas foi de 0,79 (SRE), com apreciação mais favorável sobre o serviço prestado (SRE de 0,94), face à avaliação atribuída à informação estatística e produtos (SRE de 0,64).

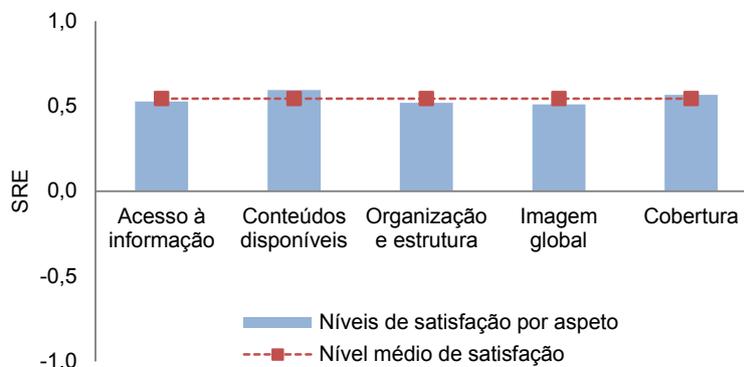


Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal do INE

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal, disponível em permanência no Portal em www.ine.pt, em versão portuguesa e inglesa tem por objeto avaliar as funcionalidades do Portal e a informação estatística disponibilizada. Contudo, e à semelhança do verificado nos últimos anos, continuou a registar-se uma reduzida participação no inquérito, pelo que o número de questionários respondidos em 2016 foi considerado insuficiente para o cálculo relevante do nível de satisfação do Portal.

A avaliação da satisfação do Portal foi, ainda, efetuada no âmbito do Inquérito à satisfação das Visitas de Estudo ao INE, através de um conjunto de questões específicas dirigidas apenas a utilizadores regulares do Portal. Os participantes nas visitas de estudo ao INE são, sobretudo, docentes e estudantes de diferentes níveis de ensino (em 2016 predominou o ensino secundário e o ensino profissional). A

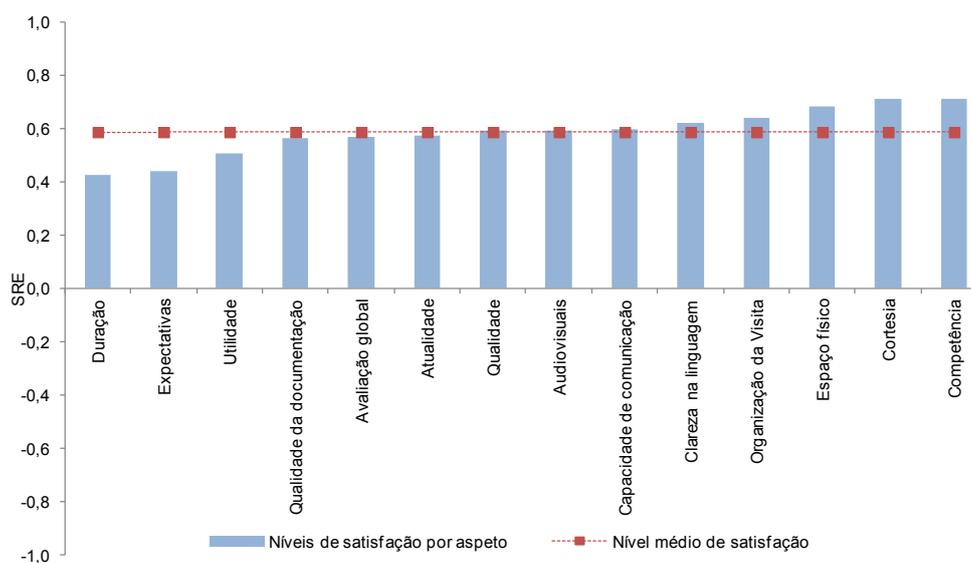
avaliação dos utilizadores regulares do Portal foi de 0,54 SRE, tendo contado com a participação média por aspeto avaliado de 564 indivíduos. O nível de satisfação obtido em cada um dos aspetos avaliados foi muito próximo do nível médio de satisfação.



Inquérito à Satisfação das Visitas de Estudo

O Inquérito à satisfação dos participantes nas Visitas de Estudo, efetuado de modo sistemático desde 2010, tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos docentes e estudantes relativamente ao conteúdo das apresentações e também sobre aspetos relacionados com a organização de visita e intervenção do pessoal técnico. Adicionalmente, como se referiu, este inquérito é também utilizado para obter informação sobre o grau de satisfação em relação ao Portal do INE e ao *website* ALEA (são inquiridos sobre estes aspetos apenas os participantes regulares destes *websites*). Os resultados da avaliação do Portal foram integrados na componente de avaliação respetiva.

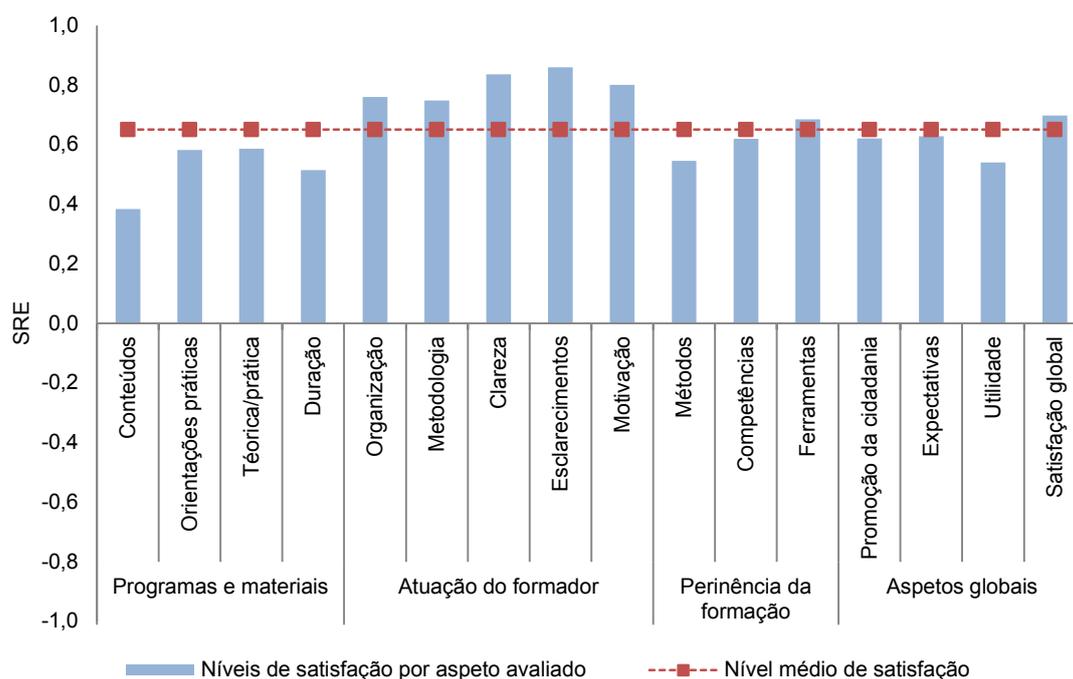
Em 2016, realizaram-se 37 visitas, nas delegações do Porto e Lisboa envolvendo 957 participantes, tendo a taxa de resposta global deste inquérito sido de 97,7%. Os resultados apurados revelaram uma avaliação média global de 0,59 SRE, tendo os aspetos relativos ao Acolhimento/Intervenção dos técnicos do INE sido apreciados de modo mais favorável (SRE de 0,66) do que os aspetos ligados a questões de Logística/Recursos (0,57) e ao Conteúdo da apresentação (0,53).



Inquérito à Satisfação dos participantes nas ações de formação relacionadas com literacia estatística no contexto da colaboração com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)

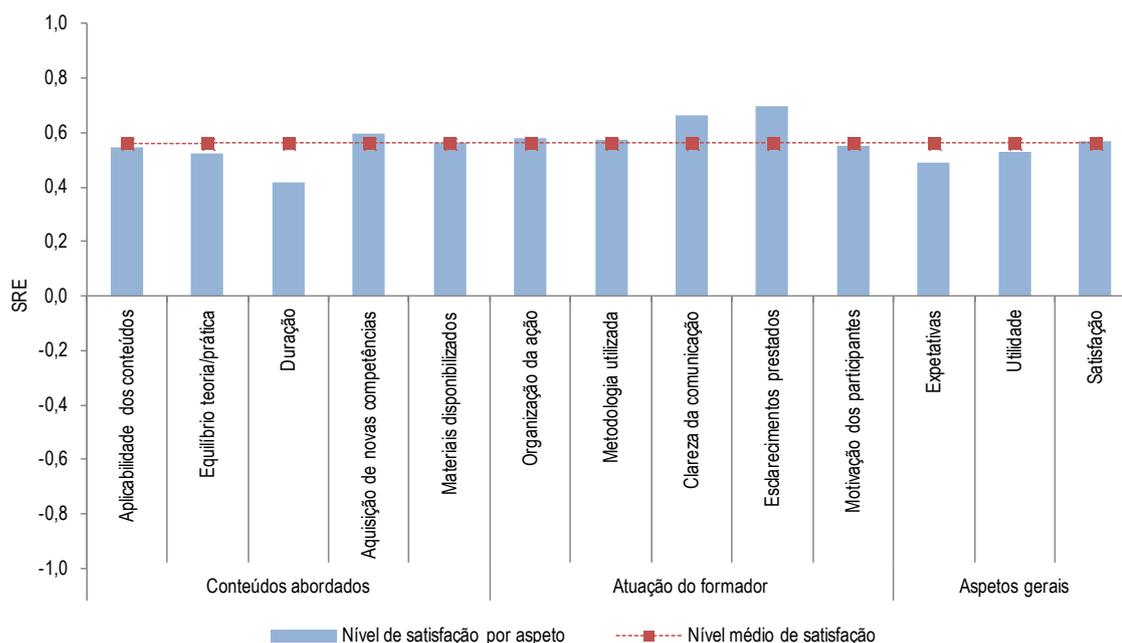
Em 2016 realizaram-se 68 ações de formação INE/RBE dirigidas a docentes dos níveis de ensino básico e secundário no contexto da ação denominada "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA – uma primeira abordagem", as quais envolveram 984 participantes. Estas ações foram avaliadas por 959 participantes correspondendo a uma taxa de resposta de resposta de 97,3%.

Os resultados apurados permitem concluir que a apreciação global das ações de formação foi muito positiva, tendo o nível médio de satisfação atingido 0,65 SRE. Destacam-se, muito acima do resultado global, os aspetos relacionados com Atuação do formador (0,80 SRE).



Inquérito à Satisfação dos participantes nas ações de formação relacionadas com literacia estatística no contexto da Rede de Informação do INE em de Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES)

Em 2016 realizaram-se 46 ações de formação sobre pesquisa de informação estatística no Portal do INE e no *website* do Eurostat. Estas ações destinaram-se a todos os utilizadores de informação estatística, tendo envolvido 932 participantes. A avaliação da satisfação destas ações foi realizada junto de 863 participantes, correspondendo a uma taxa de resposta de 92,6%. Os resultados apurados permitiram concluir que a apreciação global das ações de formação da RIIBES foi positiva, tendo o nível médio de satisfação atingido 0,56 SRE. Destacam-se, acima do resultado global, os aspetos relacionados com Atuação do formador (0,61 SRE).



Síntese

O quadro seguinte apresenta a síntese dos resultados dos níveis de satisfação apurados para cada um dos serviços avaliados entre 2012 e 2016.

Serviços avaliados	Inquéritos realizados	Resultados (SRE)(a)				
		2012	2013	2014	2015	2016
Serviço de Apoio a Clientes	Inquérito à satisfação pelo Serviço Prestado na resposta a pedidos de Informação (Pós-Serviço)	0,68	0,72	0,75	0,71	0,76
Bibliotecas do INE	Inquérito à satisfação dos utilizadores das Bibliotecas	0,80	0,66	0,81	0,77	0,79
Portal	Inquérito à satisfação do Portal (www.ine.pt)	0,10	0,29	b)	b)	b)
	Inquérito à satisfação dos participantes nas Visitas de Estudo – grupo de questões <i>ad hoc</i> sobre o Portal a Utilizadores regulares	0,50	0,47	0,48	0,52	0,54
Visitas de Estudo realizadas ao INE	Inquérito à satisfação dos participantes Visitas de Estudo ao INE	0,51	0,50	0,55	0,55	0,59
INE/RBE: Formação "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA – uma primeira abordagem"	Inquérito à satisfação dos participantes na formação INE/RBE	0,64	0,61	0,58	0,61	0,65
RIIBES: Formação sobre Pesquisa de informação no Portal do INE e no <i>website</i> do Eurostat	Inquérito à satisfação dos participantes na formação RIIBES	n.a.	n.a.	0,56	0,54	0,56

(a) SRE: valores variam entre -1 e 1, em que "1" = totalmente satisfeito e "-1" = totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

(b) Número de respostas insuficiente para calcular nível de satisfação.

(c) Nível médio de satisfação do Portal é o resultado da média aritmética dos dois inquéritos indicados.

n.a. = Não aplicável, tendo em conta o ano de início do respetivo Inquérito.

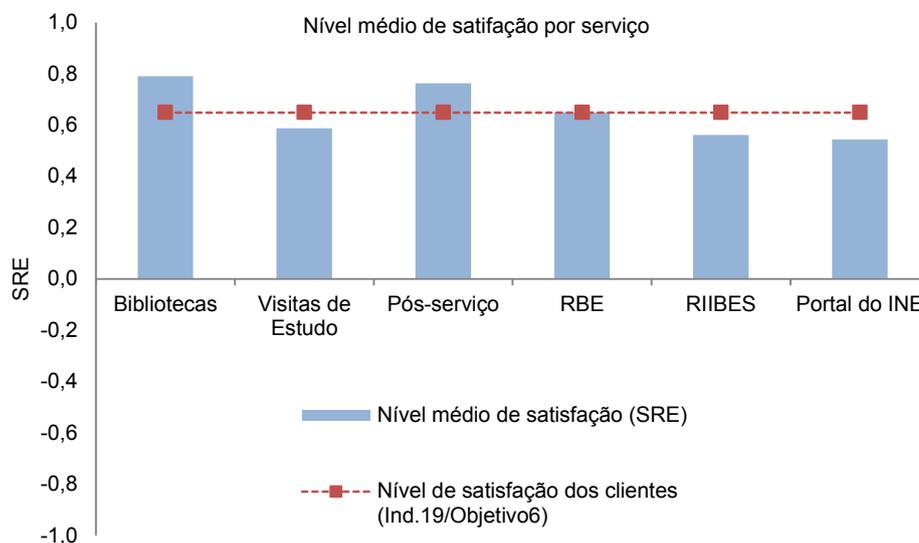
Inquéritos realizados	Tipo de inquérito	Período de realização do inquérito	Taxa de resposta (em 2016)
Pós-Serviço	Exaustivo	Jan. a Dez. 2016	31,9%
Bibliotecas	Exaustivo	Jan. a Dez. 2016	76,0%
Portal – Inquérito permanente em www.ine.pt	Exaustivo	Jan. a Dez. 2016	a)
Portal – Utilizadores regulares do Portal participantes nas visitas de estudo	Exaustivo	Jan. a Dez. 2016	b)
Visitas de Estudo	Exaustivo	Jan. a Dez. 2016	97,7%
Formação INE/RBE	Exaustivo	Jan. a Dez. 2016	97,3%
Formação RIIBES	Exaustivo	Jan. a Dez. 2016	92,6%

a) Não é possível determinar a taxa de resposta, pelo facto do universo de partida ser desconhecido. Não existe seleção prévia de respondentes.

b) Não é possível determinar a taxa de resposta pelo facto do universo de utilizadores regulares participantes nas Visitas de Estudo ser apenas conhecido através do preenchimento do questionário.

Nível de Satisfação dos Clientes

O cálculo do indicador “Nível de satisfação dos clientes” apresentado no QUAR 2016 segue a metodologia adotada desde 2008, integrando os resultados dos inquéritos à satisfação aos utilizadores do Portal (respondentes do inquérito permanente e respondentes do inquérito aos participantes nas visitas de estudo), aos utilizadores das Bibliotecas do INE, aos utilizadores do Pós-serviço, aos participantes nas Visitas de Estudo, dos participantes nas ações de formação INE/RBE e da RIIBES. O nível global de satisfação dos clientes é o resultado da média aritmética dos níveis de satisfação obtidos através dos inquéritos referidos. Em 2016, o nível global de satisfação dos clientes foi de 0,649 SRE, acima da meta estabelecida para o QUAR ([0,53- 0,63]). [QUAR Obj.6/Ind.19]



O gráfico seguinte apresenta a evolução do indicador “Nível de Satisfação dos Clientes” no último quinquénio (Indicador 19/Objetivo6 do QUAR 2016):



1.8.2. Sistema de Sugestões e Reclamações

Desde 2001 que o INE dispõe de um Sistema de Sugestões e Reclamações, através do qual é efetuado o registo, encaminhamento e tratamento das sugestões e reclamações recebidas. A última revisão do procedimento interno reporta a 2009, encontrando-se em conformidade com os compromissos assumidos na Carta da Qualidade. [LGAEO Obj.2/LA7]

Os indicadores analisados na monitorização do Sistema de Sugestões e Reclamações (reportados em relatórios trimestrais) são os seguintes:

- número de sugestões e reclamações recebidas;
- tipologia das sugestões e reclamações apresentadas;
- prazo de resposta/tratamento das sugestões e reclamações;
- ações de melhoria empreendidas em resposta às sugestões e reclamações recebidas.

Disponibiliza-se informação sobre os Elogios recebidos de acordo com os aspetos contemplados no Decreto-Lei N° 73/2014, de 13 de maio.

Síntese dos resultados

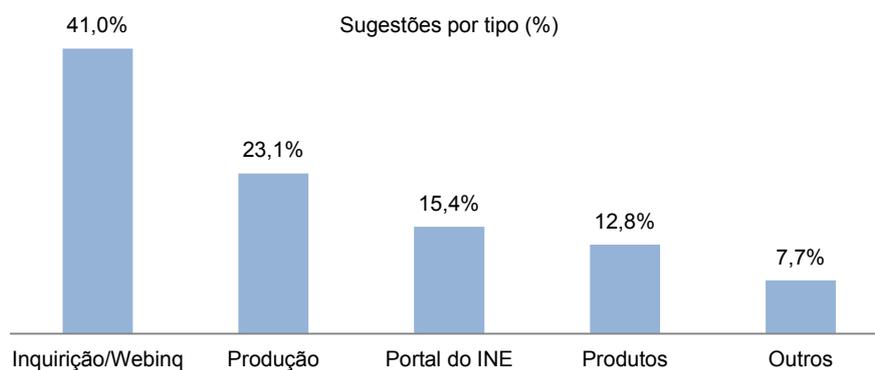
Em 2016, no âmbito do Sistema de Sugestões e Reclamações, o INE recebeu 240 elogios (424 em 2015), 112 reclamações (132 em 2015) e 39 sugestões (31 em 2015).

As sugestões e as reclamações foram respondidas nos prazos médios de 2,4 e de 2,1 dias úteis, respetivamente.

O *Portal do INE* foi o meio mais utilizado para apresentação de sugestões e reclamações (64 registos, com 17 sugestões e 47 reclamações), seguido do *WebInq* (54 ocorrências, com 11 sugestões e 43 reclamações). A utilização do *e-mail* foi menor, ocorrendo em 29 situações (11 sugestões e 18 reclamações). A utilização de carta por correio postal, livro de reclamações e telefone foram meios utilizados para encaminhamento de 4 reclamações.

As sugestões apresentadas relacionaram-se sobretudo com a Inquirição/webinq (41,0%), com a Produção estatística (23,1%) e com o Portal do INE (15,4%).

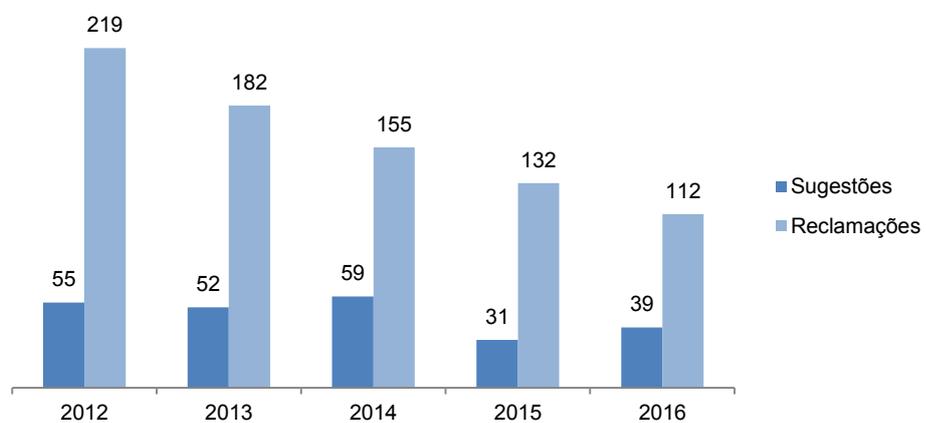
Na vertente das reclamações, foram sobretudo visadas as classes Inquirição/Webinq (63,6%), Sobrecarga estatística (13,4%) e Portal do INE e Produtos (ambos com 8,9% do total).



91,3% das sugestões e reclamações tiveram satisfação imediata.

Implementação de ações de melhoria	Nº
Sugestões	39
Imediata	27
Curto/médio prazo	12
Reclamações	110
Imediata	109
Curto/médio prazo	1
Total	149
Imediata	136
Curto/médio prazo	13

Sugestões e Reclamações
Evolução 2012/2016



1.9. BALANÇO SOCIAL 2016 - ANÁLISE SINTÉTICA

O Balanço Social relativo à situação dos recursos humanos do INE em 31 de dezembro de 2016 foi elaborado de acordo com o Decreto-Lei N° 190/96, de 9 de outubro.

Total de trabalhadores/as do quadro em efetividade de funções

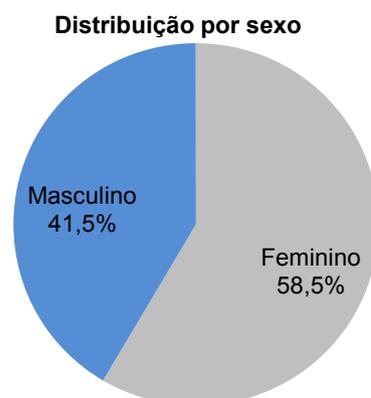
Em 31 de dezembro de 2016, encontravam-se em efetividade de funções 631 trabalhadores/as.

Ao longo do ano registaram-se os seguintes movimentos:

Entradas	
Procedimento concursal	1
Regresso de licença sem vencimento ou período experimental	3
Outras situações	1
Total	5
Saídas	
Reforma/ aposentação	11
Resolução por iniciativa do trabalhador	2
Mobilidade	2
Outras situações	6
Total	21

Distribuição por sexo

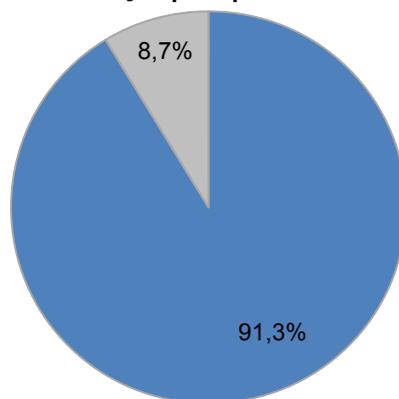
No final de 2016, 58,5% dos trabalhadores eram do sexo feminino e 41,5% do sexo masculino, situação idêntica à observada nos anos anteriores.



Distribuição por tipo de vínculo

O número de trabalhadores/as com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (CTFP) representava 91,3% do total (91,2% em 2015), enquanto 8,7% se encontrava em Comissão de Serviço na condição de Dirigente, Superior ou Intermédio (8,8% em 2015).

Distribuição por tipo de vínculo



■ CTFP por tempo indeterminado ■ Comissão de Serviço - LVCR

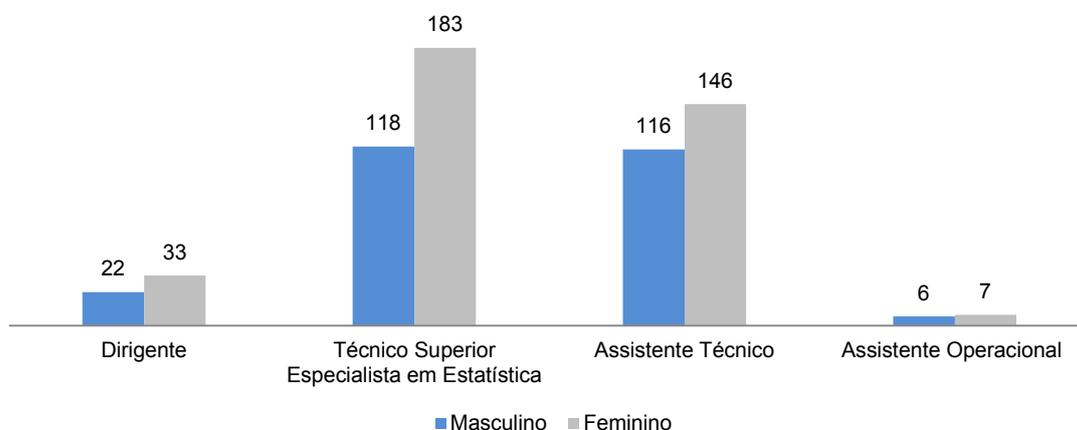
Distribuição por carreiras

De 2015 para 2016 diminuiu o número de trabalhadores/as nas várias carreiras, exceto na de Assistentes Operacionais cujo número se manteve inalterado.

	2015		2016	
	N.º	%	N.º	%
Dirigentes	57	8,8%	55	8,7%
Técnicos Superiores	307	47,5%	301	47,7%
Assistentes Técnicos	270	41,7%	262	41,5%
Assistentes Operacionais	13	2 %	13	2,1%
Total	647		631	

Em 2016, o número de trabalhadoras continuou a ser superior ao número de trabalhadores em todas as carreiras, registando-se a maior diferença na carreira de Técnico Superior, em que se registavam 118 trabalhadores (39,2%) e 183 trabalhadoras (60,8%). Em 2015: 40,4% e 59,6% respetivamente.

Distribuição de carreiras por sexo



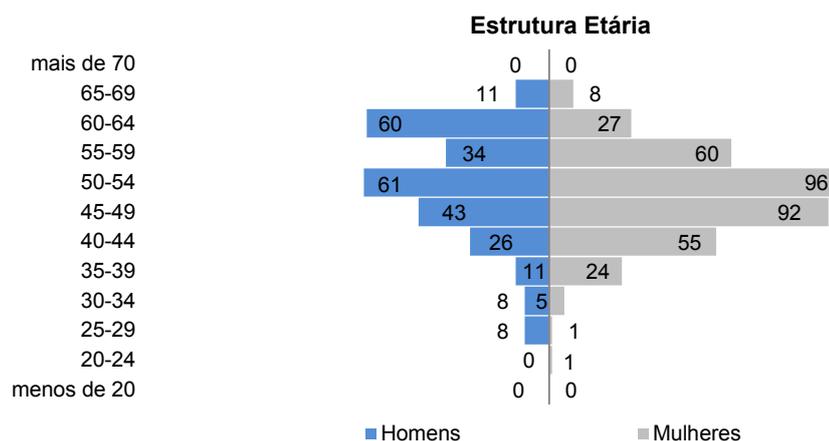
Estrutura etária

No final de 2016, o escalão etário que integrava mais trabalhadores passou a ser o dos 50-54 anos (45-49 anos em 2015), com 157 trabalhadores/as (39% homens e 61% mulheres) representando cerca de 25% do total.

Seguia-se o escalão dos 45-49 anos com 135 trabalhadores (cerca de 21%) e destes, 32% eram homens e 68% são mulheres.

Apenas 23 trabalhadores/as (3,6%) tinham uma idade inferior a 35 anos e 19 (3%) superior a 65 anos. Cerca de 91% dos/as trabalhadores/as tinham idades iguais ou superiores a 40 anos.

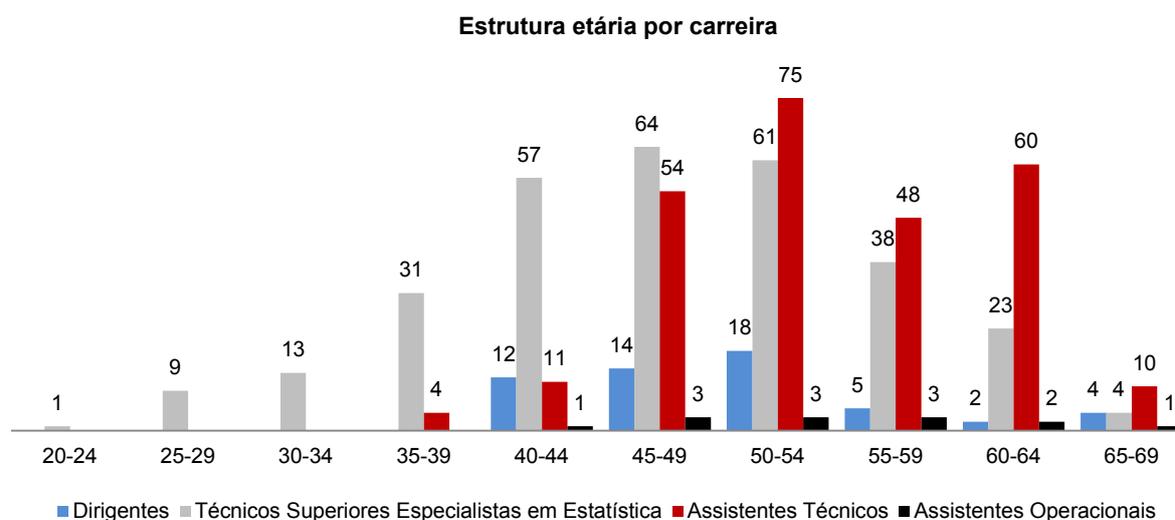
A média etária global era de 51,23 anos.



Estrutura etária por carreiras

A estrutura etária por carreiras caracterizava-se do seguinte modo:

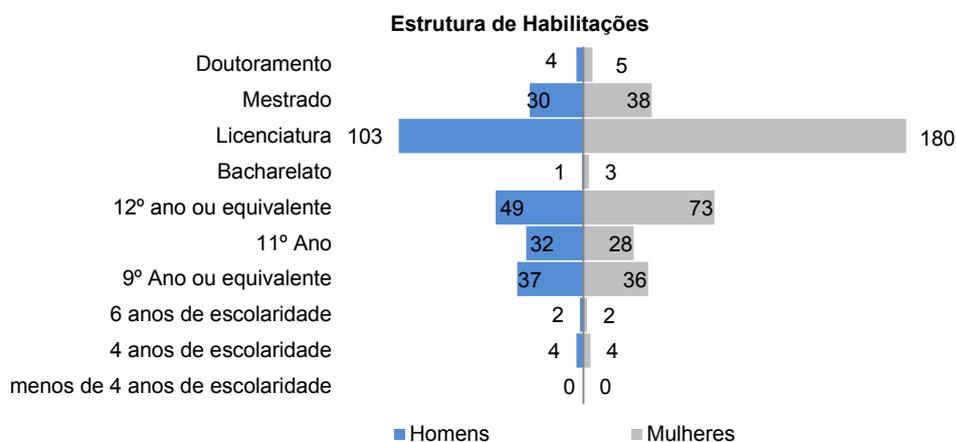
- Cerca de um terço dos dirigentes encontrava-se na faixa etária 50-54 anos.
- 42% dos Técnicos Superiores Especialistas em Estatística situava-se, em proporções idênticas, nas faixas etárias 45-49 e 50-54 anos.
- 47% dos Assistentes Técnicos tinha entre 50 e 60 anos e 26,7% tinham 60 ou mais anos de idade, totalizando 73,7%.



Estrutura de habilitações

Em 2016, 57,7% do total de trabalhadores/as, tinham habilitação superior (364), dos quais 62,1% mulheres e 37,9% homens e 12,2% era detentor de Mestrado ou Doutoramento.

23% dos/as trabalhadores/as tinham habilitações inferiores ao 12º ano de escolaridade, e 1,9% inferiores ao 9º ano.

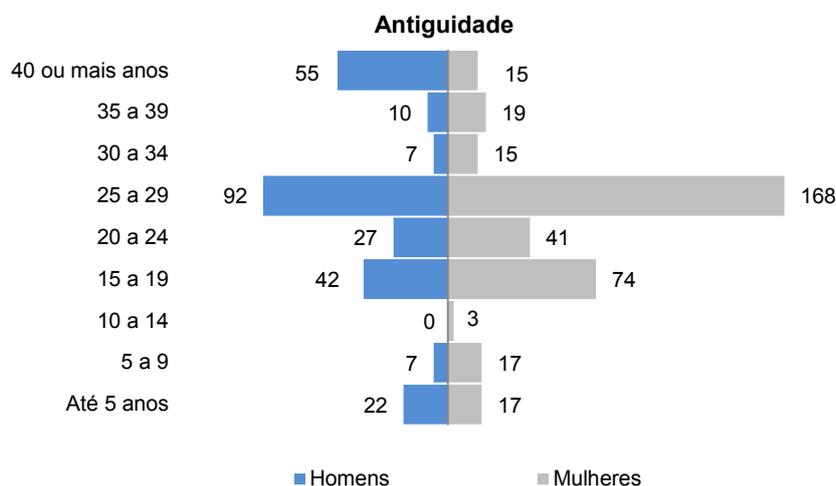


Antiguidade

O escalão de antiguidade com expressão mais elevada continuava a ser o de 25 a 29 anos, abrangendo 41,2% dos/as trabalhadores/as (34,9% em 2015), correspondendo 35,4% a homens e 64,6% a mulheres.

Do total de trabalhadores/as, 11,1% tinham pelo menos 40 anos de antiguidade, escalão em que se encontrava 21% do total de trabalhadores do sexo masculino.

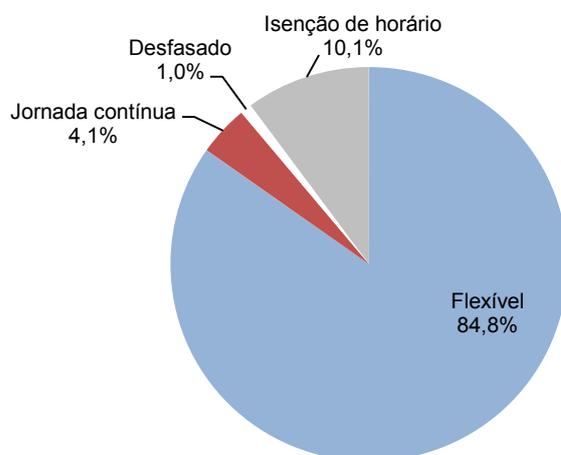
No final de dezembro de 2016, apenas 63 trabalhadores/as (10%) tinham menos de 10 anos de antiguidade, enquanto 121 (19,2%) tinham pelo menos 30 anos.



Modalidades de horários

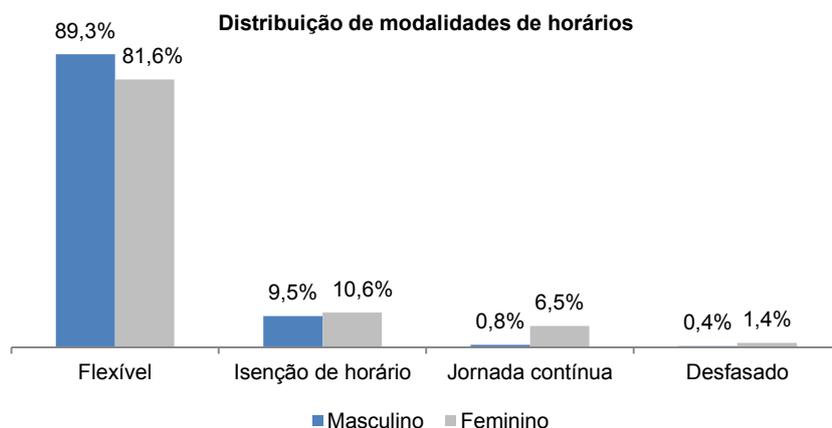
A modalidade de horário predominante era o horário de trabalho flexível, que abrangia cerca de 85% do total de trabalhadores/as (80% em 2015).

O regime de isenção de horário de trabalho era praticado por 64 trabalhadores/as (10,1%), na maior parte dirigentes, e o número de trabalhadores/as em Jornada contínua passou de 9,2% em 2015 para 4,1% em 2016, após o retorno à jornada de 35 horas.

Distribuição de modalidades de horários

Apenas na modalidade de “horário de trabalho flexível” a percentagem de homens (89,3%) era superior à percentagem de mulheres (81,6%).

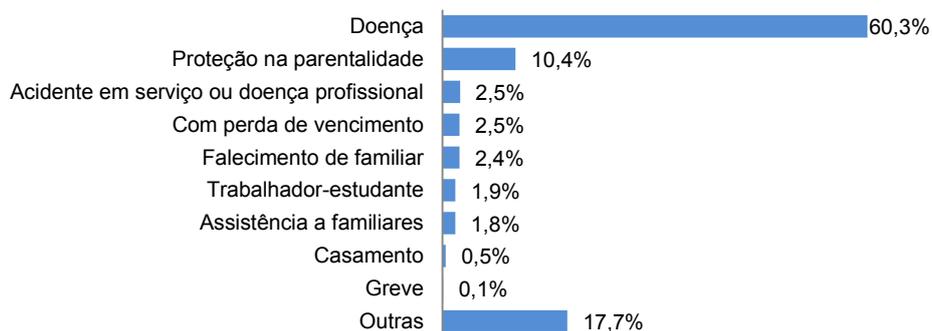
A diminuição do recurso à Jornada contínua verificou-se tanto no caso de trabalhadores (de 4,4% em 2015 para 0,8% em 2016) como no caso de trabalhadoras (de 12,9% para 6,5% respetivamente).

**Absentismo**

O absentismo atingiu 8 196,2 dias, mais 1 025,7 do que o registado em 2015.

A causa mais significativa do absentismo deveu-se a ausências por Doença (60,3%), situação idêntica em anos anteriores.

Causas de absentismo

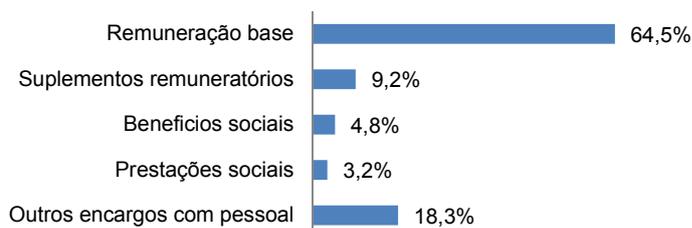


Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal atingiram cerca de 23,8 milhões de euros, 64,5% dos quais relativos à remuneração base.

Os benefícios e prestações sociais representavam respetivamente 4,8% e 3,2% do total dos encargos com pessoal.

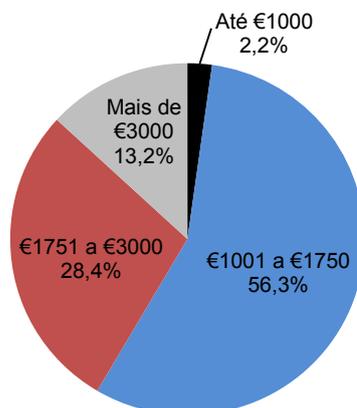
Encargos com Pessoal



Estrutura remuneratória

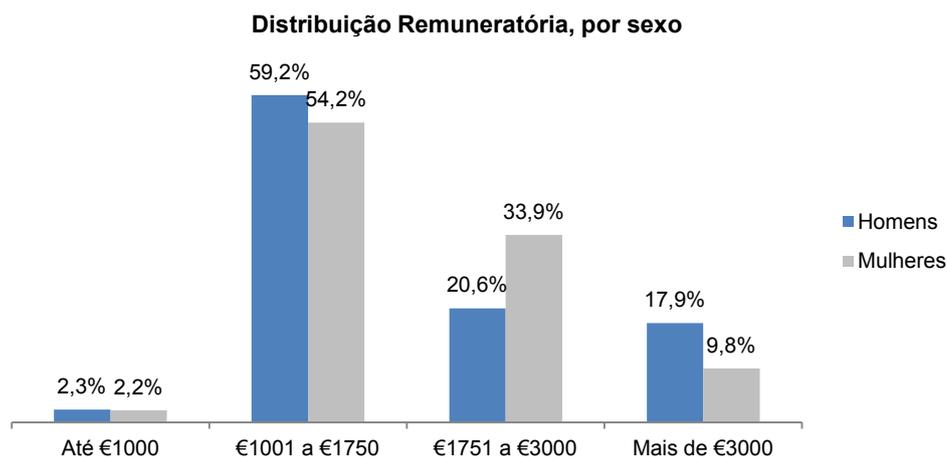
Em dezembro de 2016, 58,5% dos trabalhadores/as auferiam remunerações mensais líquidas iguais ou inferiores a 1 750 euros, 28,4% entre 1 751 e 3 000 euros e 13,2% acima de 3 000 euros.

Distribuição Remuneratória



A distribuição remuneratória entre trabalhadores e trabalhadoras não era homogénea:

- Era similar no primeiro escalão (< 1000 euros): 2,3% nos homens e 2,2% nas mulheres;
- Era relativamente próxima o caso do escalão 1001 a 1750 euros: 59,2% nos homens e 54,2% nas mulheres);
- Apresentava uma clara prevalência de trabalhadoras no escalão remuneratório entre 1 751 e 3 000 euros: 33,9% de mulheres e 20,6% de homens;
- Apresentava uma clara prevalência de trabalhadores no caso do último escalão (> 3000 euros): 17,9% de homens e 9,8% de mulheres.



Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2016 ocorreram 5 acidentes de trabalho *in itinere*, os quais geraram 184 dias de absentismo.

No âmbito das atividades da Medicina do Trabalho, foram realizados 461 exames médicos, dos quais 10 correspondem a exames de admissão ou após baixas muito prolongadas (2%), 215 a exames periódicos (47%) e 236 a exames complementares (51%).

A Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho (CSST), exerceu a sua ação regulamentar através da realização de 280 visitas aos locais de trabalho em Lisboa e nas Delegações do Porto, Coimbra, Évora e Faro, no âmbito da Avaliação de Riscos no Posto de Trabalho (realizada pela primeira vez em 2014).

A CSST realizou ainda 4 ações (uma em cada trimestre) de sensibilização às Lesões Musculo Esqueléticas, às posturas aconselhadas no posto de trabalho e ao Stress e /Riscos Psicossociais e editou, também, trimestralmente, um Manual de Boas Práticas em Segurança e Saúde no Trabalho.

A convite de várias entidades externas e em representação do INE, a CSST participou em diversos eventos, com 18 intervenções sobre o tema dos Riscos Psicossociais (Boas Práticas no INE) e Amianto num total de 18 intervenções.

B - CONTAS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2. RECURSOS FINANCEIROS

Apresenta-se a análise da execução financeira do INE, relativa ao exercício de 2016.

Esta análise é desenvolvida na perspetiva da execução financeira do orçamento aprovado (ótica da Contabilidade Pública) e também na perspetiva da situação patrimonial (ótica da Contabilidade Patrimonial - POCP).

2.1. ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

No decurso de 2016, para além da preparação e execução das operações e atividades correntes regulares, executaram-se trabalhos relacionados com operações estatísticas correntes não regulares, destacando-se:

- Censos 2021 – Teste ao Modelo de Recolha;
- Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas;
- Inquéritos às Despesas das Famílias (conclusão);
- Inquérito ao Turismo Internacional (conclusão).

A execução financeira do exercício em análise continuou a desenvolver-se sob medidas destinadas a otimizar a execução orçamental, através:

- Da adoção sistemática de medidas de rigor e racionalização na execução das despesas de funcionamento e dos custos da atividade estatística;
- Do alargamento do aproveitamento de atos administrativos para a produção de estatísticas oficiais;
- Da intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos, designadamente com o recurso ao reporte eletrónico pelas empresas, à entrevista telefónica junto das famílias e à resposta via web por famílias e empresas.

Em resultado destas medidas e não obstante o elevado grau de execução do Plano de Atividades, o exercício encerrou com um excedente de € 678.753, sendo € 521.298 na dotação do OE e € 157.455 nas Receitas Próprias devido à emissão e cobrança de guias de receita no final do ano.

Execução Financeira (Ótica Tesouraria)

	2016	2015
1. RECEITAS	31.409.486	30.648.532
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	28.079.392	27.982.336
Receitas Próprias (Efetivamente Cobradas e Saldos Integrados)	3.330.094	2.666.196
2. DESPESAS	30.730.733	29.907.124
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	23.827.169	22.950.771
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença (entrevistadores/outros)	3.850.523	3.741.820
Fornecimentos e Serviços Externos	2.842.392	2.982.156
Investimentos	210.649	232.377
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	678.753	741.408

2.1.1. Evolução/execução da Despesa

Ao nível da evolução/execução da **Despesa** é de assinalar, o aumento de 2,8% da despesa total, face a 2015, devido aos seguintes fatores;

- a) O aumento de 3,8% das despesas com pessoal (77,5% da despesa total), devido, sobretudo, i) à aplicação da nova tabela salarial, com efeitos desde outubro de 2015; ii) à total reposição dos cortes salariais legalmente estabelecidos; e iii) à admissão de 20 Técnicos Superiores em dezembro de 2015;
- b) O aumento de 2,9% das despesas com a recolha de informação (12,5% do total), devido às operações estatísticas correntes não regulares já identificadas, que envolveram encargos superiores aos verificados nas operações estatísticas correntes não regulares realizadas em 2015;
- c) A diminuição de 4,7% nos “Fornecimentos e Serviços Externos” (9,3% do total) devido, sobretudo, à realização, em 2015, de um conjunto de eventos, no contexto do Sistema Estatístico Europeu (Conferência Anual dos Diretores Gerais dos INE’s e reuniões do Fórum Estatístico Europeu, do Comité do Sistema Estatístico Europeu e do Grupo Estratégico), promovidos pelo EUROSTAT e pelo país anfitrião em Lisboa;
- d) Manutenção dos valores relativos a investimentos que, apesar de se verificar uma redução de 9,4% face a 2015, só representam cerca de 0,7% do total, .

2.1.2. Evolução/execução da Receita

Ao nível da evolução/execução da **Receita**, é de destacar o aumento de 2,5% no montante total da receita disponível decorrente;

- a) Da quase estagnação (+0,3%) dos recursos financeiros provenientes do Orçamento do Estado (89,4% do total);
- b) Do aumento de 24,9% no valor das Receitas Próprias (10,6% do total), provenientes de contratos com o EUROSTAT e da prestação de serviços essencialmente a entidades públicas, sendo de salientar o protocolo estabelecido com o Turismo de Portugal, IP, para a realização do Inquérito ao Turismo Internacional;

2.2. ÓTICA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Os recursos financeiros segundo a óptica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos efetivos, num total de € 30.562.973,23, tiveram as seguintes origens:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 27.558.093,83 (90,2%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento;
- **Receitas Próprias**, no valor de € 3.004.879,40 (9,8%), decorrente da venda de informação e publicações e da prestação de serviços (€ 622.706,03), participações financeiras (€ 1.967.457,88) e recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€414.715,49).

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, cujas demonstrações financeiras a seguir se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além de outros fatores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, que permitiu apurar poupanças nas dotações disponíveis provenientes do Orçamento do Estado e de Receitas Próprias.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em € 1.178.317,24, devida e detalhadamente justificado no Anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Nos últimos 6 anos, a evolução dos recursos financeiros do Instituto foi a seguinte:

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2011	2012	2013	2014	2015	2016
62.442.697,01	26.771.472,50	27.444.950,65	28.306.516,39	27.272.738,20	27.558.093,83

Orçamento do Estado - PIDDAC

2011	2012	2013	2014	2015	2016
29.773,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Próprias

2011	2012	2013	2014	2015	2016
2.741.773,67	2.146.423,64	2.536.072,90	2.602.823,50	2.617.238,44	3.004.879,40

Total Geral

2011	2012	2013	2014	2015	2016
65.214.244,17	28.917.896,14	29.981.023,55	30.909.339,89	29.889.976,64	30.562.973,23

Notas:

2011 - Recolha e tratamento dos dados dos Censos 2011.

2012 - Conclusão dos Censos 2011; não inclui, em conformidade com a LOE2012, os subsídios de férias e de Natal.

3.1. BALANÇO E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A estrutura do Balanço, à data de 31 de Dezembro de 2016, mantém-se muito próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o ativo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 86,7% do ativo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com as do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes variações:

a) Acréscimos e diferimentos – diminuição do saldo de acréscimos de proveitos, em resultado da contabilização da especialização de exercícios relativa às subvenções firmadas com o Eurostat;

b) Provisões para riscos e encargos – constituição de provisões para fazer face a processos judiciais em curso acionados por trabalhadores, sobretudo junto do Tribunal de Trabalho. A constituição destas provisões obedece ao princípio da prudência, dado o risco elevado de desfecho negativo para o INE;

c) Acréscimos e diferimentos – diminuição do saldo de proveitos diferidos devido à contabilização da especialização de exercícios relativa às subvenções firmadas com o Eurostat.

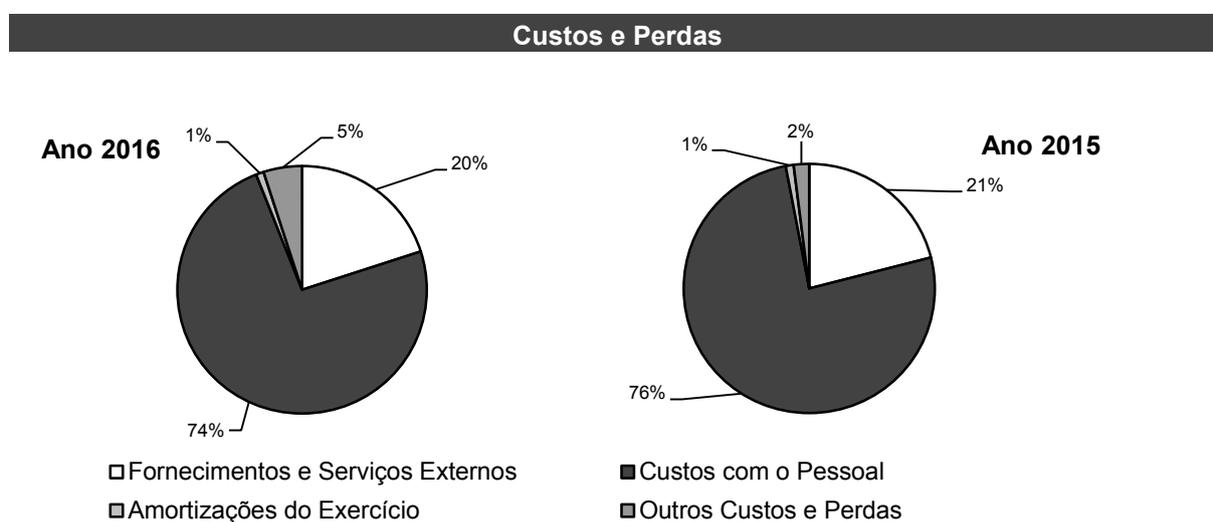
As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - CUSTOS E PROVEITOS

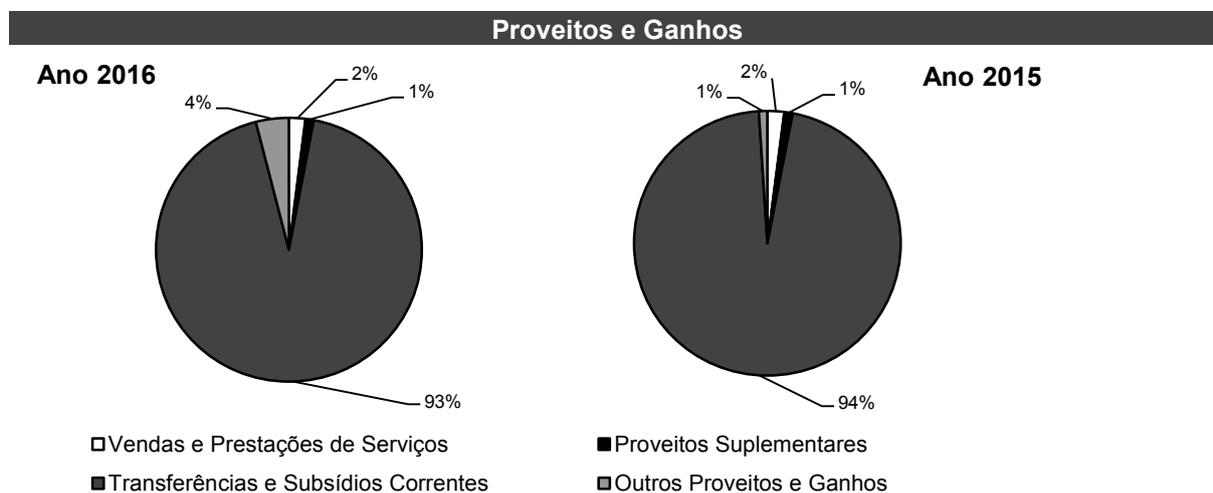
Ao nível dos custos e dos proveitos, as principais variações, face ao ano anterior, resultam do já referido no ponto “1.1. Ótica da Contabilidade Pública”.

Os **custos** do exercício de 2016 com o desenvolvimento das atividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 32.575.779,18 face a € 30.649.277,03 em 2015.

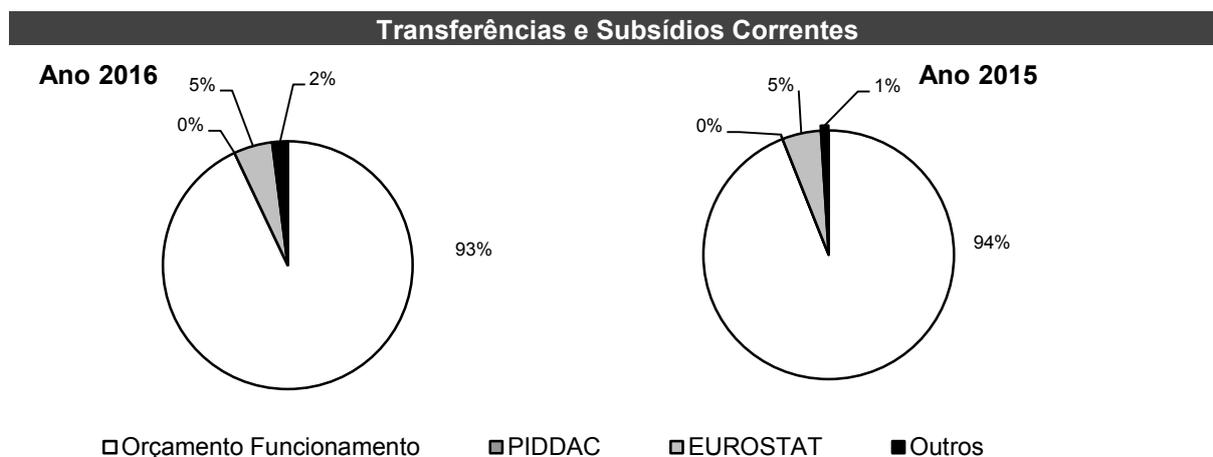
Ao nível da estrutura dos custos, a sua repartição e respetivos pesos face ao total, foi a seguinte:



Os **proveitos**, no total de € 31.397.461,94 (€ 30.577.539,55 em 2015), não registam variações significativas acompanhando, desta forma, a evolução verificada ao nível dos custos.



Das rubricas de proveitos, a mais significativa, “Transferências e Subsídios Correntes”, representa 93% do total e teve a seguinte decomposição:



3.3. INVESTIMENTOS

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas ascenderam a € 210.648,68, financiadas pelo Orçamento de Funcionamento/Orçamento do Estado, envolvendo “Edifícios e outras construções” no valor de € 9.132,75 (4,3%) e “Equipamento administrativo/informático” no valor de € 201.515,93 (95,7%).

3.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi negativo, no valor de € 1.178.317,24. (Nota 8.2.32)

Propõe-se a afetação deste resultado à conta de Resultados transitados.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1. RCM Nº 155/2005 (Nº 9), DE 6 DE OUTUBRO

Dando cumprimento ao estipulado no nº 9, da RCM nº 155/2005, de 6 de outubro, são apresentadas as remunerações brutas (principais e acessórias) auferidas pelos membros do Conselho Diretivo, em 2016:

	Remunerações	Subsídios de Férias e Natal	Representação	Outras Remunerações Certas e Permanentes	Total
Presidente do C. Diretivo (a)	30.563,04	5.053,80	31.385,91	8.241,10	75.243,85
Vogal do C. Diretivo (a)	63.282,15	10.492,67	20.250,33	3.646,58	97.671,73
Vogal do C. Diretivo (a)	32.115,21	5.316,85	20.732,10	7.609,14	65.773,30
Totais	125.960,40	20.863,32	72.368,34	19.496,82	238.688,88

a) Foram efetuadas regularizações às remunerações e subsídios de refeição, conforme recomendação do Tribunal de Contas, na sequência da auditoria à Conta de 2015,

Lisboa, 6 de abril de 2017

O Conselho Diretivo

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

Carlos Manuel Matias Coimbra
Vogal

BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS



Relatório e Contas | **2016**



Balço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13 744 806,64	0,00	13 744 806,64	13 744 806,64
422	Edifícios e outras construções	9 819 143,55	5 104 616,91	4 714 526,64	4 886 587,12
423	Equipamento básico	1 037 068,78	1 033 033,18	4 035,60	6 584,40
424	Equipamento de transporte	346 225,85	346 225,85	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	139 963,02	137 442,59	2 520,43	4 935,10
426	Equipamento administrativo	15 492 550,90	15 006 828,76	485 722,14	463 462,03
429	Outras imobilizações corpóreas	14 846,64	8 803,06	6 043,58	6 043,58
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		40 594 605,38	21 636 950,35	18 957 655,03	19 112 418,87
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	93 776,16	0,00	93 776,16	102 763,35
33	Produtos acabados e intermédios	260 315,29	244 421,51	15 893,78	30 922,24
		354 091,45	244 421,51	109 669,94	133 685,59
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	133 024,63	0,00	133 024,63	365 137,90
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
262+268	Outros devedores	459 021,94	0,00	459 021,94	189 564,78
		592 046,57	0,00	592 046,57	554 702,68
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	0,00		0,00	0,00
11	Caixa	17 446,89		17 446,89	10 091,71
		17 446,89		17 446,89	10 091,71
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1 471 122,07		1 471 122,07	1 671 013,58
272	Custos diferidos	722 371,64		722 371,64	799 084,90
		2 193 493,71		2 193 493,71	2 470 098,48
	<i>Total de amortizações</i>		21 636 950,35		
	<i>Total de provisões</i>		244 421,51		
	Total do activo	43 751 684,00	21 881 371,86	21 870 312,14	22 280 997,33

Departamento de Administração Financeira e Patrimonial,

Paulo Jorge da Conceição Henriques
(Diretor Adjunto)

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2016	2015
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20 772 818,99	20 772 818,99
59	Resultados transitados	(5 595 789,63)	(5 524 052,15)
	Subtotal	15 177 029,36	15 248 766,84
88	Resultado líquido do exercício	(1 178 317,24)	(71 737,48)
	Total dos fundos próprios	13 998 712,12	15 177 029,36
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para riscos e encargos	1 099 433,82	0,00
		1 099 433,82	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	4 476,61	26 326,12
219+262+267/8	Outros credores	0,00	0,00
		4 476,61	26 326,12
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3 031 001,14	3 008 566,74
274	Proveitos diferidos	3 736 688,45	4 069 075,11
		6 767 689,59	7 077 641,85
	Total do passivo	7 871 600,02	7 103 967,97
	Total dos fundos próprios e do passivo	21 870 312,14	22 280 997,33

O Conselho Diretivo,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Maria Helena de Sousa Cordeiro

Carlos Manuel Matias Coimbra

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2016		2015	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		51 026,36		73 162,02
62	Fornecimentos e serviços externos		6 554 202,61		6 511 620,16
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	18 318 936,03		17 111 632,09	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	315 179,04		971 104,88	
645/8	Outros	5 275 393,28	23 909 508,35	5 034 584,95	23 117 321,92
63	Transferências correntes concedidas		15 000,00		0,00
66	Amortizações do exercício	365 253,72		343 366,15	
67	Provisões do exercício	1 099 433,82	1 464 687,54	0,00	343 366,15
65	Outros custos e perdas operacionais (A)		10 447,79		10 447,79
			32 004 872,65		30 055 918,04
68	Custos e perdas financeiras: (C)		256,24		1 174,44
			32 005 128,89		30 057 092,48
69	Custos e perdas extraordinários (E)		570 650,29		592 184,55
			32 575 779,18		30 649 277,03
88	Resultado líquido do exercício		(1 178 317,24)		(71 737,48)
			31 397 461,94		30 577 539,55

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2016		2015	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	1 220,71		1 215,13	
	Prestações de serviços	621 485,32	622 706,03	687 672,35	688 887,48
72	Impostos, taxas e outros		213 668,90		46 533,59
	Variação da produção		(114 523,77)		(26 487,47)
73	Proveitos suplementares		201 046,59		152 284,07
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos (B)		29 314 903,03		28 769 894,08
			30 237 800,78		29 631 111,75
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)		0,00		0,00
			30 237 800,78		29 631 111,75
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)		1 159 661,16		946 427,80
			31 397 461,94		30 577 539,55
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		(1 767 071,87)		(424 806,29)
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		(256,24)		(1 174,44)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		(1 767 328,11)		(425 980,73)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		(1 178 317,24)		(71 737,48)

MAPAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL



Relatório e Contas | **2016**



Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
02 0 03 01 00	1011	010102	Órgãos Sociais	168 100,00	132 105,00	6 144,00	125 960,40
02 0 03 01 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	10 995 420,00	10 990 313,00	0,00	10 990 311,90
02 0 03 01 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	3 947 900,00	3 855 734,00	0,00	3 850 522,92
02 0 03 01 00	1011	010109	Pessoal em qualquer outra situação	220 620,00	183 251,00	8 063,00	175 187,50
02 0 03 01 00	1011	010111	Representação	387 960,00	440 725,00	0,00	440 724,19
02 0 03 01 00	1011	010112	Suplementos e prémios	1 588 200,00	1 669 327,00	0,00	1 669 326,16
02 0 03 01 00	1011	010113	Subsidio de refeição	822 880,00	789 963,00	30 075,00	759 887,54
02 0 03 01 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	2 417 700,00	2 482 903,00	45 364,00	2 437 537,86
02 0 03 01 00	1011	010202	Horas extraordinárias	1 000,00	328,00	37,00	290,38
02 0 03 01 00	1011	010204	Ajudas de custo	93 700,00	86 856,00	3 425,00	77 682,26
02 0 03 01 00	1011	010205	Abono para falhas	1 050,00	998,00	38,00	959,86
02 0 03 01 00	1011	010212	Indemnizações	0,00	0,00	0,00	0,00
02 0 03 01 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	20 000,00	27 568,00	0,00	27 567,52
02 0 03 01 00	1011	010301	Encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
02 0 03 01 00	1011	010305	Contribuições CGA	101 170,00	101 591,00	2 698,00	98 892,56
02 0 03 01 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3 752 770,00	3 775 961,00	10 282,00	3 765 678,78
02 0 03 01 00	1011	010306	Ac. Serviço doenças prof.	1 450,00	3 955,00	53,00	3 289,21
02 0 03 01 00	1011	010308	Outras pensões	215 000,00	273 500,00	7 858,00	265 180,04
02 0 03 01 00	1011	010309	Seguros	772 000,00	737 000,00	28 216,00	701 100,61
02 0 03 01 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	40 000,00	25 620,00	1 462,00	23 208,46
02 0 03 01 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	38 450,00	37 450,00	5 768,00	29 793,29
02 0 03 01 00	1011	020108	Material de escritório	85 000,00	44 312,00	12 750,00	25 667,55
02 0 03 01 00	1011	020117	Ferramentas e utensílios	15 000,00	15 000,00	2 250,00	4 530,55
02 0 03 01 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	30 000,00	30 000,00	4 500,00	22 485,08
02 0 03 01 00	1011	020201	Encargos das instalações	199 000,00	190 000,00	29 850,00	123 825,24
02 0 03 01 00	1011	020202	Limpeza e higiene	137 400,00	93 800,00	20 610,00	47 853,06
02 0 03 01 00	1011	020203	Conservação de bens	190 000,00	180 000,00	28 500,00	137 894,22
02 0 03 01 00	1011	020204	Locação de edifícios	245 200,00	245 200,00	36 780,00	204 943,24
02 0 03 01 00	1011	020205	Locação de material de informática	125 000,00	47 750,00	18 750,00	24 421,96
02 0 03 01 00	1011	020206	Locação de material de transporte	16 700,00	20 855,00	2 505,00	16 687,44
02 0 03 01 00	1011	020209	Comunicações	277 120,00	271 976,00	41 568,00	195 249,13
02 0 03 01 00	1011	020211	Representação dos serviços	23 000,00	37 038,00	3 450,00	30 798,33
02 0 03 01 00	1011	020212	Seguros	2 500,00	3 100,00	375,00	2 358,35
02 0 03 01 00	1011	020213	Deslocações e estadas	60 000,00	38 500,00	9 000,00	27 402,35
02 0 03 01 00	1011	020215	Formação	60 000,00	58 339,00	9 000,00	24 815,07
02 0 03 01 00	1011	020217	Publicidade	92 250,00	13 838,00	13 838,00	0,00
02 0 03 01 00	1011	020218	Vigilância e segurança	218 400,00	210 700,00	32 760,00	172 286,65
02 0 03 01 00	1011	020219	Assistência técnica	259 641,00	301 141,00	38 947,00	239 207,46
02 0 03 01 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	268 090,00	481 252,00	40 214,00	394 274,42
02 0 03 01 00	1011	020225	Outros serviços	42 590,00	52 090,00	6 389,00	39 817,43
02 0 03 01 00	1011	040301	Transferências Estado	24 650,00	15 000,00	0,00	15 000,00
02 0 03 01 00	1011	040802	Estágios profissionais	84 000,00	30 136,00	0,00	30 135,49
02 0 03 01 00	1011	060203	Outras despesas correntes	90 000,00	129 085,00	0,00	124 690,69
02 0 03 01 00	1011	070103	Edifícios	20 000,00	9 133,00	0,00	9 132,75
02 0 03 01 00	1011	070107	Equipamento de informática	405 000,00	425 673,00	0,00	179 672,25
02 0 03 01 00	1011	070108	Software informática	0,00	18 305,00	0,00	18 304,53
02 0 03 01 00	1011	070109	Equipamento administrativo	25 000,00	3 540,00	0,00	3 539,15
			Subtotal 01	28 580 911,00	28 580 911,00	501 519,00	27 558 093,83

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
125 960,40	0,00	125 960,40	0,60	0,60	0,00	95,3%
10 990 311,90	0,00	10 990 311,90	1,10	1,10	0,00	100,0%
3 850 522,92	0,00	3 850 522,92	5 211,08	5 211,08	0,00	99,9%
175 187,50	0,00	175 187,50	0,50	0,50	0,00	95,6%
440 724,19	0,00	440 724,19	0,81	0,81	0,00	100,0%
1 669 326,16	0,00	1 669 326,16	0,84	0,84	0,00	100,0%
759 887,54	0,00	759 887,54	0,46	0,46	0,00	96,2%
2 437 537,86	0,00	2 437 537,86	1,14	1,14	0,00	98,2%
290,38	0,00	290,38	0,62	0,62	0,00	88,5%
77 682,26	0,00	77 682,26	5 748,74	5 748,74	0,00	89,4%
959,86	0,00	959,86	0,14	0,14	0,00	96,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
27 567,52	0,00	27 567,52	0,48	0,48	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
98 892,56	0,00	98 892,56	0,44	0,44	0,00	97,3%
3 765 678,78	0,00	3 765 678,78	0,22	0,22	0,00	99,7%
3 289,21	0,00	3 289,21	612,79	612,79	0,00	83,2%
265 180,04	0,00	265 180,04	461,96	461,96	0,00	97,0%
701 100,61	0,00	701 100,61	7 683,39	7 683,39	0,00	95,1%
23 208,46	0,00	23 208,46	949,54	949,54	0,00	90,6%
29 793,29	0,00	29 793,29	1 888,71	1 888,71	0,00	79,6%
25 667,55	0,00	25 667,55	5 894,45	5 894,45	0,00	57,9%
4 530,55	0,00	4 530,55	8 219,45	8 219,45	0,00	30,2%
22 485,08	0,00	22 485,08	3 014,92	3 014,92	0,00	75,0%
123 825,24	0,00	123 825,24	36 324,76	36 324,76	0,00	65,2%
47 853,06	0,00	47 853,06	25 336,94	25 336,94	0,00	51,0%
137 894,22	0,00	137 894,22	13 605,78	13 605,78	0,00	76,6%
204 943,24	0,00	204 943,24	3 476,76	3 476,76	0,00	83,6%
24 421,96	0,00	24 421,96	4 578,04	4 578,04	0,00	51,1%
16 687,44	0,00	16 687,44	1 662,56	1 662,56	0,00	80,0%
195 249,13	0,00	195 249,13	35 158,87	35 158,87	0,00	71,8%
30 798,33	0,00	30 798,33	2 789,67	2 789,67	0,00	83,2%
2 358,35	0,00	2 358,35	366,65	366,65	0,00	76,1%
27 402,35	0,00	27 402,35	2 097,65	2 097,65	0,00	71,2%
24 815,07	0,00	24 815,07	24 523,93	24 523,93	0,00	42,5%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
172 286,65	0,00	172 286,65	5 653,35	5 653,35	0,00	81,8%
239 207,46	0,00	239 207,46	22 986,54	22 986,54	0,00	79,4%
394 274,42	0,00	394 274,42	46 763,58	46 763,58	0,00	81,9%
39 817,43	0,00	39 817,43	5 883,57	5 883,57	0,00	76,4%
15 000,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
30 135,49	0,00	30 135,49	0,51	0,51	0,00	100,0%
124 690,69	0,00	124 690,69	4 394,31	4 394,31	0,00	96,6%
9 132,75	0,00	9 132,75	0,25	0,25	0,00	100,0%
179 672,25	0,00	179 672,25	246 000,75	246 000,75	0,00	42,2%
18 304,53	0,00	18 304,53	0,47	0,47	0,00	100,0%
3 539,15	0,00	3 539,15	0,85	0,85	0,00	100,0%
27 558 093,83	0,00	27 558 093,83	521 298,17	521 298,17	0,00	96,4%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial (2)	Dotações corrigidas (3)	Cativos ou congelamentos (4)	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados (5)
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 03 01 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	800 000,00	871 002,00	0,00	871 002,00
02 0 03 01 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	200 000,00	200 000,00	0,00	200 000,00
02 0 03 01 00	1011	010308	Outras pensões	50 000,00	49 999,00	0,00	49 999,00
02 0 03 01 00	1011	010309	Seguros	49 999,00	50 000,00	0,00	50 000,00
02 0 03 01 00	1011	060203	Outras despesas correntes	28 206,00	28 206,00	28 206,00	0,00
			Subtotal 02	1 128 205,00	1 199 207,00	28 206,00	1 171 001,00
			F.FIN. 129 TRANSf. RP				
02 0 03 01 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	300 000,00	300 000,00	0,00	300 000,00
02 0 03 01 00	1011	020202	Limpeza e higiene	0,00	47 965,00	6 000,00	41 965,00
02 0 03 01 00	1011	020204	Locação de edifícios	0,00	47 344,00	7 059,00	40 285,00
02 0 03 01 00	1011	020205	Locação de material de informática	0,00	101 227,00	15 227,00	86 000,00
02 0 03 01 00	1011	020213	Deslocações e estadas	0,00	36 700,00	6 700,00	30 000,00
02 0 03 01 00	1011	020218	Vigilância e segurança	0,00	66 764,00	10 014,00	56 750,00
			Subtotal 03	300 000,00	600 000,00	45 000,00	555 000,00
			F.FIN. 280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 03 01 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	600 000,00	623 383,00	0,00	623 383,00
02 0 03 01 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	120 000,00	120 000,00	0,00	120 000,00
02 0 03 01 00	1011	010309	Seguros	50 000,00	50 000,00	0,00	50 000,00
02 0 03 01 00	1011	020201	Encargos das instalações	66 000,00	69 200,00	0,00	69 200,00
02 0 03 01 00	1011	020202	Limpeza e higiene	164 000,00	185 800,00	0,00	185 800,00
02 0 03 01 00	1011	020203	Conservação de bens	100 000,00	88 200,00	0,00	74 360,40
02 0 03 01 00	1011	020213	Deslocações e estadas	250 000,00	236 800,00	0,00	233 894,52
02 0 03 01 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	90 000,00	90 000,00	0,00	90 000,00
			Subtotal 04	1 440 000,00	1 463 383,00	0,00	1 446 637,92
			Total Geral	31 449 116,00	31 843 501,00	574 725,00	30 730 732,75

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
871 002,00	0,00	871 002,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
49 999,00	0,00	49 999,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
1 171 001,00	0,00	1 171 001,00	0,00	0,00	0,00	97,6%
300 000,00	0,00	300 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
41 965,00	0,00	41 965,00	0,00	0,00	0,00	87,5%
40 285,00	0,00	40 285,00	0,00	0,00	0,00	85,1%
86 000,00	0,00	86 000,00	0,00	0,00	0,00	85,0%
30 000,00	0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	81,7%
56 750,00	0,00	56 750,00	0,00	0,00	0,00	85,0%
555 000,00	0,00	555 000,00	0,00	0,00	0,00	92,5%
623 383,00	0,00	623 383,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
120 000,00	0,00	120 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
69 200,00	0,00	69 200,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
185 800,00	0,00	185 800,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
74 360,40	0,00	74 360,40	13 839,60	13 839,60	0,00	84,3%
233 894,52	0,00	233 894,52	2 905,48	2 905,48	0,00	98,8%
90 000,00	0,00	90 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
1 446 637,92	0,00	1 446 637,92	16 745,08	16 745,08	0,00	98,9%
30 730 732,75	0,00	30 730 732,75	538 043,25	538 043,25	0,00	96,5%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar no Início Ano	Receitas Emitidas
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição	(2)	(3)	(4)	(5)
			Rec. Func. Normal				
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS				
02 0 03 011 00	1011	0603010102	Transf. Correntes - O.E.	28 580 911,00	28 580 911,00	0,00	27 558 093,83
			Subtotal 01	28 580 911,00	28 580 911,00	0,00	27 558 093,83
			F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 03 011 00	1011	0402049902	Coimas e penalidades	40 000,00	40 000,00	0,00	213 668,90
02 0 03 011 00	1011	0701039902	Publicações e impressos	20 000,00	20 000,00	1 045,90	32 367,77
02 0 03 011 00	1011	0702029902	Serviços	910 000,00	910 000,00	363 657,80	636 821,73
02 0 03 011 00	1011	0801999902	Outras receitas correntes	158 205,00	229 207,00	434,20	314 288,45
02 0 03 011 00	1011	1601050202	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 02	1 128 205,00	1 199 207,00	365 137,90	1 197 146,85
			F.FIN.129 TRANS. RP				
02 0 03 011 00	1011	0603070102	Transf. Correntes - U.E. Instituições	300 000,00	600 000,00	0,00	600 000,00
			Subtotal 03	0,00	600 000,00	0,00	600 000,00
			F.FIN.280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 03 011 00	1011	0609019902	Transf. Correntes - U.E. Instituições	1 440 000,00	1 463 383,00	153 494,59	1 444 546,15
02 0 03 011 00	1011	1601050402	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 04	1 440 000,00	1 463 383,00	153 494,59	1 444 546,15
			Total Rec. Func. Normal	31 149 116,00	31 843 501,00	518 632,49	30 799 786,83
			Total Geral	31 149 116,00	31 843 501,00	518 632,49	30 799 786,83

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	27 558 093,83	0,00	0,00	27 558 093,83	0,00	96,4%
0,00	27 558 093,83	0,00	0,00	27 558 093,83	0,00	96,4%
0,00	30 593,70	0,00	0,00	30 593,70	183 075,20	76,5%
0,00	33 021,67	0,00	0,00	33 021,67	392,00	165,1%
0,00	868 061,90	0,00	0,00	868 061,90	132 417,63	95,4%
0,00	314 507,65	0,00	0,00	314 507,65	215,00	137,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
0,00	1 246 184,92	0,00	0,00	1 246 184,92	316 099,83	103,9%
0,00	600 000,00	0,00	0,00	600 000,00	0,00	100,0%
0,00	600 000,00	0,00	0,00	600 000,00	0,00	100,0%
0,00	1 483 909,08	0,00	0,00	1 483 909,08	114 131,66	101,4%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
0,00	1 483 909,08	0,00	0,00	1 483 909,08	114 131,66	101,4%
0,00	30 888 187,83	0,00	0,00	30 888 187,83	430 231,49	97,0%
0,00	30 888 187,83	0,00	0,00	30 888 187,83	430 231,49	97,0%

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Relatório e Contas | **2016**



Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		10 091,71
		Execução orçamental		0,00
		De dot. Orç. OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	31.810,19	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		10 091,71
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Receitas		41 413 903,86
1		Dotações orçamentais (OE)		27 558 093,83
		Orç. Funcionamento	27 558 093,83	
	0603010102	Transf. Correntes Orçamento do Estado	27 347 445,15	
	1003010102	Transf. Capital Orçamento do Estado	210 648,68	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		3 330 094,00
		Receitas Próprias Correntes	3 330 094,00	
	04.02.04.99.02	Coimas e Penalidades	30 593,70	
	06.03.07.01.02	Transf. RP entre Organismos	600 000,00	
	06.09.01.99.02	Transf. Correntes - U. E. Instituições	1 483 909,08	
	07.01.03.99.02	Publicações e Impressos	33 021,67	
	07.02.02.99.02	Serviços	868 061,90	
	08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	314 507,65	
	16.01.05.02.02	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	
	16.01.05.04.02	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias		3 172 638,92
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e Outras Entidades:		7 353 077,11
		Receita do Estado	4 368 716,87	
		Operações de Tesouraria	2 984 360,24	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.982.841,00	
		Operações de Tesouraria	2.515.905,00	
		Total		41 423 995,57

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos	
Capítulo	Grupo		
		Despesas	41 406 548,68
		Despesas Orçamentais (OE)	27 558 093,83
1		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	27 558 093,83
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	20 449 458,47
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	106 500,02
	01.03.	Segurança Social	4 857 349,66
	02.01.	Aquisição de Bens	82 476,47
	02.02.	Aquisição de Serviços	1 681 834,35
	04.	Tranf./Estágios PEPAC	45 135,49
	06.	Outras Despesas Correntes	124 690,69
	07.	Aquisições bens capital	210 648,68
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos	3 172 638,92
		Correntes	3 172 638,92
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	1 794 385,00
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00
	01.03.	Segurança Social	469 999,00
	02.01.	Aquisição de Bens	0,00
	02.02.	Aquisição de Serviços	908 254,92
	07.	Aquisições bens capital	0,00
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias	3 330 094,00
		Descontos em Vencimentos e Salários:	
		Receita do Estado	3.982.841,00
		Operações de Tesouraria	2.516.905,00
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:	7 345 721,93
		Receita do Estado	4 368 716,87
		Operações de Tesouraria	2 977 005,06
		Saldo para a gerência seguinte	17 446,89
		Execução orçamental	0,00
		De dot. orçamentais OE	0,00
		De receitas próprias	0,00
		Na posse do Serviço	0,00
		Na posse do Tesouro	157.455,08
		De receita do Estado	0,00
		De operações de tesouraria	17 446,89
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado	0,00
		Total	41 423 995,57

ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



Relatório e Contas | **2016**



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARATERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.) é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por missão a produção e divulgação da informação estatística oficial, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da atividade estatística nacional.

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) a Lei Orgânica do INE (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto) foi revogada e foram publicados o Decreto-Lei nº 166/2007, - Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de março, - Estrutura Orgânica do Instituto, os quais, entretanto, também foram revogados.

Atualmente estão **em vigor**:

- Decreto-Lei nº 136/2012, de 2 de julho, que define a Lei Orgânica do INE;
- Portaria nº 423/2012, de 28 de dezembro, que define os Estatutos do Instituto.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Artigo 60º do citado Diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui parecer às contas emitido por esta comissão.

Dos factos acima referidos não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 23 de maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a Lei Orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais.

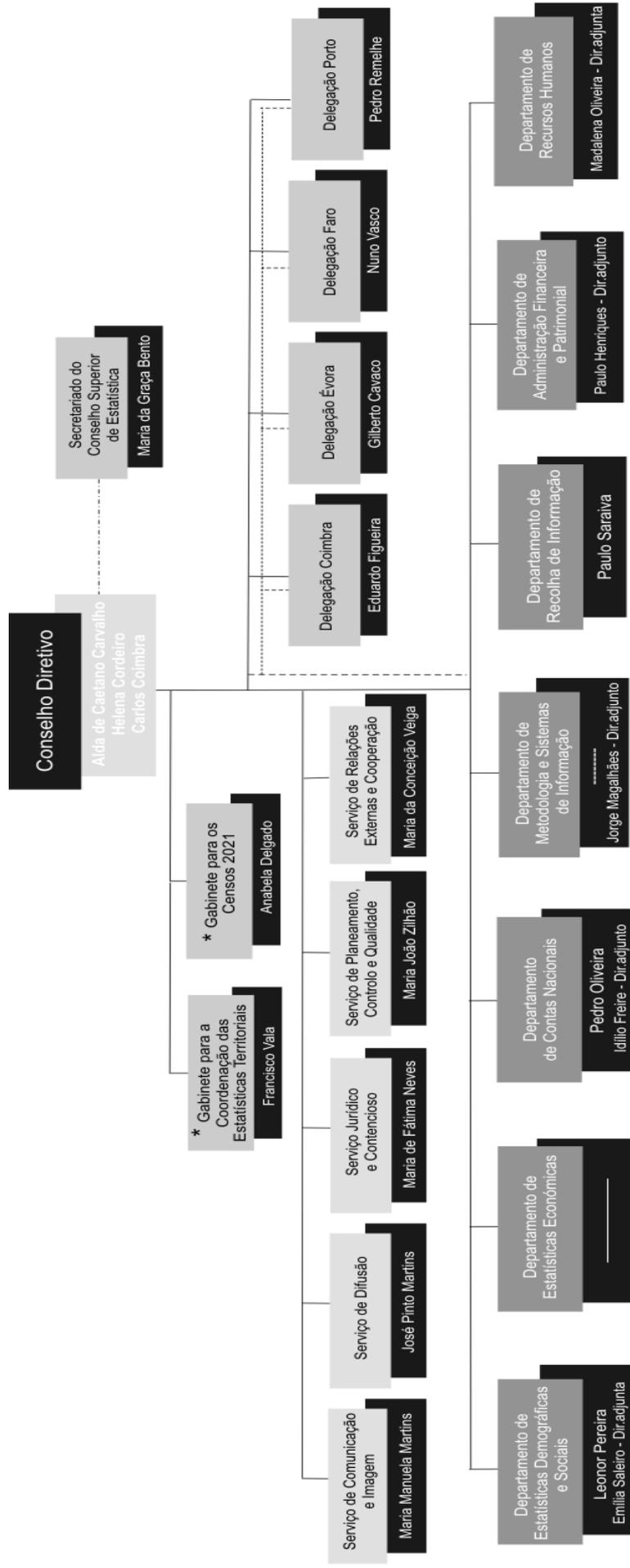
Entre 1989 e 2008 a Lei nº 6/89, de 15 de abril, estabeleceu as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional. Atualmente é a Lei nº 22/2008, de 13 de maio, que estabelece o enquadramento geral da atividade estatística nacional, definindo nomeadamente, os princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional, a sua estrutura e as normas que o regem.

A Lei Orgânica do INE, entre 1989 e 2007, encontrava-se definida no Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto e entre 2007 e 2012, no Decreto- Lei nº 166/2007, de 3 de maio.

Atualmente a Lei Orgânica do Instituto encontra-se definida no Decreto Lei nº 136/2012, de 2 de julho e a Portaria nº 423/2012, de 28 de dezembro, estabelece os Estatutos do INE.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 187/2015, de 7 de setembro, procedeu-se à revisão das carreiras do INE, à criação da carreira de regime especial de técnico superior especialista em estatística do INE, à integração nesta carreira dos trabalhadores deste Instituto, que integram o grupo de qualificação do pessoal técnico superior ou a carreira geral de técnico superior, e à integração dos demais trabalhadores do INE nas carreiras gerais da Administração Pública.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2016



— Dependência hierárquica
 - - - Dependência técnico/funcional
 Dependência da Presidente do Conselho Diretivo do INE (Vice-presidente do CSE)

* Equipa de Projeto

8.1.4 Descrição sumária das atividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho Diretivo.

8.1.6 Organização contabilística

(a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Ordens de Serviço e/ou Procedimentos Internos, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.

(b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.

(c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extratos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

(d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.

(e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.

(f) Existem registos contabilísticos permanentes para todas as existências.

(g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento de Administração Financeira e Patrimonial emitir as devidas instruções.

(h) Existe uma aplicação informática (GERFIP), de suporte à contabilidade, onde se encontram cadastrados todos os bens do ativo imobilizado.

(i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.

(j) A área da contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:

Conta de Gerência;
Relatório e Contas.

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
Balancete de execução orçamental (Investimento e Funcionamento).

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem cartões de crédito em Lisboa e nas Delegações do INE, disponibilizados pelo IGCP/UNICRE que permitem fazer levantamentos em dinheiro sem qualquer encargo, não estando definidos fundos fixos, ou seja, os levantamentos em dinheiro são realizados em função das necessidades de tesouraria, respeitando-se os plafonds de cada cartão. Para efeitos de controlo interno, são emitidos mensalmente quadros resumo onde constam os valores levantados, despesas suportadas e saldo existente.
- (c) A maior parte do valor do Fundo de Maneio encontra-se depositado em conta bancária específica, sendo que a maioria das despesas suportadas pelo Fundo de Maneio são pagas por transferência bancária.
- (d) Dá-se integral cumprimento à Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), não existindo contas bancárias fora do IGCP.
- (e) A maior parte das receitas são depositadas no dia em que são cobradas. Excecionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (f) Os valores em caixa são controlados aleatoriamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (g) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço de Logística do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial.
- (h) Todas as compras são conferidas e controladas nos atos de receção.
- (i) Toda a faturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (j) Existe separação e segregação das funções de faturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (k) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (l) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

Até 31 de dezembro de 1999, o INE preparou as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho.

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro e são comparáveis com a do ano anterior.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas refletem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflete, essencialmente, os reembolsos de despesas efetuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, ações de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento

(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e de Investimento

Devido ao facto da atividade do Instituto ser financiada essencialmente pelo Orçamento do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da conta de Acréscimos e diferimentos. Assim, exceto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização, alienação e abate dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de transferências recebidas ou a receber do Estado ou de receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do EUROSTAT (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h))); e
- Verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respetiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão diretamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com exceção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objeto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de abril.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2 % - 25 %
Equipamento básico	10 % - 25 %
Equipamento de transporte	25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	8,33 % - 25 %
Equipamento de informática	10 % - 33,33 %
Outras imobilizações corpóreas	10 % - 33,33 %

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95 % para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80 % para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efetivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100 % para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50 % para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspetiva de risco efetivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber de candidaturas a fundos comunitários no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados faturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no ativo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	13.744.806,64	0,00	0,00	0,00	13.744.806,64
Edifícios e outras construções	9.815.107,70	9.132,75	(5.096,90)	0,00	9.819.143,55
Equipamento básico	1.037.068,78	0,00	0,00	0,00	1.037.068,78
Equipamento de transporte	346.225,86	0,00	(0,01)	0,00	346.225,85
Ferramentas e utensílios	139.963,02	0,00	0,00	0,00	139.963,02
Equipamento administrativo	15.894.093,20	201.515,93	(603.058,23)	0,00	15.492.550,90
Outras imobilizações corpóreas	14.846,64	0,00	0,00	0,00	14.846,64
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	40.992.111,84	210.648,68	(608.155,14)	0,00	40.594.605,38

AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	4.928.520,58	181.034,43	(4.938,10)	0,00	5.104.616,91
Equipamento básico	1.030.484,38	2.548,80	0,00	0,00	1.033.033,18
Equipamento de transporte	346.225,86	0,00	(0,01)	0,00	346.225,85
Ferramentas e utensílios	135.027,92	2.414,67	0,00	0,00	137.442,59
Equipamento administrativo	15.430.631,17	179.255,82	(603.058,23)	0,00	15.006.828,76
Outras imobilizações corpóreas	8.803,06	0,00	0,00	0,00	8.803,06
Totais	21.879.692,97	365.253,72	(607.996,34)	0,00	21.636.950,35

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, deste Instituto, a informação referente a este ponto. Dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra, devidamente, detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afetas, na totalidade, à atividade do INE.

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 3.026.618,56 (2015: 3.000.838,69) e correspondem às férias e respetivos encargos vencidos em 2016 e a pagar em 2017. Estes encargos encontram-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor a receber do pessoal ascende a 4.360,00 (2015: 4.260,00) e corresponde, na sua totalidade, a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para depreciação de existências	343.916,82	0,00	(99.495,31)	244.421,51
Subtotal	343.916,82	0,00	(99.495,31)	244.421,51
Provisões para riscos e encargos (a)	0,00	1.099.433,82	0,00	1.099.433,82
Totais	343.916,82	1.099.433,82	(99.495,31)	1.343.855,33

(a) Constituição de provisões para fazer face a processos judiciais em curso acionados por trabalhadores deste Instituto, sobretudo junto do Tribunal de Trabalho. A constituição destas provisões vai ao encontro do princípio da prudência, dado o grau de risco elevado dum desfecho negativo para o INE.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20.772.818,99	0,00	0,00	20.772.818,99
Resultados transitados	(5.524.052,15)	0,00	(71.737,48)	(5.595.789,63)
Resultado líquido do exercício:				
2015	(71.737,48)	71.737,48	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	(1.178.317,24)	(1.178.317,24)
Totais	15.177.029,36	71.737,48	(1.250.054,72)	13.998.712,12

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(54.867,77)
Abates no exercício de bens não subsidiados	0,00
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	(999.938,51)
Variação da Produção	(114.523,77)
Outras situações	(8.987,19)
Resultado líquido do exercício	(1.178.317,24)

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	102.763,35
Compras	43.539,02
Regularização de existências	(1.499,85)
Existências finais	(93.776,16)
Custos no exercício	51.026,36

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	260.315,29
Existências iniciais	(374.839,06)
Aumentos/Reduções no exercício	(114.523,77)

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
681 - Juros suportados	0,00	0,00	781 - Juros obtidos	0,00	0,00
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688 - Outros custos e perdas financeiros	256,24	1.174,44	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(256,24)	(1.174,44)			
	0,00	0,00		0,00	0,00

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	2.307,04	0,00	793 - Ganhos em existências	807,26	956,37
694 - Perdas em imobilizações	158,80	6,07	794 - Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
696 - Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	99.495,31	26.806,78
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	30.853,19	28.944,10	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	5.270,68	26.537,85
698 - Outros custos e perdas extraordinários	537.331,26	563.234,38	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	1.054.087,91	892.126,80
Resultados extraordinários	589.010,87	354.243,25			
	1.159.661,16	946.427,80		1.159.661,16	946.427,80

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 310.544,76 (2015: 288.504,45) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**(a) Outros devedores**

Rubricas	2016	2015
EUROSTAT	297.206,86	153.494,59
Pessoal	4.360,00	4.260,00
Outros (Inclui Saldo da Gerência na posse do Tesouro)	157.455,08	31.810,19
Totais	459.021,94	189.564,78

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2016	2015
Comissão Europeia/Eurostat	841.146,55	1.165.492,52
Outros acréscimos de proveitos	629.975,52	505.521,06
Totais	1.471.122,07	1.671.013,58

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2016	2015
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	3.969.179,03	4.069.075,11
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	0,00	98.361,50
Outros proveitos diferidos	(232.490,58)	0,00
Totais	3.736.688,45	4.167.436,61

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2016	2015
Terrenos	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.470.857,30	3.588.050,01
Equipamento básico	4.035,60	6.584,40
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	2.520,43	4.935,10
Equipamento administrativo	485.722,12	463.462,02
Outras imobilizações corpóreas	6.043,58	6.043,58
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Totais	3.969.179,03	4.069.075,11

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.069.075,11
Reforço (OF)	210.648,68
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(310.385,96)
Outras reduções, por abates	(158,80)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	3.969.179,03

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2016	2015
Orçamento de Funcionamento	27.347.445,15	27.040.360,78
Orçamento de Investimento	0,00	0,00
Turismo de Portugal	600.000,00	375.000,00
Comissão Europeia/Eurostat	1.367.457,88	1.354.533,30
Totais	29.314.903,03	28.769.894,08

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no ativo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não atualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte fórmula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20) / 45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos atuariais efetuados por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projetada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2016	2015
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	75% EVK 80	75% EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	0%	2%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a cobertura das responsabilidades pelos ativos do Fundo que lhes estão afetos, era como segue:

	2016	2015
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	6.947.011,00	6.713.002,00
Valor patrimonial do Fundo	7.029.610,00	6.833.738,00
Excesso/Insuficiência de cobertura	82.599,00	120.736,00

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2015	6.713.002,00
Custo dos serviços correntes	246.452,00
Custos dos juros	199.582,00
Ganhos/Perdas Atuariais	(91.472,00)
Benefícios Pagos	(120.553,00)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2016	6.947.011,00

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Diretriz Contabilística nº 19.

(f) DCIAP - Processo relativo a investigação de burla

Em 5 de dezembro de 2014 o INE tomou conhecimento, através de fax emitido pelo DCIAP, de que se encontrava em curso uma investigação relativa a eventuais pagamentos indevidos a uma determinada empresa. Esse mesmo fax também solicitava que fosse enviado um conjunto de informação.

Em 10 de dezembro de 2014 o INE enviou toda a informação solicitada e em 16 de janeiro de 2016 foi inquirido pela Polícia Judiciária – Unidade Nacional de Combate à Corrupção.

Destas diligências concluiu-se o seguinte:

- Pagamento em novembro de 2014, por transferência bancária, para um NIB indevido, comunicado de forma fraudulenta, da fatura da CTLIMPE- Sociedade de Limpezas, LDA, relativa ao mês de outubro de 2014, no valor de € 20.179,17;
- Pagamento em fevereiro de 2015, da fatura acima referida, para o NIB da CTLIMPE- Sociedade de Limpezas, LDA, conforme orientações recebidas do DCIAP.

Alterações Orçamentais - Despesa

(Valores em euros)

Código	Classificação económica	Descrição	Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)	Observações (10)
				Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)			
				Reforços (4)	Anulações (5)				
		Desp. Func. Normal							
		F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS							
01.01.		Remun. certas e permanentes	20 548 780,00	-1 239 556,00	0,00	0,00	20 544 321,00		
01.02.		Ab. variáveis ou eventuais	115 750,00	-9 030,00	0,00	0,00	115 750,00		
01.03.		Segurança social	4 882 390,00	-502 662,00	0,00	0,00	4 917 627,00		
02.		Aq. bens e serviços correntes	2 385 341,00	-559 243,00	0,00	0,00	2 372 341,00		
04.		Transferências/Estagiários PEPAC	108 650,00	-63 514,00	0,00	0,00	45 136,00		
06.		Outras despesas correntes	90 000,00	-13 000,00	0,00	0,00	129 085,00		
07.		Aq. bens capital	450 000,00	-98 469,00	0,00	0,00	456 651,00		
		Subtotal 01	28 580 911,00	-2 485 474,00	0,00	0,00	28 580 911,00		
		F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS							
01.01.		Remun. certas e permanentes	800 000,00	1,00	71 002,00	0,00	871 002,00		
01.02.		Ab. variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01.03.		Segurança social	299 999,00	-1,00	0,00	0,00	299 999,00		
02.		Aq. bens e serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
06.		Outras despesas correntes	28 206,00	0,00	0,00	0,00	28 206,00		
07.		Aq. bens capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		Subtotal 02	1 128 205,00	2,00	71 002,00	0,00	1 199 207,00		
		F.FIN. 129 TRANSF. RP							
01.01.		Remun. certas e permanentes	300 000,00	0,00	0,00	0,00	300 000,00		
01.02.		Ab. variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01.03.		Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
02.		Aq. bens e serviços correntes	0,00	-8 250,00	300 000,00	0,00	300 000,00		
06.		Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
07.		Aq. bens capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		Subtotal 03	300 000,00	-8 250,00	300 000,00	0,00	600 000,00		
		F.FIN. 280 RECEITA C/ T. SALDOS							
01.01.		Remun. certas e permanentes	600 000,00	0,00	23 383,00	0,00	623 383,00		
01.02.		Ab. variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01.03.		Segurança social	170 000,00	0,00	0,00	0,00	170 000,00		
02.		Aq. bens e serviços correntes	670 000,00	-55 000,00	0,00	0,00	7 069,61		
06.		Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		Subtotal 04	1 440 000,00	55 000,00	23 383,00	0,00	1 463 383,00		
		Total	31 449 116,00	-2 548 726,00	394 385,00	0,00	31 843 501,00		

Alterações Orçamentais - Receita

(Valores em euros)

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
	Recetas Func. Normal						
	F.FIN.110 RECEITAS GERAIS	28 580 911,00	0,00	0,00	0,00	28 580 911,00	
	Tranf. Correntes - O.E.	28 580 911,00	0,00	0,00	0,00	28 580 911,00	
	Subtotal 01						
	F.FIN.123 RECEITA C/T. SALDOS	40 000,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00	
	Coimas e penalidades	20 000,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	
	Publicações e impressos	910 000,00	0,00	0,00	0,00	910 000,00	
	Serviços	158 205,00	71 002,00	0,00	0,00	229 207,00	
	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Integração Saldo Gerência Anterior	1 128 205,00	71 002,00	0,00	0,00	1 199 207,00	
	Subtotal 02						
	F.FIN. 129 TRANSF. RP	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00	600 000,00	
	Tranf. Correntes - U.E. Instituições	300 000,00	300 000,00	0,00	0,00	600 000,00	
	Subtotal 03						
	F.FIN. 280 RECEITA C/T. SALDOS	1 440 000,00	23 383,00	0,00	0,00	1 463 383,00	
	Tranf. Correntes - U.E. Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Integração Saldo Gerência Anterior	1 440 000,00	23 383,00	0,00	0,00	1 463 383,00	
	Subtotal 04						
	Total	31 449 116,00	394 385,00	0,00	0,00	31 843 501,00	

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2016 - Orç. Funcionamento	28 130 911,00	27 347 445,15
Lei do Orçamento de Estado para 2016 - CAPº 50º (PIDDAC)	0,00	0,00
TOTAL	28 130 911,00	27 347 445,15

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2016 - Orç. Funcionamento	450 000,00	210 648,68
Lei do Orçamento de Estado para 2016 - CAPº 50º (PIDDAC)	0,00	0,00
TOTAL	450 000,00	210 648,68

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)			
Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
EUROSTAT (Subvenções)	Apoio financeiro de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	1 483 909,08	0,00
Turismo de Portugal (Protocolo)	Apoio financeiro do projeto "Inquérito ao Turismo Internacional"	600 000,00	0,00
	TOTAL	2 083 909,08	0,00